

A FOME COMO PRATO PRINCIPAL



UM RETRATO DO ENFRENTAMENTO DA FOME
DURANTE A PANDEMIA NO BRASIL

“ PÃO

**A QUEM TEM FOME
E FOME DE JUSTIÇA
A QUEM TEM**

PÃO. ”

FRANCISCO DE ASSIS

Expediente

Uma produção

SEFRAS - Serviço Franciscano de Solidariedade

Direção

FREI JOSÉ FRANCISCO DE CÁSSIA DOS SANTOS, OMF

Produção

Desenvolvimento Institucional e Sustentabilidade - Advocacy

Concepção

Fabio Paes

Rodrigo Zavala

Sandra Vale

Organização

Evanize Sydow

Fábio Paes

Sandra Vale

Textos e Pesquisa

Ariadne Natal

Evanize Sydow

Sérgio Fogaça

Apoio

Ariadine Natal

Aureo Giunco Jr

Gabriel Zei

Rosangela Pezoti

Rodrigo Zavala

Vinicius Schlup

Revisão de Conteúdo

Denise Silva Rocha Costa

Parceria

Campanha “Gente é pra Brilhar e não pra Morrer de Fome!”

Bússola Social

Projeto Gráfico, Arte e Revisão

Bia Martins

Emilia Estrada

Sandra Vale



Sumário

Apresentação 06

Capítulo 1

1. Do trigo, o milagre do pão: você tem fome de quê?
Frei José Francisco de Cássia dos Santos 12
2. O entendimento da fome enquanto um problema político estrutural
Adriana Salay Leme 26
3. Mesa, Copo, Prato, Sal, Talher em 2020
Selvino Heck 30
4. Solidariedade em tempos de pandemia: o legado de Betinho
Regina Novaes 35

Capítulo 2

1. Alimentos, afeto e dignidade 44
2. Ação da Cidadania 45
3. ActionAid 47
4. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST 50
5. Anticorpos Agroecológicos 52
6. Banco de Alimentos 55
7. Panela Coletiva 60
8. Periferia Viva 62
9. Prato Verde Sustentável 66
10. Instituto Visão Futuro 68
11. Comunsan 70
12. Gente é pra brilhar 74

Capítulo 3

1. Tenda franciscana: um exemplo de iniciativa de combate à fome 78
2. Bússola Social: Diagnóstico familiar 84
3. IBGE: Pelo menos 10,3 milhões de pessoas passam fome no Brasil 88
4. Oxfam: medidas urgentes necessárias para enfrentar a crise da fome pelo mundo 90
5. A extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional 92
6. Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas é Prêmio Nobel da Paz 2020 93
7. Pactos internacionais pelo direito humano à alimentação 94
8. Bolsa Família e Auxílio Emergencial: políticas atuais 96
9. Depoimento: Maria Aparecida Machado Silva 98
10. Depoimento: Iremar Barbosa de Araújo 100
11. Carta Aberta à Sociedade Brasileira 102
12. Manifesto Popular - Contra a fome e pelo direito de se alimentar bem 112
13. Coalizão Direitos Valem Mais 116

Capítulo 4

1. Toda a mobilização em prol do combate à fome é profundamente eucarística – Frei Betto 120
2. Convocação popular: Mobilizar e incidir: Uma agenda de enfrentamento à fome 123

APRESENTAÇÃO



O Bicho

Vi ontem um bicho
Na imundície do pátio
Catando comida entre os detritos.

Quando achava alguma coisa,
Não examinava nem cheirava:
Engolia com voracidade.

O bicho não era um cão,
Não era um gato,
Não era um rato.

O bicho, meu Deus, era um homem.

Manuel Bandeira
Rio, 27 de dezembro de 1947

O mundo está vivendo uma das experiências mais difíceis do ponto de vista da saúde pública e economia. A pandemia da Covid-19, que afeta a todos os países, chegou ao Brasil intensificando situações já críticas anteriormente. O acesso à alimentação é uma delas e talvez a pior. Pesquisa lançada em setembro passado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística nos mostra que 10,3 milhões de brasileiros e brasileiras passam fome neste país. E esses são dados de 2017-2018. Saberemos o quão profunda foi a consequência da pandemia neste período daqui a algum tempo ainda, mas o que vemos de miséria pelas ruas e comunidades Brasil afora não nos deixa enganar: vivemos a maior crise humanitária das últimas décadas.

A publicação *A fome como prato principal – um retrato do enfrentamento da fome durante a pandemia no Brasil*, que o Serviço Franciscano de Solidariedade (Sefras) lança agora, é um chamado à ação. O Sefras tem atendido milhares de pessoas que fazem parte das populações mais vulneráveis das cidades. Completamos hoje, dia 27 de outubro – dia do lançamento desta publicação –, um milhão de refeições entregues a quem tem fome.

Este relatório está dividido em quatro partes. O capítulo 1 é formado por

artigos de especialistas no tema do direito à alimentação. Trazemos aqui análises da socióloga Regina Novaes, da historiadora Adriana Salay Lema e do frei José Francisco de Cássia dos Santos, que está à frente do Sefras há 13 anos. Na sequência, temos um capítulo inteiro dedicado a apresentar boas práticas de entidades e grupos sociais que rapidamente responderam ao chamado angustiante da fome durante a pandemia e se tornaram um amplo leque de iniciativas e articulações para que a comida chegasse rapidamente aos mais necessitados. No terceiro capítulo, o leitor terá acesso a pesquisas atuais sobre o tema, depoimentos e histórico do direito à alimentação no Brasil, incluindo os pactos internacionais dos quais o Brasil é signatário. Para finalizar o relatório, trazemos um depoimento de esperança para a ação de Frei Betto, bem como uma convocação para a mobilização da sociedade brasileira.

Nosso objetivo com esta iniciativa é propor ações concretas para uma agenda de enfrentamento à fome. Com as nossas diversas alianças, parcerias já estabelecidas e muitas outras que esperamos instituir a partir de agora, temos certeza de que a luta terá mais sentido e impacto. Vamos precisar de todo mundo.

01

Artigos

DO TRIGO, O MILAGRE DO PÃO:

■ Frei José Francisco de Cássia dos Santos¹

Em 2012, no Museu do Oro, em Bogotá, Colômbia, uma exposição apresentava alguns aspectos a respeito da comida. O grande destaque era para os três grãos que nos últimos 5 mil anos formaram a base alimentar de toda a humanidade: arroz, trigo e milho.

Outro aspecto para o qual a exposição chamava atenção era como um dos hábitos mais importantes que exercitamos, o de nos alimentar, passa de forma despercebida e até irrefletida em nossa vida.

Interpelado por essas provocações e por outras, como neste momento a realidade de fome, ou seja, uma radical privação do alimento, o Serviço Franciscano de Solidariedade traz este trabalho para mostrar como os alimentos estão intrinsicamente imbricados ao nosso cotidiano e a tudo o que somos e fazemos.

As várias abordagens sobre a alimentação não esgotam as diversas possibilidades de discorrer sobre o tema nem exploram toda a possibilidade em cada assunto mencionado. Apenas contribuem para uma reflexão sobre a grandiosidade da questão que está oculta numa palavra com quatro letras: fome.

Quem já saiu de seu nicho cultural sabe quanto é estranho degustar paladares de outras culturas. Quando entramos na Casa de Assis² e presenciamos a alegria de um migrante angolano diante de um prato de fufu³, é perceptível a saudade do tempero de casa. Com isso, ao apresentarmos as várias abordagens sobre a comida, queremos afirmar que a fome se apresenta de muitas formas. Não há uma única fome. São várias fomes. Quando uma pessoa é privada da alimentação básica para sua nutrição, ela não tem apenas a “dor de estômago”.

Para entender o que significa o flagelo da fome e os seus porquês, fizemos o esforço de apresentar as contribuições que seguem.

Comida como base da nutrição

O alimento e a água são condições essenciais para a manutenção da vida. Sem alimento, em quantidade e qualidade adequadas, elevam-se os riscos de desenvolvimento de doenças em nosso organismo.

1 Ordenado padre e frade solene, o frei José Francisco é formado em filosofia e teologia. Há treze anos está à frente do Serviço Franciscano de Solidariedade – SEFRAS.

2 Casa localizada em Santo André, no Grande ABC, dedicada ao acolhimento da população mais vulnerável.

3 Prato tradicional de vários países da África

VOCÊ TEM FOME DE QUÊ?

Os alimentos são substâncias que visam a promover o crescimento e a produção de energia para as diversas funções do organismo. Nos alimentos são encontrados nutrientes que possuem funções específicas e são essenciais ao funcionamento do corpo humano.

Na dimensão nutricional, relacionam-se diversos fatores, entre eles: a) disponibilidade de alimentos saudáveis; b) preparo dos alimentos com técnicas que preservem o seu valor nutricional e sanitário; c) consumo alimentar adequado e saudável para cada fase do ciclo da vida; d) condições de promoção da saúde, da higiene e de uma vida saudável para melhorar e garantir a adequada utilização biológica dos alimentos consumidos; e) prevenção e controle dos determinantes que interferem na saúde e nutrição, como as condições psicossociais, econômicas, culturais e ambientais.

O Brasil convive com números crescentes de doenças relacionadas à má qualidade da alimentação. Há persistentes quadros de carência de vitaminas e desnutrição em grupos populacionais vulnerabilizados que atingem, de maneira diferenciada, grupos étnicos, extratos de renda e regiões. Paradoxalmente, o sobrepeso e a obesidade passaram a compor as doenças não transmissíveis do Brasil, sendo frequentes também em populações de baixa renda.

Constata-se uma oferta crescente de alimentos industrializados, de baixo custo e deficientes em qualidade nutricional. Soma-se a isso a necessidade de construção de estratégias de educação alimentar, orientando e formando a população sobre o que comer para garantir uma alimentação saudável e nutritiva.

Comida como base da saúde

A Organização Mundial da Saúde definiu, em 1947, que saúde é “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doenças ou enfermidades”. Essa conceituação multidimensional está explícita na legislação que regulamenta o Sistema Único de Saúde no Brasil, ao apontar como determinantes e condicionantes a esse bem-estar a alimentação, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais. A alimentação aparece como um dos determinantes para a condição de saúde.

De modo geral, a alimentação saudável aponta como orientações: utilizar alimentos frescos ou minimamente processados; utilizar óleos, gorduras, sal e açúcar em pequenas quantidades ao temperar e cozinhar alimentos e criar preparações culinárias; limitar o consumo de alimentos processados; evitar o consumo de alimentos ultraprocessados; comer com regularidade e atenção, em ambientes apropriados e, sempre que possível, com companhia; fazer compras em locais que ofertem variedades de alimentos in natura ou mínima-

mente processados; desenvolver, exercitar e partilhar habilidades culinárias; planejar o uso do tempo para dar à alimentação o espaço que ela merece; dar preferência, quando fora de casa, a locais que servem refeições feitas na hora; ser crítico quanto a informações, orientações e mensagens sobre alimentação veiculadas em propagandas comerciais. A alimentação saudável é não apenas funcional, mas tem influência de fatores afetivos, econômicos e culturais que são construídos ao longo da vida.

Porém, a forma como cada um se alimenta não é escolha individual. A pobreza, a exclusão social e as informações disponibilizadas restringem, em muitos casos, a escolha de uma alimentação adequada e saudável. Também as escolhas alimentares são determinadas pelas preferências e hábitos construídos desde a infância, assim como pelo sistema de produção e abastecimento de alimentos.

Os sistemas alimentares são formados por agricultura, pecuária, produção, processamento, distribuição, importação e exportação, publicidade, abastecimento, comercialização, preparação e consumo de alimentos e bebidas. São influenciados não apenas por condições naturais do clima e do solo, mas também pelo mercado e por suas políticas comerciais.

Apesar de comprovado cientificamente que o consumo de alimentos saudáveis beneficia a saúde, observa-se uma intensificação da produção de alimentos inadequados e que trazem riscos de doenças, como os alimentos processados e ultraprocessados, e do incentivo ao seu consumo. Eles afetam a qualidade e a natureza dos alimentos e são ricos em amido, açúcares, sódio e gorduras trans, que levam à obesidade e às doenças crônicas.

Somado a isso, temos a intensificação do uso de agrotóxicos nas atividades agrícolas, que traz consequências para a saúde. O Brasil vem sendo o país com o maior consumo de agrotóxicos desde 2008, inclusive com o uso de produtos proibidos em outros países. A exposição aos agrotóxicos pode causar uma série de doenças, dependendo do produto que foi utilizado, do tempo de exposição e da quantidade de produto absorvido pelo organismo.

Cabe ao Estado regular os sistemas alimentares para que a população, de modo geral, tenha acesso a alimentação saudável e a informações para a construção de hábitos alimentares que contribuam para a saúde individual e coletiva. Essa regulação, porém, passa pela necessidade de impor limites à indústria do agronegócio e só vai acontecer com a mobilização da sociedade civil.

A sociedade pode também criar experiências alternativas de consumo de alimentos, coletivas e afetivas, contrapondo-se às “imposições” do mercado e valorizando os alimentos que trazem benefícios à saúde.

A comida como base econômica

Entre os anos de 2000 e 2008, o relator especial das Nações Unidas sobre o Direito à Alimentação, Jean Ziegler, afirmou que, no mundo, são produzidos alimentos suficientes para alimentar até 12 bilhões de pessoas. A projeção populacional para este ano é de 7,8 bilhões de habitantes no mundo e, mesmo com essa produção excedente de alimentos, estima-se que 8,9% da população mundial está em situação de insegurança alimentar. Ou seja, a questão da fome não está na produção, mas no acesso aos alimentos.

No capitalismo, sistema que organiza as relações econômicas e sociais, tudo o que é

produzido se torna mercadoria e deve gerar lucro para quem produz. Os alimentos, que deveriam ser um direito natural de todos, tornaram-se acessíveis apenas àqueles que podem pagar por eles. Essa é a mesma lógica que perpassa grande parte dos direitos sociais que viraram negócios: a habitação, a saúde, a educação, a cultura, o esporte, entre outros.

O Papa Francisco, tendo a perspectiva franciscana de fundo, aponta que temos que pensar a toda forma de vida como parte de uma mesma “Casa Comum” (Laudato Sí), e que tudo está interligado numa relação de respeito e cuidado. Esta é uma visão que supera o interesse econômico, egoísta, acumuladora, financeirista e explorador do ser humano sobre a vida e tudo o que nela existe.

Na contramão desta perspectiva filosófica e política, a produção de alimentos tornou-se um negócio que foi monopolizado por grandes empresas que concentram a propriedade da terra, da água e das sementes. A agricultura industrial, intensiva e transgênica não está voltada apenas para a produção de alimentos para consumo da população. Cereais são produzidos para a criação dos animais na indústria pecuarista, assim como o mercado do agrocombustível se utiliza de monoculturas de cultivos, como a da cana-de-açúcar.

Para intensificar a produção, cada vez mais são utilizadas sementes modificadas geneticamente (transgênicas) que demandam o uso intensivo de venenos, que causam danos irreparáveis à saúde da população e ao meio ambiente.

Também o capital financeiro envolveu a agricultura em suas especulações. As commodities agrícolas passaram a ser negociadas por fundos de cobertura, fundos de pensão e bancos de investimento. O suco de laranja, o milho, o café, a soja, o trigo e o açúcar são exemplos de alimentos produzidos em larga escala por meio das monoculturas, que podem ser estocados e vendidos conforme a procura pelo mercado consumidor. O Brasil é classificado como um país exportador de commodities com a venda de produtos básicos, entre eles os alimentos que recebem incentivos governamentais para a sua produção e exportação.

Outro fator significativo é o fato de que a produção de alimentos se inseriu em uma cadeia de suprimentos globais. Há um sistema de distribuição que processa, transporta e distribui os alimentos, impedindo que os agricultores comercializem diretamente sua produção.

A lógica do capitalismo de exploração para o lucro permeia a cadeia de produção e distribuição dos alimentos, e a fome é a consequência que atinge a vida de milhões de pessoas. É possível romper com esta cadeia de exploração por meio do incentivo à produção familiar e de pequenos agricultores com a organização de pontos de comercialização junto à população? Como pressionar o Estado para que o excedente da produção não seja exportado, mas utilizado para o combate à fome? De que forma esses desafios podem ser incorporados em nossas atitudes cotidianas e na nossa relação com o consumo dos alimentos?

Comida como base política

A ativista Esther Vivas, em entrevista à IHU On-line, afirmou que a “questão da fome em um mundo de abundância é a falta de democracia”. O conceito de democracia foi forjado na experiência de autogoverno dos cidadãos atenienses no século V a.C., de governos com participação de muitas pessoas para o bem comum da maioria. O respeito aos direitos humanos fundamentais à vida torna-se pressuposto obrigatório para uma sociedade democrática.

A democracia moderna, porém, aliou-se de forma consistente ao sistema capitalista, tendo, entre várias consequências, a privatização dos bens comuns. O acesso aos direitos naturais, especialmente à terra, à água e à alimentação, ficou restrito a grupos econômicos que, além de monopolizarem o acesso, interferem na construção de políticas públicas para a garantia dos direitos de grande parte da população.

O acesso à terra por meio da reforma agrária vem, de modo especial, sendo adiado ao longo dos anos, gerando alta concentração da terra em grandes latifúndios que estão a serviço do agronegócio. Sem acesso à terra não é possível que o agricultor decida sobre o que plantar e como distribuir os alimentos nem que manejos agroecológicos sejam desenvolvidos sem o uso de agrotóxicos e com respeito ao meio ambiente.

Os programas de combate à fome de caráter governamental também atuam de forma paliativa, sem interferência direta nas causas que geram a fome. O direito à alimentação saudável não compõe uma agenda prioritária dos governos, e milhares de pessoas encontram-se em situação de insegurança alimentar. Essa realidade se contrapõe às conquistas legais, fruto de ampla mobilização da sociedade civil organizada.

O Direito Humano à Alimentação Adequada está contemplado na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Sua definição foi ampliada no artigo 11 do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966, e a operacionalização do alcance de seus conteúdos e de sua aplicação foi detalhada no Comentário Geral nº 12 como desdobramento desse mesmo pacto.

Apenas em 2010, com a Emenda Constitucional 64/2010, o acesso à alimentação configurou-se um direito social no Brasil. Essa emenda foi resultado de uma campanha nacional com ampla participação da sociedade civil em todo o país que gerou também a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Observa-se, porém, que grupos que defendem a indústria agropecuarista têm se articulado cada vez mais para ocupar funções nos poderes Executivo e Legislativo, interferindo diretamente nas decisões públicas que deveriam estar voltadas para o bem comum.

É fundamental, portanto, que nossa ação, como sociedade civil, pressione o Poder Público para que o direito à alimentação seja garantido. Repensar as formas de produção e de consumo, recriar sistemas locais, comunitários e justos para todos os seres humanos e a própria natureza. Precisamos nos questionar sobre os âmbitos e as articulações os quais devemos nos aliar para ter força política para tomar a direção do “celeiro” e distribuir os alimentos de forma justa.

A comida como base cultural

Há uma diferença semântica entre “alimento” e “comida” que nos dá a possibilidade de afirmar que “toda substância nutritiva é alimento, mas nem todo alimento é comida”. O alimento é o que ingerimos para nos manter vivos, enquanto a comida é um estilo, um jeito de alimentar-se, de criar uma identidade de grupo. O que se come, quanto, com quem, por que e por quem transforma o alimento em comida.

Essa mudança, segundo pesquisadores, ocorreu com a descoberta do fogo e com as primeiras experiências de cozinhar os alimentos. O uso do fogo alterou fisicamente o corpo

humano, assim como o tempo, a vida social e a relação com a natureza. O cozimento não apenas facilitou e criou novas formas de ingestão de alimentos, como possibilitou às pessoas que se juntassem em grupos para preparar, distribuir e ingerir a comida. No entorno da comida, criaram-se encontros cotidianos socializadores e afetivos.

A comida está associada à identidade e à memória de um povo, seja pela forma de preparar os alimentos, seja pelos hábitos criados em relação às refeições. É por meio da comida que se cria uma memória afetiva de quem somos e como estamos conectados, como família e comunidade.

Paralelo a isso, as mudanças na contemporaneidade apontam que o tempo dedicado às refeições em família e/ou grupos afetivos se tornou mais escasso. A praticidade ofertada pelos alimentos semipreparados criou novos hábitos alimentares, com ações individualizadas, desenraizadas da identidade e da cultura regional e local.

Com a perda do hábito de preparar a própria comida, perdem-se também valores importantes, como a comensalidade e a ritualização do ato de comer. Cozinhar é um ato de socialização, de transmissão de conhecimentos e de cuidados.

Não é novidade que muitas pessoas gastem seu tempo com os programas de culinária nos canais de televisão, revalorizando a culinária como parte cotidiana e necessária à vida. O ato de cozinhar e de comer é capaz de reunir as pessoas ao redor da mesa e, paradoxalmente, em frente à televisão.

Põe-se como desafio, portanto, a necessidade de resgatarmos a dimensão cultural da comida, reforçando nossa identidade social e nossos laços afetivos. É necessário criar ações cotidianas de enfrentamento à indústria alimentícia que tem descaracterizado o ato de comer. Nós precisamos nos questionar também sobre o tempo e o cuidado que dispensamos ao ato de comer.

A comida como base da espiritualidade

O Papa Francisco, em 2014, no encontro com representantes de movimentos populares de todo o mundo, pautou as questões sociais com o tema: terra, teto e trabalho. Quando o papa se reporta ao vocábulo “terra” ele está recorrendo à linguagem da milenar tradição judaico-cristã (base da cultura ocidental), da qual é um dos principais guardiões, para se posicionar diante das atuais questões sociais. Assim, terra quer dizer as condições em que se encontram a produção, o acesso e a distribuição dos alimentos.

Na tradição da espiritualidade judaico-cristã, a terra sempre foi símbolo das condições básicas de sobrevivência, sinônimo de sustento da vida! Nessa compreensão, o pão é o principal símbolo de sustento que sai do chão. Por isso, no que se refere à espiritualidade, ele (o pão) tornou-se o elemento central de uma fé que, desde seus primórdios, tem a vida como tema. Essa é a compreensão que estabelece o vínculo entre os alimentos (pão) e a confissão da fé. E, conseqüentemente, explica-se o porquê da preocupação de um líder espiritual com temas sociais, entre eles a alimentação.

Dado esse pressuposto, afirma-se aqui a égide que o presente trabalho pretende seguir, ou seja, apresentar a relação existente entre os alimentos e a espiritualidade sob a ótica judaico-cristã. Essa relação não é uma particularidade exclusiva do cristianismo. Em outras matrizes religiosas também encontramos a relação entre alimento e divindade. Embora em algumas delas apresentem de forma mais evidente e plástica que na judaico-cristã, não serão aqui tema de nossa apresentação.

Os primeiros frutos símbolos de gratidão

Percebe-se que alguns temas, quando estudados, perpassaram gerações, culturas e há milênios estão presentes e nunca perderam seu vigor. Houve adaptações, ressignificaram-se, mas continuam relevantes. Sob esse aspecto, pode-se dizer da preocupação com a alimentação e das preocupações com o sentido da vida: de onde viemos e para onde vamos. Questões próprias das ocupações do fazer espiritual. Nesse sentido, pode-se afirmar ainda que, além de serem temas presentes na vida do povo, ao longo dos milênios, sempre foram relacionados. Basta observar as festas e memórias. Elas são “instituições” que, através dos ritos, guardam e expressam os valores de um povo, de uma cultura.

De acordo com o calendário judaico, há mais de 5 mil anos as comunidades abraâmicas (sociedade rural) já reconheciam a importância e o lugar da comida no contexto da vida. Esse reconhecimento é expresso, ainda hoje, através da festa shavuot (festa [sete] semanas das colheitas, das premissas ou pentecostes). Nela todos os agricultores trazem os primeiros frutos como oferta. É uma grande festa de caráter comunitário e religioso. Semear o chão, cuidar da plantação e ceifar os grãos não se restringe a uma atividade laboral. Significa participar do ciclo da vida. É o reconhecimento de que a intervenção humana no ciclo da produção de alimentos é simples e pequena mediante todo o processo que se apresenta como “mistério”. Por isso a reverência. Os sentimentos que circundam essas comunidades são de alegria, gratidão e fé. Alegria por ter o seu sustento e o da comunidade garantidos, a vida preservada. Gratidão por reconhecer que os grãos recolhidos ao celeiro não são frutos exclusivos de suas mãos, mas sobretudo um dom que generosamente nos serve. Fé pela provisão divina que nunca falta mesmo nos momentos difíceis.

Nessa perspectiva, podemos afirmar que, desde há muito tempo, existe um paralelo que relaciona a necessidade de expressar a espiritualidade (sentido da vida) com a necessidade de suprir aquilo que ameaça a vida de forma eminente, a fome. O trabalho para obter os alimentos é, o que muito bem expressou o poeta, a arte de “forjar do trigo o milagre do pão”.

Na tradição judaica, a memória da libertação

Já bem mais tarde, no contexto da páscoa judaica, encontra-se a inauguração de uma nova festa. Nela há elementos de descontinuidade das tradições antigas, mas a relação entre espiritualidade, terra e comida permanece ainda mais explícita.

A saga da vida de José, o poder de quem tem nas mãos as chaves do celeiro, marca o início desse episódio. A história tem início nas consequências de uma contenda familiar, onde se encontram as relações de disputas e desafetos. O autor sagrado, no evoluir dos fatos, desemboca numa narrativa que descreve a partir da fome (necessidade de alimento) questões sociais como: trabalho escravo, fome, migração, tráfico de pessoas, até as questões climáticas e políticas. A busca pela comida promoveu o reencontro dos membros da família e uma refeição selou os vínculos rompidos no passado (Gn. 43, 31).

Foi na ciranda da vida, como a história não é linear, que a mesma necessidade que promoveu o reencontro, saciou a fome e salvou a vida do povo os entregou a servidão. E, foi sob a liderança de Moisés, numa história muito análoga à de José, ou seja, um hebreu

na corte egípcia, que o povo conseguiu se libertar. Outro fato semelhante que também se repete nessa história é o fato de que, assim como a comida foi o eixo que movimentou o reencontro de José com seus irmãos, foi através do ritual de uma ceia que Moisés organizou o povo e com eles se pôs em marcha rumo à liberdade (Ex 12, 1-20).

O processo de fuga foi longo e se deu sob um regime tenso e conflituoso, tanto na relação com a corte do faraó, como entre os próprios membros com seu líder. Uma das revoltas que pôs a liderança de Moisés à prova foi justamente a escassez de comida: “Temos saudade dos peixes que comíamos de graça no Egito, os pepinos, melões, verduras, cebolas e alhos”. (Nm. 11, 5).

Esse caminho de libertação foi tão difícil que Moisés não viveu o suficiente para concluí-lo. A posse da terra prometida se deu sob a liderança de um novo líder, Josué. Foi Josué o responsável por instalar o povo na terra e implantar as legislações instituídas por Moisés ao longo do tempo.

O mais importante decreto desse período foi o Memorial da Páscoa, que, de instituição perpetua, através do ritual de uma refeição, com todas as particularidades que a caracteriza, faz memória, a cada ano, desse fato da história (Ex 12, 21-28). Nele se recordam, sobretudo, as proezas que Deus fez em favor do povo através de seu servo Moisés.

Assim podemos concluir que, embora o projeto de conquista da liberdade seja distinto das questões alimentares, foi a comida e tudo o que se relaciona a ela a base para organizar o povo e celebrar as conquistas.

Em Jesus, a própria divindade

Olhando para a história de Jesus, podemos tirar alguns pontos que confirmam essa nossa relação entre a espiritualidade e a comida.

O movimento de Jesus é uma ação da periferia - Galileia, para o centro do poder político e religioso - Jerusalém. Estas referências geográficas: Galileia e Jerusalém, assim como a ideia de refeição, ceia, aludindo ao aspecto pascal, são elementos importantes para compreender o objetivo de seu projeto e a dimensão pedagógica por ele utilizada.

Jesus de Nazaré foi um Galileu (do povo judeu) que nasceu no início da nossa era cristã há dois milênios. Ele iniciou suas atividades de engajamento e formação dos seus discípulos na Galileia e caminhou em direção a Jerusalém, lugar do seu trágico desfecho. Seu projeto questionou o “status quo” religioso e social de seu tempo, e teve por objetivo a superação da injustiça. Propôs a lei do Amor como condição sine qua non para o pleno cumprimento da Lei e dos Profetas (Direito e Justiça).

Na sua pregação usou de linguagem simples e recorreu a símbolos populares para se comunicar. Fez da refeição o símbolo de seu projeto. No exercício de suas atividades foi ao encontro dos marginais e acolheu pobres, impuros, doentes, deficientes, presidiários, pecadores públicos, mulheres. Com isso declarou quem são os comensais convidados à mesa, ou seja, os destinatários de sua mensagem (Lc. 14, 15-24); afirmou que comer é um direito de todos, sem acepção de pessoas (Mt. 15, 21-28); indicou o caminho de como é possível levar todos à saciedade (Mt. 14, 13-21).

Em seus discursos são inúmeras as parábolas que fazem alusão a banquetes e festas. Associou analogamente os vários problemas sociais e religiosos às diversificadas manifestações de fome. Entre elas destacou, como central, a fome de justiça. Em um deles, dirigindo a

palavra aos “famintos”, autoproclamou-se: “Eu Sou o pão vivo descido do céu” (Jo., 51-59). Com isso declarou ser o próprio Deus feito alimento. Nessa perspectiva, podemos dizer que suas ações foram de acolhimento de todos os que se encontravam à margem da sociedade e/ou da religião, geograficamente e/ou existencialmente, e seu objetivo foi incluir todos os marginalizados/excluídos no “banquete da vida”, em que o próprio Deus se dá em comida.

Acusado de agitador e blasfemo, foi preso, julgado e condenado à morte por dois tribunais: o civil e o religioso (Jo. 18, 19-33). Sua despedida, junto aos seus discípulos, se deu numa ceia antecipada. Durante a refeição, fez da partilha do pão e do vinho um memorial onde seu corpo entregue e seu sangue derramado passaram a ser celebrados na espécie de refeição (Lc. 22, 14-23). E com isso selou com eles um pacto (aliança).

Sua execução se deu às vésperas do dia festivo e, passado o “feriado”, seus discípulos afirmaram que ele ressuscitou dos mortos e o reconheceram no partir do pão (Lc. 24, 13-35). Nesse contexto, Jesus radicalizou a ceia judaica e, a partir dela, da comida, inaugurou um novo memorial: o eucarístico. Nesse contexto, surgem novos elementos: O pão deve ser expressão da doação da própria carne como alimento para saciar a fome do outro. Sentar-se à mesa juntos e ingerir do mesmo pão gera uma aliança, um compromisso, um pacto de vida. Por fim, o pão, quando eucarístico, partilhado até as últimas consequências, é capaz de devolver a vida até aos que já estão mortos. Ressuscita!

Com isso, através de uma refeição, ele identificou seus discípulos, dividiu a história em antes e depois dele e influenciou os últimos 2 mil anos da história ocidental.

Francisco de Assis e a fraternidade

A espiritualidade Franciscana, através de suas fontes biográficas, guarda o tesouro da experiência de vida de Francisco de Assis. Francisco nasceu em Assis, na Itália, em 1180 da nossa era. Inconformado com o projeto de vida que sua família construiu para ele, iniciou uma busca existencial indagando pela sua própria identidade: “Senhor quem és tu e quem sou eu”.

Num encontro com Jesus (no evangelho) descobriu no despojamento o caminho para se orientar. Para tanto, buscou na convivência com leprosos a via da perfeição. E, tão logo iniciou esse caminho, viu-se envolvido num movimento que agregou outros companheiros. Não demorou a concluir que o despojamento não só lhe trazia a paz interior como aproximava as pessoas. Após esse confronto com a alteridade, Francisco torna-se um mestre na construção dos vínculos fraternos. Descobriu-se irmão de todos e proclama em alto e bom som a fraternidade universal.

A relação da comida com a espiritualidade franciscana é muito presente. São inúmeras as passagens das fontes que reportam a essas cenas. Entre elas destacamos três que achamos significativas para este trabalho. A primeira, Francisco come com o leproso na mesma “escudela” (prato). Essa descrição, com detalhes bem repugnantes, significa em

frentar o ranço que é fonte das relações fratricidas. E, ao mesmo tempo, um compromisso com o estilo de vida, simples e pobre. A segunda, recomenda a seus irmãos que, na festa do Natal, se passe carne nas paredes para que também as moscas pudessem participar da ceia. Nisso quer ensinar aos frades que há necessidade de que todos comam, inclusive as moscas. Pois somos todos irmãos! A terceira, narra como um lobo, privado de sua alimentação, começou a atacar as pessoas na cidade. Francisco faz a mediação entre o lobo e os cidadãos e os leva a se comprometer que, garantindo a comida ao lobo, terminarão os ataques. Nessa história, afirma que, onde há privações e injustiças, estabelece-se a violência. A paz é fruto da justiça!

Por último, ainda no campo da relação espiritualidade e comida, podemos atribuir ao ato de alimentar uma forma de exercício espiritual, o jejum. Esse pode ser concebido pelo menos por dois aspectos: educativo ou penitencial. O educativo é o jejum que, através da privação do comer, leva a pessoa a educar seu apetite, buscando assim um melhor equilíbrio da sua saciedade: não necessitamos de tudo para viver e ser feliz. Por isso a partilha se torna salutar para a psique e justa para o social. O penitencial tem um caráter mais sacrificial. Quando a pessoa concebe um jejum como um sacrifício autorreparador. Imprimir uma punição por algum “delito” praticado e que lhe pesa na consciência. Nesse caso, a perspectiva da partilha do pão jejuado não está no horizonte.

A título de conclusão

O alimento como:

- Base da construção de vínculos (afetivos): ninguém chama os inimigos para sentar-se à mesa.
- Composição inerente à dimensão festiva/comemorativa/celebrativa: não há festa, seja religiosa, seja profana, sem comida. O que comer está entre as principais preocupações: quem são os convidados e o que vamos comer.
- Matéria de um pacto: toda vez que se quer celebrar um acordo, seja ele um negócio, seja a superação de um conflito, senta-se para comer/beber algo.
- Elemento de comunhão. Toda vez que aceitamos o convite para a mesa, entramos num espaço de comunhão. Comer do pão oferecido é ingerir mais do que pão. Junto dele está um pouco da vida do anfitrião. É vida doada partilhada para nutrir a vida!
- Referência para o fazer teológico que nutre variadas espiritualidades, sobretudo a fé cristã.(...)

Continua sendo, sob todos os aspectos, o elemento fundamental desta construção milenar que ainda hoje está presente na base da nossa cultura e religiosidade. Superar os sistemas de exploração e morte, para propor novas formas de ser e estar no mundo, como uma Casa Comum, onde todos e todas são irmãos, irmãs e celebram a vida no seu modo significativo e necessário de produzir e consumir de forma justa e equitativa.

REFERÊNCIAS

ABRANDH. O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional. 2013. Disponível em:

<http://www.nutricao.ufsc.br/files/2013/11/ApostilaABRANDHModulo1.pdf>.

Acesso em: 21 out. 2020

ALBUQUERQUE, Lusyanne Parente et al. Relação de obesidade com o comportamento alimentar e o estilo de vida de escolares. In: Revista Nutrición Clínica y Dietética Hospitalaria, n° 35, 2016, p. 17-23. Disponível em: <https://revista.nutricion.org/PDF/361parente.pdf>. Acesso em 21 out. 2020.

BAGATIN, Francioli. Democracia: Cidadania e Seus Limites. Revista Alamedas, v. 5, n.2, 2017, pp. 14-27. Disponível em: <http://erevista.unioeste.br/index.php/alamedas/article/view/18297>.

BRAGA, Vivian. Cultura Alimentar: contribuições da antropologia da alimentação. In Saúde em Revista. Piracicaba, n. 6, 2004, pp. 37-44. Disponível em: http://plataforma.redesan.ufrgs.br/biblioteca/pdf_bib.php?COD_ARQUIVO=3387. Acesso em 21 out. 2020.

BRASIL. Agrotóxico. Inca. Ministério da Saúde. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/exposicao-no-trabalho-e-no-ambiente/agrotoxicos>.

BRASIL. Decreto 7.272 de 25/08/2010. Presidência da República.

Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viv_Identificacao/DEC%207.272-2010?OpenDocument.

BRASIL. Direito humano à alimentação adequada. In: Curso de Formação Básica para Gestores de PRs/BAs/CCs. 2009. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em:

http://plataforma.redesan.ufrgs.br/biblioteca/pdf_bib.php?COD_ARQUIVO=4599. Acesso em 21 out. 2020.

BRASIL. Guia alimentar para a população brasileira – promovendo a alimentação saudável. 2006. Ministério Da Saúde Disponível em: http://189.28.128.100/nutricao/docs/geral/guia_alimentar_conteudo.pdf.

Acesso em 21 out. 2020.

BRASIL. Lei 8.080 de 19/09/1990. Presidência da República.

Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm.

BRASIL DE FATO. Luiza Vilela. A comida é o DNA de uma cultura, uma marca poderosa que deixamos no mundo. 2019. Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2019/10/16/a-comida-e-o-dna-de-uma-cultura-uma-marca-poderosa-que-deixamos-no-mundo>. Acesso em 21 out. 2020.

BRASIL DE FATO. Lu Sudré. Mundo viu 10 milhões a mais começarem a passar fome em 2019, diz ONU. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/07/13/mundo-viu-10-milhoes-de-pessoas-a-mais-comecarem-a-passar-fome-em-2019-diz-onu>

Acesso em 21 out. 2020.

BRASIL DE FATO. Vijay Prashad.. A fome atormenta cada canto do mundo. In Brasil de Fato. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/18/a-fome-atormenta-cada-canto-do-mundo>. Acesso em 21 out. 2020.

BUENO, Chris. Febre Culinária. Revista Ciência e Cultura. vol. 68 n.1 São Paulo janeiro/março,. 2016. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252016000100020. Acesso em 21 out. 2020.

CEE – FIOCRUZ. FAO: estudo revela o impacto de alimentos ultraprocessados sobre saúde. Disponível em: <https://cee.fiocruz.br/?q=node/1018>.

CONJUR. Juliano Ralo Monteiro,. Direito à alimentação ainda deve ser efetivado. 2011. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2011-mar-23/mudou-inclusao-direito-alimentacao-constituicao>. Acesso em 21 out. 2020.

ECHEGARAY, Joaquim Gonzáles. O crescente fértil e a Bíblia. 1ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1995.

IPEA. Sandro Pereira Silva. A trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional: projetos, descontinuidades e consolidação. 2014. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3019/1/TD_1953.pdf.

Acesso em 21 out. 2020.

LIMA, Romilda de Souza; NETO, José Ambrósio Ferreira; FARIAS, Rita de Cássia. Alimentação, Comida e Cultura: o exercício da comensalidade. In: Revista Demetra, n° 10, 2015, p. 507-522. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/demetra/article/viewFile/16072/13748>.

Acesso em 21 out. 2020.

MAZZAROLO, Isidoro. A Eucaristia: Memorial da Nova aliança. 1ª ed. São Paulo: Editora Paulus, 1999.

MELGAREJO, Leonardo (Entrevista). As sementes transgênicas não são mais produtivas, nem foram planejadas com este objetivo. Revista Instituto Humanitas Unisinos. 2013. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/525697entrevista-especial-com-leonardo-melgarejo>. Acesso em: 21 out. 2020.

MESA BRASIL SESC. Noções básicas sobre alimentação e nutrição. Banco de Alimentos e Colheita Urbana. Rio de Janeiro: SESC/DN. 2003. Disponível em: <https://www.sesc.com.br/mesabrasil/cartilhas/cartilha6.pdf>. Acesso em: 21 out. 2020.

MINAS FAZ CIÊNCIA. Luana Cruz. Comida : expressão de cultura, memória e identidade. Disponível em: <https://minasfazciencia.com.br/2017/08/24/comida-expressao-de-cultura-memoria-e-identidade/>.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. A História da Luta pela Terra. Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/inicio/>. Acesso em 21 out. 2020.

MST. Esther Vivas. A agricultura camponesa e ecológica pode alimentar o mundo?. 2014. Disponível em: <https://mst.org.br/2014/05/23/a-agricultura-camponesa-e-ecologica-pode-alimentar-o-mundo/>. Acesso em 21 out. 2020.

NOVA BÍBLIA PASTORAL. 1ª ed. São Paulo: Editora Paulus, 2014.

OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. Maura Oliveira Martins. Por que os programas de culinária nos fascinam tanto? 2016. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/tv-em-questao/por-que-os-programas-de-culinaria-nos-fascinam-tanto/>. Acesso em 21 out. 2020.

OPAS. Health Indicators. Conceptual and operational considerations. Disponível em: https://www.paho.org/hq/index.php?option=com_content&view=article&id=14401:health-indicators-conceptual-and-operational-considerations-section-1&Itemid=0&lang=pt.

PENNA-FIRME, Rodrigo; RESENDE, Leonardo de Oliveira. Aumentar as exportações brasileiras de alimentos significa melhorar a segurança alimentar mundial? Revista Ciência Geográfica, Bauru, Ano XXIII, vol. XXIII, janeiro/dzembro, Disponível em: <https://www.fazendatriqueda.com.br/wpcontent/uploads/2020/05/Resende-e-Penna-Firme-2019.pdf>. Acesso em 21 out. 2020.

TEIXEIRA, Celso Márcio (tradutor). Fontes Franciscanas e Clarianas. 1ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

TODAMATÉRIA. Lana Magalhães. Nutrientes. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/nutrientes/>.

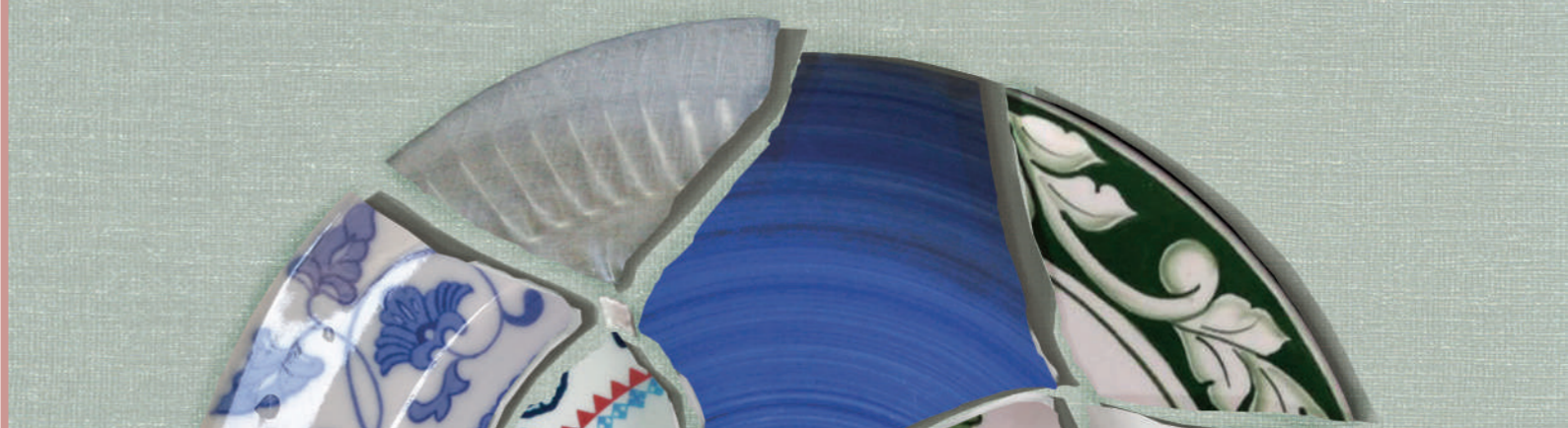
TORO. Commodities. O que são commodities? Disponível em: <https://blog.toroinvestimentos.com.br/commodities-o-que-sao>.

UNICEF. Nutrição. O Unicef trabalha para contribuir com o Brasil na construção de políticas específicas para reverter a desnutrição indígena e incentivar a alimentação e os hábitos saudáveis. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/nutricao>.

VIVAS, Esther (Entrevista). Um sistema alimentar que produz famintos e obesos, Revista Instituto Humanitas Unisinos. 2014. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/530935-um-sistema-alimentar-que-produz-famintos-e-obesos-entrevista-especial-com-esther-vivas>. Acesso em 21 out. 2020.

WORLDMETERS. População mundial. Disponível em: <https://www.worldometers.info/pt/>.

O ENTENDIMENTO DA FOME COMO UM PROBLEMA POLÍTICO ESTRUTURAL



■ Adriana Salay Leme¹

O primeiro passo para olhar o que significa a fome é a separação entre a sensação biológica e o problema social. Quando sentimos fome um pouco antes de uma refeição, ela pode ser sanada com a ingestão de alimento, o que em inglês chamam de hunger. Nesse sentido, ricos e pobres sentem fome. Aqui não estamos interessados nesse fenômeno. Por fome, queremos dizer a falta de acesso ao alimento por um grupo social durante um tempo prolongado, quando uma pessoa ou um coletivo não é capaz de se alimentar da forma como entende alimentação variada e adequada, por não conseguir ter esse alimento. Nesse sentido, se uma pessoa sentir fome, não vai conseguir saciá-la plenamente.

Desde o processo de invasão e colonização destas terras, temos notícias de que a fome esteve presente no Brasil. Alguns chegam a dizer, inclusive, que a história das civilizações é a história da luta contra a fome, pela capacidade de gestão segura do alimento. Mas o fato é que o que se entende por fome muda conforme a época e a sociedade, assim como muitas palavras. Esse raciocínio fica mais fácil de ser compreendido, observando-se termos que tiveram seu conteúdo alterado recentemente para gourmet. Antes, o conceito de gourmet era aplicado à pessoa que gostava de comer e entendia dos preceitos culinários e gastronômicos. Hoje esse termo passou a ser usado também para objetos e lugares. Dessa forma, passaram a

existir pipoca gourmet, varanda gourmet e muitos outros. Gostemos ou não, as palavras mudam de sentido de acordo com o tempo.

E com o termo fome não foi diferente. O que mostram os registros históricos é o fato de a fome, como um problema coletivo, estar ligada à crise até a primeira metade do século XX no Brasil. Isso quer dizer que o termo era usado quando havia algo fora do curso regular da sociedade. Por exemplo, uma guerra seria um fato gerador de fome, assim como uma grande seca sertaneja. Nesse sentido, a fome era socialmente mais aguda e gerava aumento de mortalidade, violência, saques, migração e até atos de canibalismo em casos extremos. São muitos os registros de canibalismo em grandes ondas de fome, como na Segunda Guerra Mundial ou nas secas de 1897 e 1932 no sertão brasileiro.

A questão é que o entendimento dos fenômenos vai formar as ações relativas a eles. Em outras palavras, se a fome era entendida apenas como crise, as propostas governamentais de enfrentamento também estavam presentes apenas naquele momento, como nos campos de concentração para retirantes da seca sertaneja em 1915 e 1932, ou da Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca, que construía estradas e poços para empregar os flagelados.

O contexto de produção científica internacional começou lentamente a alterar esse entendimento no fim do século XIX

“HÁ UMA MISÉRIA MAIOR DO QUE MORRER DE FOME NO DESERTO: É NÃO TER O QUE COMER NA TERRA DE CANAÃ.

JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA

e na primeira metade do século XX, principalmente por meio do que chamamos paradigmas nutricionais. Hoje é de amplo conhecimento que os alimentos não são homogêneos e que variam tanto em relação às calorias quanto ao valor nutricional, em vitaminas e minerais. Esse olhar para o alimento é historicamente muito recente e começou a surgir nesse período com dois paradigmas – primeiro o calórico e a capacidade de contar a ingestão de alimentos; segundo o vitamínico e a noção de que cada alimento aporta diferentes componentes ao corpo. É claro que já se consideravam os alimentos diferentes entre si, mas em outras chaves interpretativas, como na medicina hipocrática-galênica ou na teoria dos humores no mundo ocidental.

O que se apresentou aqui foi a racionalização da alimentação e a possibilidade de sua contagem precisa, podendo medir a ingestão e, conseqüentemente, a falta de ingestão. No Brasil esse entendimento se intensifica nos anos 1930. Começam a aumentar os estudos que falavam em alimentação ideal e má alimentação, subnutrição e outros termos correlatos. Intensificam-se as pesquisas para medição da alimentação dos países e a formação da noção de que o indivíduo precisa de um mínimo necessário para a manutenção da vida.

Esse mínimo vital não estava neces-

sariamente ligado a reivindicações de classes ou revolucionárias. Ele tinha dois objetivos dentro do sistema capitalista vigente: o primeiro era garantir trabalhadores que tivessem alta produção e que, para isso, precisavam estar alimentados; o segundo é a alimentação encarada como arma de guerra. Muitas pesquisas e alimentos surgiram para manter os soldados saudáveis. O que se torna central nesse novo entendimento é a ligação entre alimentação e renda, e o entendimento de que era preciso manter a população em um nível mínimo de qualidade de vida.

Nesse cenário ocorreram as duas guerras mundiais. Paradoxalmente, elas foram catalisadoras do alargamento do sentido de fome. Isso porque, apesar de ter causado mais de 20 milhões de mortes por fome, as guerras geraram ou intensificaram ferramentas para que se propusesse um novo olhar sobre o fenômeno.

A partir das ferramentas científicas mencionadas, do lugar estratégico que adquire a alimentação no desempenho dos países e das discussões sobre pobreza e o mínimo vital, começa a se enunciar um novo entendimento de deficiências alimentares como problema estrutural. No Brasil não foi diferente. Apesar de o país ser a periferia dessa produção científica, houve a formação de um número expressivo de cientistas que

1 Doutorado em História Social pela USP. Estuda temas relacionados a fome, hábitos alimentares e conceitos, e atua há 10 anos na área da alimentação. Coordena o projeto Quebrada Alimentada, que promove o combate à fome na pandemia no extremo da zona norte de São Paulo.

discutiam alimentação racional, entre eles Josué de Castro.

Recifense nascido em 1908 e formado em Medicina, Josué de Castro foi a figura central das discussões sobre a fome no Brasil. Ele foi um intelectual ativo e professor de diferentes universidades, como Faculdade de Medicina do Recife, Universidade do Distrito Federal, Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro, e instituições internacionais. Foi formador e articulador de órgãos em torno da alimentação durante o governo Getúlio Vargas e, em 1954, se elegeu deputado federal por Pernambuco pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), sendo reeleito em 1958. Nesse meio-tempo, foi presidente do conselho da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação e, em 1962, se tornou embaixador do Brasil na Organização das Nações Unidas. Josué de Castro teve ampla circulação em diversas esferas da sociedade como médico, literato, articulador político, professor universitário e cientista. Publicou diferentes obras que versam sobre o tema da alimentação no Brasil, entre elas o livro *Geografia da Fome*, lançado em 1946 e traduzido para diversas línguas.

Seu entendimento sobre a realidade da alimentação proletária e periférica começa a se desenhar no inquérito alimentar *As condições de vida das classes operárias no Nordeste*, publicado em 1935. Apesar de não ter sido a primeira pesquisa, seu recorte da população foi fundamental para o resultado e a conclusão de que o consumo médio de calorias desse grupo era de 1.645 enquanto o indicado

para a época era de 3.000 a 4.000. A alimentação não tinha variedade e era pautada por poucos alimentos, como farinha de mandioca, feijão, charque e açúcar. Em média, 71,6% do salário era destinado à compra de alimentos. “Como se pode comer assim e não morrer de fome?” E só há uma resposta a dar, se bem que um tanto desconcertante: “Como? Morrendo de fome”. (Castro, 1959. p. 87).

A partir daí, Josué de Castro começa a delinear o conceito que vai apresentar de forma mais acabada no livro *Geografia da Fome*. Foi nessa publicação que ele sistematizou o alargamento do sentido de fome que estava em curso naquele momento. Aproximou os conceitos que eram utilizados pela nutrição, como má alimentação e subnutrição, das crises de fome que tinham ampla cobertura da imprensa. Em *Geografia da Fome*, Josué vai dizer: ambas são fomes; uma é fome endêmica, parcial ou oculta, que não é tão aguda, mas que mata lentamente a população periférica, e a outra é a fome epidêmica, que gera corpos esqueléticos e mais comoção. Ambas são importantes e precisam ser encaradas em suas complexidades e especificidades.

Nasce desse contexto o entendimento de que fome também é um problema estrutural, produzido pela sociedade. Como vai dizer Josué, fome é um fenômeno biológico de um problema social. É a esse novo entendimento do que é fome que podemos atribuir ações de combate a ela, como refeitórios populares e merenda escolar, e desse contexto também o surgimento do salário mínimo e das leis trabalhistas como as temos hoje.

Com o desenvolvimento de sua trajetória e obra, Castro vai se aproximando de questões estruturais da sociedade para o fim da fome, como a reforma agrária. Se a fome é fruto das desigualdades sociais, ela está na cidade e no campo. A concentração de terras é um entrave para a erradicação da fome em dois sentidos, porque explora o trabalhador do campo e não faz dele detentor de autonomia suficiente para escolher o alimento, além de não garantir soberania alimentar, já que muitos latifúndios estão voltados para a exportação de commodity. Foi essa defesa intensa da reforma agrária um dos motivos para a cassação de seus direitos políticos e posterior exílio pelo golpe civil-militar em 1964. Josué de Castro nunca mais teve permissão para voltar ao seu país e morreu na França, em 1973.

As palavras informam e também formam. Olhar para a mudança no entendimento sobre fome é olhar também para as consequências que essa definição do fenômeno traz. Se a fome era entendida como uma crise apenas, ela não precisava ser combatida no curso regular das nações. Do imenso legado de Josué de Castro, ficamos principalmente com a acepção de fome como um produto estrutural das relações sociais estabelecidas. Mas só a definição do termo não basta.

Apesar de todo o conhecimento científico, dos debates políticos em torno do tema e do surgimento de organizações de combate à fome, esse enfrentamento não se tornou política de Estado permanente. Não é à toa que, mesmo com todas essas discussões promovidas na primeira metade do século XX e o surgimento de políticas públicas importantes, em 1974 e 1975 uma pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística mostrou que 62,7% do Brasil tinha deficiência calórica na alimentação. Em outras palavras, mais da metade do Brasil não comia o suficiente em termos quantitativos e apenas 8% se alimentava bem em termos qualitativos. Havia relatos de famílias que passavam três dias sem comer, que comiam miolo de xaxim e crianças que brigavam para comer as próprias fezes. O suposto milagre econômico foi para poucos.

Isso mostra que o desenvolvimento econômico nos moldes capitalistas atuais não é a solução para a fome. Seu combate precisa necessariamente passar pela extinção das desigualdades sociais, como de raça, classe e gênero, e pela proposição de uma nova sociedade, que tenha como base a comunidade, e a natureza como elemento central para a vida. Enquanto isso, assim como nos mostrou Josué de Castro, é preciso atuar na organização social e em duas frentes: políticas emergenciais, como transferência de renda, e políticas estruturais, como a reforma agrária. Então, nesse momento, teremos efetivamente deixado o mapa da fome.

MESA, COPO, PRATO, SAL, TALHER EM 2020

■ Selvino Heck¹

Há menos de 15 anos, no início do século XXI, Frei Betto escreveu: “As iniciais do então Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar formavam a palavra MESA. Sobre esta MESA, a Mobilização Social do Fome Zero, coordenada por Oded Grajew e por mim (Frei Betto), colocou o COPO (Conselho Operativo do Fome Zero), o PRATO (Programa de Ação Todos pela Fome Zero), o SAL (Agentes de Segurança Alimentar) e o TALHER. TALHER é um instrumento de alimentação. Para o Programa, não só alimentação física, mas também mental e espiritual. O Fome Zero não quer saciar apenas a fome de pão, mas também a de beleza: promover a educação cidadã dos beneficiados. A equipe conhecida por TALHER prepara monitores que capacitam quem participa de Comitês Gestores, COPOS ou atua como SAL. E ajuda a multiplicar muitos TALHERES Brasil afora.” Eram tempos de esperança.

Nesse mesmo período duas frases podem ser consideradas importantes para contextualizar um período da sociedade brasileira relacionada ao tema fome, no início dos anos 2000 no Brasil. A primeira é do presidente Lula, que disse, quando de sua posse e lançamento do Programa Fome Zero: “Se eu conseguir que todos os brasileiros e todas as brasileiras possam tomar café da manhã, almoçar e jantar, já terei cumprido a missão da minha vida.” A segunda, também de Frei Betto, quando era assessor especial da Presidência da República: “Matar a fome de pão, sim, em primeiro lugar; mas também, e ao mesmo tempo, saciar a sede de beleza.”

(Conselho Operativo do Fome Zero), o PRATO (Programa de Ação Todos pela Fome Zero), o SAL (Agentes de Segurança Alimentar) e o TALHER. TALHER é um instrumento de alimentação. Para o Programa, não só alimentação física,

mas também mental e espiritual. O Fome Zero não quer saciar apenas a fome de pão, mas também a de beleza: promover a educação cidadã dos beneficiados. A equipe conhecida por TALHER prepara monitores que capacitam quem participa de Comitês Gestores, COPOS ou atua como SAL. E ajuda a multiplicar muitos TALHERES Brasil afora.”

Ivo Poletto, da primeira equipe de educadores e educadoras do TALHER, também tratou da importância da mobilização social na temática do direito à alimentação: “Educação cidadã é um amplo processo de descoberta do sentido ético e do sentido político do Programa Fome Zero, a ser realizado com pessoas, movimentos e entidades que trabalham com educação popular. Tem como missão reforçar a mobilização cidadã dos excluídos e excluídas. Essa mobilização visa à conquista das transformações estruturais – reforma agrária, geração de emprego com salário adequado, apoio à geração de trabalhos e serviços que gerem renda, reforma urbana etc. -, necessárias para que sejam geradas oportunidades para que todas as pessoas e famílias garantam sua segurança alimentar e nutricional com autonomia.”³

Na publicação “Pé dentro, pé fora, na ciranda do poder popular”⁴, é contada a história da Rede de Educação Cidadã (RECID) de 2003 a 2010, durante os dois governos Lula. A primeira parte da publicação – RECID (2003-2010) entre a Realidade e a Utopia-, é aberta com uma citação de Paulo Freire, que diz: “Todo amanhã implica, necessariamente, o sonho e a utopia.”

A partir da equipe dos sete educadores populares do TALHER, surgiu a RECID. Hoje, mesmo em tempos de governo

golpista, a RECID resiste bravamente, na base da educação popular militante, e continua no trabalho de “saciar a sede de beleza”, dignidade, cidadania, direitos e democracia.

O Fome Zero não era só o Cartão Alimentação, que depois tornou-se o Bolsa Família. Eram políticas e programas como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), o reforço ao PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), programas de apoio à agricultura familiar e camponesa, a economia solidária, entre muitos outros. E sempre, junto e ao mesmo tempo, mobilizar a sociedade, construindo a cidadania junto aos beneficiados pelos programas, por meio da RECID.

Além disso, eram envolvidas outras áreas de governo, como as Secretarias da Mulher, Igualdade Racial, Juventude, Economia Solidária; as políticas de agricultura familiar e camponesa; o desenvolvimento social com os Territórios da Cidadania; o Cultura Viva, em diálogo permanente com sociedade, movimentos sociais, pastorais populares, escolas e universidades. Deste diálogo surgiram, sendo formalmente assumidos pelo governo federal, a Política Nacional de Participação Social, lançada pela presidenta Dilma Rousseff em 2014; o Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas, lançado pelo ministro Gilberto Carvalho em 2014; a Política Nacional de Educação Popular em Saúde em 2013, e a Política Nacional de Formação da Economia Solidária, com Paul Singer.

Hoje, com o desmonte dessas iniciativas ao longo dos últimos anos, as manchetes não mentem: o Brasil corre sério risco de voltar ao Mapa da Fome, de onde saiu, segundo a FAO/ONU, pela

1 Deputado estadual constituinte do Rio Grande do Sul (1987-1990), assessor especial da Presidência da República (2005-2016), conselheiro do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional/Rio Grande do Sul, membro da Coordenação Ampliada Nacional do Movimento Fé e Política.

2 BETTO, Frei. A fome como questão política, In: Fome Zero: Textos fundamentais. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, pp. 26-27

3 POLETTO, Ivo. Educação cidadã multiplicadora: O que é? In: Fome Zero: Textos fundamentais. Rio de Janeiro: Garamond, 2004

4 REDE DE EDUCAÇÃO CIDADÃ. Pé dentro, pé fora: Na ciranda do Poder Popular. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2011

primeira vez na história em 2014. O atual governo federal acabou com as políticas, os programas e instrumentos de “matar a fome de pão e saciar a sede de beleza”, incluindo a RECID e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), surgido a partir do Plano de Segurança Alimentar proposto pelo Governo Paralelo constituído por Lula, com a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, tendo Betinho à frente e cujo primeiro presidente foi dom Mauro Morelli.

Diversos veículos de comunicação têm destacado o tema em suas manchetes. Em setembro passado, Luís Nassif pontuou: “A volta do Brasil ao Mapa da Fome mostra o fracasso do mercadismo caboclo. Em 2014, o Brasil saiu do Mapa da Fome. A FAO analisou dois períodos distintos. Entre 2000 e 2013, a quantidade de brasileiros em situação de subalimentação caiu 82%.” O site Brasil247 foi assertivo ao dizer que “mais de 3 milhões de brasileiras/os deixaram de ter acesso a uma alimentação básica desde a saída da presidenta Dilma Rousseff. A fome tinha recuado em mais de 50% em dez anos”.

Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre a fome no Brasil, divulgados em setembro deste ano, foram pauta de portais como Uol - “Mulheres, pardos e pretos estão mais vulneráveis a passar fome no Brasil. País teve pior nível de segurança alimentar desde 2004, segundo dados do IBGE” – e estamparam as páginas do Correio do Povo. “Fome aumenta 43,7% em cinco anos, diz IBGE. 5,1% da população de 0 a 4 anos de idade e 7,3% da população de 5 a 17 anos convivem com a insegurança alimen-

tar”. Mais de 1/3 da população brasileira apresentou algum grau de insegurança alimentar no biênio 2017/18, maior índice registrado pelo IBGE desde 2004. Um total de 84,9 milhões de brasileiras/os, de uma população de 207,1 milhões, moravam com algum grau de insegurança alimentar em 2017/18. Houve um aumento de 43,7% desde 2013 no número de pessoas em situação de insegurança alimentar.

De acordo com a historiadora Adriana Salay, do Coletivo Banquetaço, que organiza o Quebrada Alimentada, com a frase “gente é pra brilhar, não pra morrer de fome”, enfrentamos hoje a volta de um estado de fome epidêmica no Brasil. Adriana vê a fome epidêmica, causada pela emergência sanitária, juntar-se à fome endêmica no país. Eram 37% das famílias vivendo em insegurança alimentar em 2018. Essa percentagem era de 23% em 2013. Para ela, “o governo não fará nada para impedir a fome sem pressão popular”⁵.

Num debate promovido pelo CONSEA/Rio Grande do Sul com diferentes atores sociais sobre a pandemia do coronavírus e a volta da fome, Rui Antônio de Souza falou em nome do Comitê contra a Fome e o Vírus da Lomba do Pinheiro. A Lomba do Pinheiro é um conjunto de vilas populares na zona leste e periferia de Porto Alegre e Viamão, com uma longa história de luta e mobilização de lideranças e de seus moradores, desde os anos 1970, por meio da presença dos frades franciscanos, onde morei e atuei como frade franciscano nos anos 1970/80, com as Comunidades Eclesiais de Base, associações de bairro e movimentos culturais. Rui mostrou que hoje contam com o Con-



selho Popular da Lomba do Pinheiro, com o Núcleo de Reflexão Política da Lomba do Pinheiro, um cursinho popular e o KiLomba, espaços que impulsionaram a formação do Comitê contra a Fome e o contra o Vírus.

Ele contou que, na instalação do comitê, no início do ano, foram decididos três encaminhamentos principais: elencar quem precisa de alimentos e organizar a entrega para essas pessoas; fazer o mapeamento das campanhas feitas na Lomba e os pontos críticos para ajuda urgente; passar carro de som pela Lomba falando da doença, da importância de ficar em casa e da proposta de renda mínima.

O comitê conta com a presença e participação das lideranças das muitas vilas, por meio das associações de bairro, das CEBs, da Paróquia Santa Clara, sob responsabilidade dos frades franciscanos, e outras instituições religiosas, das escolas, num grande mutirão de enfrentamento à fome, miséria e ao desemprego. Fazem distribuição de alimentos, cestas básicas, máscaras, kits de material de higiene incluindo álcool em gel, botijões de gás e roupas, além de produzir sopões e quentinhas, e distribuem para as famílias que hoje precisam para sobreviver. Tudo isso com a participação direta das lideranças de cada vila ou das ruas das comunidades.

Não se fica, no entanto, apenas na assistência imediata. São mobilizações na ponta e ações na base. Na feliz expressão de Rui Antônio de Souza, faz-se “formação na ação”. Todas as quintas-feiras reúnem-se lideranças e pessoas atendidas para conversar sobre o que está acontecendo, o que está sendo feito e o que ainda há

por fazer. Em primeiro lugar, o objetivo é escutar as pessoas, dar-lhes vez e voz. Depois, conversar sobre temas como economia solidária, saúde, educação, políticas públicas, participação popular e democracia, para que as pessoas comecem a entender o que está acontecendo, compreendam as razões pelas quais estão com fome, não têm emprego, e da ausência do governo. E no diálogo e amorosidade freireanos, todas e todos comecem a agir juntos, abraçados, solidária e coletivamente.

Dar assistência e fazer doações são ações que resolvem o problema de forma imediata. É fundamental incluir na caminhada a própria população e suas lideranças. E apoiar a sua auto-organização, para que, compreendendo os acontecimentos e as políticas, possam agir e exigir os seus direitos. Assim, as novas lideranças que surgem desse processo sentem-se amparadas e poderão, em momentos seguintes e no futuro, ser protagonistas em suas próprias comunidades e nas comunidades vizinhas. Alimentam-se o amanhã, o sonho, a utopia do Reino desde aqui e agora.

Essa é a chamada formação na ação. Não é apenas a solidariedade na ação. É ação e formação juntas. É formação e conscientização à base da solidariedade. São a MESA, o COPO, o PRATO, o SAL e o TALHER hoje: matar a fome de pão e saciar a sede de beleza.

Sobre o contexto da fome, Leonardo Boff escreveu em 2004: “Vivemos tempos de grande barbárie, porque é extremamente parca a solidariedade entre os humanos. Um bilhão e quatrocentos milhões de pessoas vivem com menos de um dólar

5 SANT’ANNA, Emilio. ‘Enfrentamos hoje a volta de um estado de fome epidêmica no Brasil’, diz historiadora. Folha de S. Paulo, 12/10/2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/10/enfrentamos-hoje-a-volta-de-um-estado-de-fome-epidmica-no-brasil-diz-historiadora.shtml>



por aí. Dois terços destes são constituídos pela humanidade futura: crianças e jovens com menos de quinze anos, condenados a consumir duzentas menos vezes energia e matérias-primas do que seus irmãos e irmãs norte-americanos. Mas quem pensa neles?⁶” A esse respeito, e tendo o Fome Zero como referência, também escrevi no mesmo ano: “Um projeto de desenvolvimento democrático-popular combina a democratização do Estado e da sociedade com um modelo de desenvolvimento econômico e social a partir da maioria da população, do mercado interno, do setor produtivo, da soberania nacional, da participação popular, com o sentido ético-político de distribuir renda, riqueza e poder. O Programa Fome Zero (PFZ) insere-se neste contexto e perspectiva. Faz-se assim uma verdadeira revolução democrática”⁷.

Bons tempos aqueles de 2003 e os anos seguintes. Mas estamos em 2020. MESAS, COPOS, PRA-TOS, SAL e TALHERES continuam mais que nunca urgentes e necessários hoje. Eliane Martins, da primeira equipe de educadores do TALHER e hoje da equipe de formação da Escola Florestan Fernandes, escreveu em 2004, para aquele momento histórico, e continua escrevendo para os tempos que vivemos hoje: “O que está posto como tarefa histórica para o povo brasileiro é um profundo processo de mobilização e organização. Mais que nunca se faz necessário conhecer, participar, ouvir e falar. Não é tempo para silêncio, para esperas em arquibancadas distantes da vida. É hora de entrar no jogo, entrar na partida que está acontecendo aqui no chão”⁸.

A luta popular, o trabalho de base, o ‘saciar a sede de beleza’, junto com o cuidado com a Casa Comum do Papa Francisco, continuam vivos, presentes. Todas e todos estamos convocados para esta tarefa histórica.

6 BOFF, Leonardo. O ethos que se solidariza, In: Fome Zero: Textos fundamentais. Rio de Janeiro: Garamond, 2004

7 HECK, Selvino. Sentido ético-político e transformação social. In: Fome Zero: Textos fundamentais. Rio de Janeiro: Garamond, 2004

8 MARTINS, Eliane. Primeiros Passos da Fundação do Brasil. In: Fome Zero: Textos fundamentais. Rio de Janeiro: Garamond, 2004

SOLIDARIEDADE EM TEMPOS DE PANDEMIA: O LEGADO DE BETINHO

Regina Novaes¹ ■

O sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, foi criado em um lar católico onde se fazia caridade. As práticas de caridade remetem ao reconhecimento social de situações de desigualdade material. No âmbito da cultura judaico-cristã, a caridade faz parte da construção histórica de uma narrativa humanitária na qual a ação mitigatória se tornou moralmente imperativa. E isso a família de Betinho ensinou a seus filhos.

Já em sua juventude, juntou-se a correntes de pensamento cristão que questionavam práticas tradicionais de caridade. Tratava-se de evitar que a caridade se tornasse um expediente de reprodução de desigualdades congelando distâncias entre quem pode doar e quem precisa receber. Como Betinho disse certa vez: “Por que falamos em fazer caridade para os pobres e mais distantes enquanto dizemos que prestamos solidariedade para os amigos? Ninguém fala que faz caridade entre os que podem se tornar iguais.”

Não por acaso, já nos anos de 1960, estudante de sociologia, Betinho passou a agir motivado por uma concepção cristã de solidariedade, afirmando valores de justiça e igualdade. Assim, participou da Juventude Universitária Católica e, mais tarde, ajudou a fundar uma organização política denominada Ação Popular Marxista Leninista (AP).

Como ativista da AP, ele buscou exercer a “solidariedade de classe” e foi viver em um bairro popular. Seu objetivo era fazer “trabalho de base”, despertar consciências proletárias na fábrica onde foi trabalhar.

Perseguido após o golpe militar de 1964, tornou-se um exilado político e foi acolhido por diferentes redes de “solidariedade internacional” que se moviam por meio da legitimação das consecutivas gerações dos direitos humanos. Nessa ocasião, Betinho aproximou-se da linguagem dos direitos humanos e fez dela uma poderosa ferramenta para despertar solidariedades diante das velhas e novas injustiças e contradições constitutivas do mundo globalizado.

Betinho viveu no Chile, no México e no Canadá até 1979. Quando voltou, encontrou um Brasil que, ainda sob o regime de ditadura civil militar, havia conhecido um inédito crescimento econômico, que, ancorado em grande concentração de renda e um brutal endividamento externo, veio a desembocar em uma grave crise econômica. Tal crise fez despontar várias formas de contestação ao regime e os primeiros anos da década de 1980 foram marcados pelo ressurgimento dos movimentos estudantil e operário, pela fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) e pela Campanha pela Anistia de presos e exilados políticos.

1 Regina Novaes é antropóloga, foi presidente do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), aposentou-se da UFRJ e atualmente é professora visitante da Unirio.

Em sua volta, Betinho logo se engajou em ações e campanhas a favor da distribuição de renda, terra e justiça social, desenvolvidas por organizações da sociedade civil e apoiadas por importantes entidades, como a Ordem dos Advogados do Brasil, a Associação Brasileira de Imprensa, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares.

Ao mesmo tempo, em 1981, Betinho, junto com Carlos Afonso e Marcos Arruda, também ex-exilados, fundou o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), com a missão de produzir informações, análises, questões, argumentos e propostas voltadas para a ação democrática transformadora. Com esses objetivos, Betinho e o Ibase participaram de um desafiante período de reconstrução da vida política no país.

“Quem tem fome tem pressa”: em busca da mobilização social

Com a derrota de uma emenda constitucional que aprovaria as eleições diretas no Brasil em 1984, a transição democrática se fez por meio de uma eleição indireta para a Presidência da República (1985) e se completou com a promulgação da nova Constituição Federal (1988).

Após anos de regime autoritário, a democratização política não resultou em um processo de democratização econômica que deveria gerar diminuição da desigualdade e da exclusão social. Saído do autoritarismo político, o Brasil se viu em um mundo globalizado, no qual o Estado de bem-estar social estava em crise. Os governos se pautavam pela defesa do Estado Mínimo e recorriam às chamadas políticas neoliberais, que pressupunham pouca intervenção na economia e questionamento quanto aos direitos básicos de cidadania (saúde, educação, emprego, moradia).

Como resultado desse descaminho

de desenvolvimento, no Brasil dos anos de 1990, a fome de amplos segmentos da população tornou-se cada vez mais evidente. Nesse contexto, em 1993 foi criada a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, que ficou logo conhecida como Campanha contra a Fome ou Campanha do Betinho. Mesmo contando com muitas parcerias pessoais e institucionais, Betinho foi o principal formulador e a principal referência pública da campanha. Com sua experiência de vida, ele propôs a articulação de três aspectos: denúncia das injustiças, interpelação aos poderes públicos e apelo aos sentimentos de solidariedade.

Talvez o maior mérito daquela campanha tenha sido operar simultaneamente com diferentes modalidades de apelo à solidariedade, mobilizando distintos setores da sociedade. Sem dúvida, sua marca-símbolo – um prato vazio – mobilizou emoções de diversas parcelas da sociedade. Esse símbolo esteve presente tanto na tradicional Campanha do Quilo que se fazia nas paróquias católicas quanto entre estudantes de ciências sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que se empenharam para recolher 1 Quilo de Alimento para os Trabalhadores do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

A linguagem da campanha incentivava Comitês da Ação da Cidadania a ser independentes e se formar a partir de diferentes espaços de agregação social, como: a) redes e organizações religiosas voltadas para a caridade (como vicentinos, franciscanos e outras irmandades cristãs católicas, evangélicas e espíritas); b) organizações leigas tradicionais que se propunham a fazer “assistência social” (como Lions e Rotary Club); c) associações ou grupos de funcionários de empresas públicas e privadas; d) setores populares organizados em espaços de participação (comunidades de base, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, associações, sindicatos e núcleos de partidos).

Os comitês locais eram formados e, reconhecidos como tal, ligavam-se à cam-

panha criando uma grande rede de solidariedade na qual cabiam tanto práticas tradicionais de caridade quanto outras tantas e variadas modalidades de intervenção social. No interior da campanha não se buscavam distinguir intenções cristãs, humanitárias, assistencialistas, associativas ou políticas. Importava afirmar publicamente o valor da solidariedade por meio de atos e quantificáveis ações concretas.

Como pano de fundo, duas frases de Betinho foram muito repetidas naqueles anos: “Quem tem fome tem pressa” e “Que cada um faça a sua parte”. Sem dúvida, o sucesso da campanha esteve ligado à credibilidade conquistada por esse personagem que convocava a todos sem definir “o” perfil ideal dos participantes. A partir de sua trajetória pessoal de cristão, militante, exilado, hemofílico (que se tornou soropositivo e ajudou a fundar a Associação Brasileira Interdisciplinar da AIDs – Abia), Betinho não selecionava parcerias por pertencimento religioso nem graus de consciência política.

“Que cada um faça sua parte”: consensos e controvérsias

Hoje podemos dizer que, com seu estilo bem-humorado e instigante, Betinho se tornou um profeta sem Igreja, que nos ensinou a produzir efeitos políticos sem disputar poder no mundo da política. Como consequência, ensinou a agregar sem homogeneizar e valorizar diferenças como vias para sensibilizar, criar comprometimento e motivar ações imediatas.

Assim, a campanha despertou a solidariedade por proximidade física em espaços religiosos, nas vizinhanças e associações de bairro. Ao mesmo tempo, porém, para atingir o público em geral, promoveu intenso uso dos meios de comunicação, sobretudo a televisão. Elaboradas e doa-

das pelo Comitê formado por competentes publicitários, foram belas e contundentes as peças veiculadas com o objetivo de combater a indiferença, despertar emoção e produzir solidariedade.

No ano de 1993, resultados numéricos da Campanha mostraram a eficácia das mensagens. Combinações entre mobilizações sem recortes ideológicos e estratégias publicitárias, porém, também produziram tensões, dúvidas e polêmicas. A ideia de que a campanha era “uma jogada de mídia” foi acionada por vários críticos de centro, esquerda e direita. À esquerda, também havia quem classificasse a campanha como assistencialista e personalista. À direita, ouviu-se que a campanha “era dominada por gente do PT e da CUT”.

Apesar das desconfianças, na prática, a campanha atingiu públicos diferenciados e fez parceiros entre gregos e troianos. E, como mostraram pesquisas posteriores, no geral, ainda que com ênfases e pesos diferenciados, todos os participantes se sentiam parte da “cidadania” disposta a avaliar e a criticar políticas públicas ineficientes ou ausentes. É interessante notar, entretanto, que, nos anos seguintes, quando novas questões foram introduzidas na campanha, a adesão não foi a mesma. O emprego (1994), a terra (1995), a velhice e juventude (1996) não mobilizaram da mesma forma.

Tais temas nem sempre evocam interesses comuns a todos e, no âmbito da campanha, eles se tornaram parte de uma espécie de cardápio em que se acionavam novas causas de acordo com as características e motivações dos diferentes comitês espalhados Brasil afora. Naqueles anos a campanha prosseguiu heterogênea e polifônica. Mas o tema da fome continuou funcionando com um amálgama: a fome, por remeter diretamente à morte e à vida, pode favorecer que se enfraqueçam barreiras entre classes, ideologias e corações. Assim sendo, por muitos anos, o

Natal Sem Fome – com seus resultados imediatos e facilmente quantificáveis – se tornou o especial momento de reviver ciclicamente o lado mais agregador e massivo da campanha.

A partir de 2004, a Campanha do Betinho inspirou a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, bem como a criação de conselhos similares em âmbitos estadual e municipal. Segundo fontes de pesquisas nacionais e internacionais, essas iniciativas, somadas a outros programas e ações governamentais, como o Fome Zero e o Bolsa Família, contribuíram para diminuir significativamente a fome, viabilizando a saída do Brasil do Mapa da Fome da ONU.

Sobretudo a partir de 2016, entretanto, a crise econômica – evidenciada pelo aumento do desemprego, pelo rápido empobrecimento da população e por uma significativa destruição da esfera legal de direitos – fez com que a fome voltasse a ocupar lugar central na questão social brasileira. Segundo o IBGE, no biênio 2017-2018, são 10,3 milhões de brasileiros com privação alimentar.

Contra violências físicas e simbólicas: aprendizados de solidariedade na pandemia

No Brasil, ao falar sobre a fome, somos imediatamente levados a pensar em territórios que conjugam pobreza e situações de insegurança. Não há dúvidas de que a preservação da vida está fortemente ameaçada pelas práticas de violência física e simbólica que insistentemente compõem o quadro das desigualdades sociais em nosso país.

Por isso mesmo, para se colocar contra a fome, também é preciso relativizar a “cultura do medo” – cada vez mais naturalizada em nosso país –, que faz com que certas áreas de nossas cidades sejam, do ponto de vista do convívio social, consideradas perdidas e frequentemente associadas ao crime, às armas, a milícias e ao tráfico de drogas. O noticiário banaliza as mortes, generaliza acontecimentos, reforça a homogeneização de pessoas e espaços. Nesse cenário, alimenta-se o medo, e as estratégias repressivas do Estado tornam-se defensivas e, portanto, justificadas.

Criminalizando e uniformizando a pobreza, desaparecem as dinâmicas de apoio e ajuda material que fazem parte da vida cotidiana nas favelas e periferias brasileiras. Nos anos de 1990, com os comitês locais, a chamada Campanha do Betinho ajudou a aumentar nossa compreensão sobre valores, sentimentos, redes de sociabilidade pouco visíveis em territórios marcados pela violência e pela precária presença do poder público. Os comitês impulsionaram exercícios de solidariedade que passavam ao largo tanto de projetos e ações governamentais quanto de soluções mágicas de mercado, então propagadas pelo neoliberalismo.

Em 2020, a pandemia escancarou as desigualdades sociais no Brasil real, que não só não deu conta de promover a equidade, mas fez recrudescer preconceitos e discriminações que possuem profundas raízes em nossa história. Sem dúvida, a grave crise sanitária que recobre o mundo, no Brasil atinge sobretudo os territórios de vulnerabilidade marcados pela pobreza,

Diante desse quadro, como podemos dialogar com a experiência da Campanha e com os ensinamentos de quem nos deixou no ano de 1997? Até que ponto encontramos novos Betinhos, ao olhar para as juventudes das periferias, onde se faz mais necessário combater a fome durante a pandemia? Vejamos algumas notícias que circularam na imprensa e nas redes sociais:

1) Por iniciativa de dois jovens “Betinhos”, René Silva e Raul Santiago, antes da aprovação do auxílio emergencial, no Complexo do Alemão – como é conhecido um conjunto de favelas no Rio de Janeiro – já tinha se formado um “gabinete de crise” que até o fim de abril já havia beneficiado 18 mil pessoas;

2) A Cufa (Central Única das Favelas), com sedes em todos os estados brasileiros, mobilizou seus muitos “Betinhos” e logrou distribuir milhares de cestas básicas e auxílios a mães chefes de famílias;

3) Em São Paulo, um “Betinho” chamado Gilson, coordenador nacional do G10 das Favelas, participou das ações em Paraisópolis – a segunda maior favela de São Paulo –, onde, além de cestas básicas, se montou um serviço médico de urgência por meio do aluguel de duas ambulâncias.

Poderíamos dar outros exemplos, como Coletivo Rocinha Resiste, Rede da Maré, Movimenta Caxias no Rio de Janeiro; ou o Coradinho sem Corona do Maranhão. Nesses casos, e em outros tantos, todos distribuíram cestas básicas, produtos de limpeza, máscaras e água. Como disse em uma rede social a “Betinha” Anna Karla Pereira, da Frente Favela Brasil, “se a gente está vivo hoje é porque temos laços”.

A meu ver, a eficácia desses “laços” aos quais se refere Anna Karla repousam em combinações entre os aprendizados do passado e o ineditismo do presente. Nos anos de 1990, os Comitês da Ação da Cidadania nas favelas e periferias contaram com experiências de

ajuda mútua que aconteciam em associações locais – religiosas ou leigas –, mas não contaram com as interações virtuais que hoje ampliam possibilidades de comunicação entre moradores e, também, facilitam a articulação entre iniciativas de diferentes favelas e periferias. Sites, canais no YouTube e coletivos de mídia local buscam combater – ao mesmo tempo – a fome e a violência. Durante a pandemia, jovens de diferentes favelas brasileiras fizeram “lives” para trocar experiências e aperfeiçoar suas ações.

Com o passado, os jovens Betinhos de hoje aprenderam a importância de desenvolver ações que atendam à urgência da fome. Mas, por meio de inovações do presente, essa geração de

“ SE A GENTE ESTÁ VIVO HOJE É PORQUE TEMOS LAÇOS

Anna Karla Pereira, Frente Favela Brasil

de ativistas ampliou definitivamente o escopo das denúncias e as demandas de interpelação aos poderes públicos. Ao mesmo tempo em que agem contra a fome, eles denunciam e exigem o combate ao racismo, ao machismo e à homofobia, que continuamente realimentam as desigualdades sociais. Com mais escolaridade do que seus pais, esses ativistas criam uma inovadora “tecnologia social” e suas “peças publicitárias”, que, se não estão na TV, frequentam muitos celulares em que proliferam abaixo-assinados virtuais, denúncias e chamamentos em forma de hashtags e memes (que certamente fariam Betinho vibrar).

Nota final

O legado de Betinho nos faz buscar esperanças em linhas pouco visíveis de solidariedade. Enfocando apenas a fragmentação social e as crescentes situações de violência, podemos passar ao largo – por julgar inoperantes e/ou ingênuas – de iniciativas e vivências solidárias. É com essas possibilidades de ação local, entretanto, que é preciso aprender a dialogar.

Olhando para a nossa história, vemos que o Brasil precisa valorizar sua experiência recente de promover confluências entre práticas tradicionais de ajuda mútua, iniciativas cidadãos e políticas públicas. É verdade que já temos hoje iniciativas cidadãos que nos mostram que o combate à fome não pode ser dissociado do combate à violência que atinge tão cruelmente territórios e pessoas vulnerabilizadas. Não podemos deixar, porém, de nos indignar com a indiferença do governo atual diante do crescimento da insegurança alimentar no Brasil. Neste país, que já experimentou a possibilidade de transformar aprendizados de mobilização social em Programas e ações governamentais, a interpelação do dever do Estado no combate à fome é fundamental e urgente.

Em uma conjuntura na qual o conservadorismo desponha como reação ressentida a conquistas sociais das últimas décadas, mais do que nunca é preciso evocar a memória de Betinho para promover a convergência entre ações das diferentes religiões, dos diversificados organismos da sociedade civil e de agentes públicos interessados em acabar com a fome de alimentos e de cidadania.

Sem dúvida, hoje a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida pode ser pensada como uma inspiração e como um recurso cultural à nossa disposição tanto para potencializar diferentes formas e expressões de solidariedade, quanto para exigir que os poderes públicos também façam sua parte. Por fim, nunca é demais repetir com Betinho: “O desenvolvimento humano só existirá quando pudermos afirmar cinco pontos fundamentais: igualdade, diversidade, participação, solidariedade e liberdade”.



02

**Boas
Práticas**

ALIMENTOS, AFETO E DIGNIDADE

“ ALGUMAS BOAS PRÁTICAS DA DOAÇÃO DE ALIMENTOS PARA AS POPULAÇÕES MAIS VULNERÁVEIS NO CONTEXTO DA PANDEMIA

O Brasil solidário responde ao Brasil individualista. Enquanto o atual governo federal desafina e mostra que não tem empatia com a população que governa, entidades, movimentos sociais, organizações e pessoas físicas esbanjam afeto e solidariedade, e, desde a eclosão do novo coronavírus, em março de 2020, distribuem alimentos, produtos de higiene e acolhimento à população mais vulnerável e empobrecida do país. Organizamos aqui algumas boas práticas de entidades e grupos sociais que rapidamente responderam ao chamado angustiante da fome. Um amplo leque de iniciativas e articulações para que a comida chegasse rapidamente aos mais necessitados.

Muitas e diversas são as iniciativas. Elas vão de grandes entidades filantrópicas e sociais que já atuavam no país, como Ação da Cidadania, ActionAid, ONG Banco de Alimentos e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, passando pelo Instituto Visão Futuro e pelo Prato Verde Sustentável, que também já atuavam no atendimento das populações mais vulneráveis, a iniciativas que se organizaram a partir da pandemia, como o Anticorpos Agroecológicos, a Periferia Viva e o Panela Coletiva.

Merece destaque também o norte solidário oferecido pelo Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo – Comusan-SP, que fornece ferramentas fundamentais a entidades interessadas para que identifiquem as regiões ou pontos de maior insegurança alimentar na cidade, e assim promover uma distribuição de alimentos mais eficiente e justa.

Iniciativas que alcançam não só a mão, mas também o coração de irmãos e irmãos mais necessitados ou em posição de vulnerabilidade social por todo o país. Nutridos, a dignidade e as forças essenciais se estabelecem, motivando os indivíduos a se perceberem também como cidadãos plenos de direitos.

AÇÃO DA CIDADANIA

A pandemia do novo coronavírus intensificou as mazelas já existentes no país, como a insegurança alimentar. Nesse contexto, ganharam ainda mais evidência instituições que já se ocupavam desses problemas, como a Ação da Cidadania, organização não governamental fundada nos anos 1990 pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, e que formou uma imensa rede de mobilização de alcance nacional para socorrer milhões de brasileiros que se encontravam abaixo da linha da pobreza. A situação atual levou a ONG rapidamente a fortalecer sua atuação na doação de alimentos e a organização deu início, ainda em março, à campanha #AçãoContraoCorona, que já auxiliou mais de 2 milhões de pessoas.

A Ação da Cidadania contou com o apoio de pessoas físicas e jurídicas para movimentar essa campanha. Sua atuação contínua acontece por meio de uma extensa rede de mobilização formada por comitês locais da sociedade civil organizada, compostos, em sua maioria, de lideranças comunitárias, e pela participação de outros setores sociais. Diversos canais foram disponibilizados para receber doações - que já se aproximam de R\$ 30 milhões, entre recursos e produtos. A Ação da Cidadania foi a primeira entidade a fazer parceria com um aplicativo de pagamento digital, o AME Digital, para receber doações.





O prestígio social da Ação da Cidadania permitiu fechar rapidamente várias parcerias que possibilitaram doações importantes. Tudo funcionou como uma rede de confiança sob o guarda-chuva da ONG. Foi possível, então, contar com a potência e a dinâmica de vários apoiadores, como Unesco, Unicef, Acnur, Movimento Bem Maior, Fiocruz, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Universo Americanas, Mastercard, PagSeguro, UOL, B3, Postos ALE, Tik Tok, Facebook, CBF, General Mills, Coca-Cola, Sitawi, Camil, Copa do Nordeste, entre dezenas de outras empresas e instituições. A iniciativa contou também com o apoio do Programa Mundial de Alimentos, que recebeu o prêmio Nobel da Paz 2020.

Ação da Cidadania

Fundada pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, a Ação da Cidadania nasceu em 1993, formando uma imensa rede de mobilização de alcance nacional para ajudar 32 milhões de brasileiros que, segundo dados do Ipea, estavam abaixo da linha da pobreza. Criada no auge do Movimento pela Ética na Política, a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida se transformou no movimento social mais reconhecido do Brasil. Seu principal eixo de atuação é uma extensa rede de mobilização formada por comitês locais da sociedade civil organizada, em sua maioria compostos de lideranças comunitárias, mas com a participação de todos os setores sociais. A rede da Ação da Cidadania hoje está presente em dezenove estados do Brasil mais o Distrito Federal. Cada entidade em seu estado atua com independência, operando de acordo com as necessidades de sua região.

Portais da Ação da Cidadania - <https://www.acaodacidadania.org.br/> e <https://www.acaodacidadania.org.br/acao-contracorona>

ACTIONAID

Durante a pandemia do novo coronavírus, no lugar de realizar uma grande campanha nacional de distribuição de alimentos, a ActionAid escolheu dar continuidade à execução de projetos já existentes, procurando adaptá-los à nova situação emergencial. Redirecionou parte dos recursos humanos e financeiros das atividades de projetos de longo prazo em segurança alimentar, direitos das mulheres, educação e participação democrática nas comunidades onde atua – em regiões urbanas e rurais de vários estados brasileiros – para ações de emergência de coleta de insumos para doação e distribuição de cestas básicas e kits de higiene a famílias mais vulneráveis.

O critério inicial da instituição para a distribuição dessas cestas de alimentos foi fazer com que os parceiros priorizassem as famílias vinculadas ao Programa de Apadrinhamento e as demais famílias vulneráveis do entorno. Mas, à medida que a crise avançava, além de considerar o cadastro de famílias já atendidas, foram feitos novos levantamentos de necessários com base na realidade de cada organização parceira. De março a setembro foram distribuídas 36,5 mil cestas de alimentos, em 167 comunidades de sete estados brasileiros – Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Desse total, um pouco mais de 15 mil cestas eram provenientes da agricultura familiar, agricultores e agricultoras que já contavam com o apoio da entidade; as demais eram de produtos industrializados.

Com recursos próprios, também foram distribuídos mais de 2 mil voucher-alimentação em três estados – Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro –, junto à Rede Maré.

Cada parceiro adotou a própria estratégia emergencial de distribuição, adaptada à sua realidade local, sempre dialogando com a ActionAid e com os demais apoiadores, como funcionários, voluntários de suas comunidades, empresas, fundações ou organizações da sociedade civil. Num campo mais amplo e político de atuação, a instituição articulou-se com outras organizações e fóruns para demandar junto ao governo medidas de renda básica e acesso a alimentação e água para os mais vulneráveis.



A ActionAid destaca o papel das mulheres no enfrentamento da pandemia. Durante a crise global causada pelo novo coronavírus, as mulheres têm tido desempenho fundamental à frente das respostas de emergência realizadas pela entidade. Nos mais de quarenta países que atuam no combate à Covid-19, as mulheres lideram ações que vão de campanhas de conscientização sobre violência doméstica e disseminação de informações seguras sobre prevenção à doença, à distribuição de alimentos e kits de higiene entre comunidades mais vulneráveis. A experiência, os saberes e a força delas são cada vez mais decisivos para identificar problemas e soluções, e para criar as estruturas comunitárias necessárias ao enfrentamento de crises, não só na pandemia.

ActionAid

Organização internacional que trabalha por justiça social, por igualdade de gênero e pelo fim da pobreza. Foi fundada em 1972 e está presente em 43 países, alcançando mais de 15 milhões de pessoas no mundo. No Brasil desde 1999, atua em mais de 2,4 mil comunidades em treze estados, beneficiando mais de 300 mil pessoas em situação de pobreza, principalmente mulheres, crianças e jovens. Trabalha em parceria com comunidades e organizações locais em projetos de educação, agroecologia e clima, igualdade de gênero, participação e democracia para garantir a resiliência das comunidades e a redistribuição de poder e recursos.

Portal da ActionAid - <http://actionaid.org.br/>



MST

MAIS DE 3,5 MIL TONELADAS DE ALIMENTOS POR TODO O BRASIL

Desde sua origem, o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) cultiva um processo solidário de atuação política e social. Se hoje o movimento soma 90 mil famílias acampadas em situação de luta pela terra e 450 mil famílias assentadas nos 24 estados da federação, é fruto de muita luta, permanentemente pautada por ações humanitárias.

Nesse contexto, logo no início da pandemia, as lideranças se reuniram e as bases de assentados e de acampados, que também mantêm terras produtivas, se comprometeram a ampliar suas produções, até mesmo com recursos próprios. O trabalho resultou em 3,5 toneladas de alimentos doados às populações mais vulneráveis, até o final de setembro deste ano, uma campanha social de grandes proporções.

A logística montada para números tão expressivos foi baseada e articulada em conjunto com outras campanhas. As ações são integradas e o MST ajuda a organizar as iniciativas como um todo por meio de uma coordenação nacional dos movimentos, que se reúne periodicamente para fazer um balanço e avançar nas doações. Existe uma campanha guarda-chuva – “Vamos precisar de todo mundo” –, organizada pelas frentes Brasil Popular e Povo sem Medo, que, por sua vez, agrega ações de vários movimentos populares e sindicatos, como a Marcha Mundial das Mulheres, o Movimento dos Atingidos por Barragem, o enfrentamento da Covid-19, ação organizada pela Central de Movimentos Populares, e muitas outras. Junto ao MST, uma iniciativa que merece destaque no protagonismo solidário é a campanha Periferia Viva, uma articulação de movimentos populares do campo e da cidade para atuar de forma coletiva, desenvolvendo ações de solidariedade junto às comunidades mais vulneráveis. Além disso, o projeto Cozinhas Comunitárias, outra ação do MST, distribui diariamente 2,5 mil marmitas a famílias pobres de Uberlândia, no Triângulo Mineiro. A iniciativa é fruto da união entre vários projetos sociais e conta com as parcerias da Central de Movimentos Populares, do Movimento dos Trabalhadores sem Teto, de sindicatos, da Fiocruz e da Ação Franciscana de Ecologia e Solidariedade.



As doações feitas pelo MST partem da base de acampados, assentados e da agroindústria do MST, que entrega principalmente grãos, leite e arroz. Além das cestas de alimentos orgânicos geradas pelos donativos dos agricultores, outras frentes estimulam o processamento dos alimentos, produzindo as marmitas solidárias, distribuídas em vários estados, principalmente onde está consolidado o Armazém do Campo, nas capitais de Pernambuco, Maranhão, São Paulo e Rio de Janeiro.

Embora a distribuição aconteça por todo o território nacional, em um estado em especial o MST vem se destacando pela magnitude de suas ações: o Paraná. Desde o início da pandemia, já foram doadas 430 toneladas de alimentos ao estado, entregues a pessoas em situação de rua, associação de moradores, abrigos, hospitais públicos, asilos e comunidades indígenas. O MST do Paraná criou ainda quinze hortas comunitárias com o objetivo específico de doar a produção. Com mais de cinco meses de atuação, esse coletivo de hortas orgânicas vem ajudando o MST nacional a engordar os números solidários, doando sua produção local de alimentos como alface, beterraba, repolho, brócolis, cenoura e temperos a famílias em situação de vulnerabilidade.

ANTICORPOS AGROECOLÓGICOS

FRENTE DE SEGURANÇA

ALIMENTAR PARA A PANDEMIA



Logo no início da pandemia, várias frentes de solidariedade se formaram para organizar a doação de alimentos a populações mais vulneráveis. A grande maioria delas ofertava alimentos industrializados, muitas vezes acondicionados em cestas básicas. Uma iniciativa, porém, destacou-se por oferecer produtos orgânicos, vindos diretamente do cinturão verde ao redor da capital paulista. À frente dela estava Lucas Ciola, técnico em agricultura orgânica e ativista ambiental, coordenando o Anticorpos Agroecológicos – Frente de Segurança Alimentar para a Pandemia, a que ele deu início junto a outros ativistas.

Nascia assim uma brilhante interlocução entre duas frentes que, com a pandemia, se abalaram fortemente: os agricultores orgânicos e os grupos socialmente mais vulneráveis das periferias da grande São Paulo e indígenas. Lucas sempre atuou junto a ambas e iniciou uma verdadeira simbiose para agregar outros grupos de consumo responsável, movimentos, pessoas e organizações em torno dessa mobilização. Ele credita o sucesso da campanha ao fato de unir sociedade civil organizada, movimentos sociais, empresas e o poder público, com a Banca da Ativista paulista. Além da arrecadação de dinheiro para comprar os produtos orgânicos, os voluntários buscavam alimentos, organizavam coletas, redes de doadores, e mapeavam as populações de maior vulnerabilidade social para receber os produtos. Nesse mapeamento, Lucas destaca o trabalho do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (Comusan-SP) como fundamental.



MST – Movimento dos Trabalhadores sem Terra

O MST é o mais importante movimento social do país, focado no trabalhador do campo, e pautado, principalmente, pela luta pela reforma agrária brasileira. Desde a fundação, organiza-se em torno de três objetivos principais: a luta pela terra; a luta pela reforma agrária; e a luta por uma sociedade mais justa e fraterna. Os objetivos estão manifestos nos documentos que orientam a ação política do MST, definidos nos congressos nacionais e no Programa de Reforma Agrária. Seus integrantes apoiam iniciativas que buscam solucionar graves problemas estruturais brasileiros, como a desigualdade social e de renda, a discriminação de etnia e gênero, a concentração da comunicação e a exploração dos trabalhadores urbano e rural, entre outros. Eles confiam na realização da Reforma Agrária para democratizar o acesso à terra e à produção de alimentos, contribuindo para uma efetiva realização de um projeto popular. A sigla participa de articulações e organizações que buscam transformar a realidade e garantir os direitos sociais. Nacionalmente, o MST participa do Fórum Nacional da Reforma Agrária, da Coordenação dos Movimentos Sociais e de campanhas permanentes ou conjunturais. Internacionalmente, faz parte da Via Campesina, que congrega os movimentos sociais do

Até o final de agosto, a frutífera campanha arrecadou mais de 10 toneladas de alimentos saudáveis, produzidos por cerca de 200 famílias, e que contemplaram cerca de oitenta comunidades. A maior parte das doações foi ofertada em bairros de São Paulo, principalmente nas zonas sul e leste, além de cidades do entorno, como Mogi das Cruzes, Cotia, Osasco, Cajamar, Guarulhos e o ABC paulista. Algumas doações alcançaram uma comunidade indígena em Ubatuba, além de terras indígenas do Jaraguá. Os alimentos orgânicos vieram de pequenos produtores de bairros como Jaçanã e Parelheiros, e de cidades como Guararema, Salesópolis e Jandira.

Ampliando o seu repertório de ação, no início de agosto a frente conseguiu importante parceria para alugar um galpão agroecológico no bairro do Butantã, na cidade de São Paulo. O local facilita o recebimento, o armazenamento e a organização dos alimentos para doação, mas vai além, na medida em que se organizou como um entreposto de alimentos orgânicos baratos que ajuda o pequeno agricultor e o consumidor, que pode comprar os produtos diretamente de quem produz. A partir dessa plataforma, foi possível aos agricultores orgânicos escoar com mais regularidade seus produtos por grupos de consumo responsáveis que já existiam na cidade, tanto para doação como para a comercialização dos alimentos.

Anticorpos Agroecológicos

O técnico em agricultura orgânica e ativista ambiental Lucas Ciola já atuava com as populações mais vulneráveis em movimentos como a Rede Permaperifa, que articula coletivos e grupos para aplicar os princípios da permacultura nas periferias da grande São Paulo, além de manter contato constante com agricultores orgânicos da região. No início da pandemia, ele atendeu às demandas de ambos os lados e logo percebeu que precisava organizar essa interlocução. Foi então que nasceu a ideia do Anticorpos Agroecológicos – Frente de Segurança Alimentar para a Pandemia, que organiza distribuição da produção orgânica da região de São Paulo e as doações às populações mais necessitadas.

Página no facebook - <https://www.facebook.com/anticorposdoacoesagroecologicas>



BANCO DE ALIMENTOS

Com a ideia central de buscar alimentos onde sobra e levar para onde falta, nasceu, em 1998, em São Paulo, a ONG Banco de Alimentos, pela iniciativa da economista Luciana Quintão. A instituição sempre trabalhou sobre três pilares, sendo o principal deles a Colheita Urbana, que coleta alimentos que perderam valor de comercialização – mas próprios para o consumo humano –, e os distribui a instituições sociais, além de atividades de educação nutricional e de conscientização. Com a eclosão da pandemia do novo coronavírus, em março de 2020, a ONG rapidamente dinamizou sua logística e ampliou a rede de ações.

A partir de então, além de intensificar a Colheita Urbana, passou a entregar cestas básicas e vales-alimentação pré-carregados com R\$ 100,00 aos mais atingidos pela crise. Entre abril e agosto deste ano, foram entregues mais de 200 mil cestas básicas, 15 mil vales-alimentação e a Colheita Urbana arrecadou cerca de 700 toneladas de alimentos, distribuídos por 41 entidades sociais cadastradas que atendem aproximadamente 20 mil pessoas. No total, a entrega entre abril e agosto de 2020 foi equivalente a 4 milhões de quilos de alimentos, impactando positivamente a vida de mais de 800 mil pessoas. Para compreender melhor a magnitude desses números em tão pouco tempo, e em função dessa demanda emergencial, até o final do ano passado, em seus 22 anos de existência, a entidade havia somado 10 milhões de alimentos doados.

Para atingir marcas tão expressivas, é preciso considerar toda a estrutura pronta, com instituições cadastradas e esquema de distribuição adotado desde a sua criação. Mas a Banco de Alimentos também buscou recursos adicionais para financiar a expansão das operações e a aquisição de cestas básicas. Foi realizado um mapeamento e o cadastro das entidades mais necessitadas. Além de não suspenderem as operações, algumas entidades precisaram ampliar o seu atendimento. Exemplos disso são as que recebem moradores de rua: antes, essas pessoas permaneciam nos abrigos apenas para dormir e recebiam uma refeição; depois de março, elas passaram a permanecer o dia todo, necessitando de três refeições diárias.



44 BUSCAR ALIMENTOS ONDE SOBRA E LEVAR PARA ONDE FALTA

Para reforçar a logística e a entrega dos alimentos, a ONG mobilizou sua equipe, lançou campanha de financiamento coletivo e solicitou doações para a compra das cestas básicas a ser distribuídas às entidades. Os donativos podiam ser entregues de duas formas: doações de cestas básicas por pessoas físicas, entidades e empresas, que poderiam comprá-las e doá-las; e doações em dinheiro, recurso utilizado tanto para a compra de cestas básicas como para o abastecimento do vale-alimentação, no valor correspondente ao de uma cesta básica. Em ambos os casos, a equipe do Banco de Alimentos cuidou de toda a logística de entrega às entidades cadastradas, que abrangem a periferia de São Paulo e o chamado ABCD, que abarca as cidades de Santo André, São Bernardo, São Caetano do Sul e Diadema, na capital paulista.



ONG Banco de Alimentos

Criada em 1998, em São Paulo, por iniciativa da economista Luciana Quintão, a ONG Banco de Alimentos busca alimentos onde sobra e leva para onde falta. O trabalho, denominado Colheita Urbana, inspirou-se na ideia de reduzir o desperdício de alimentos na indústria e no comércio, e distribuir o excedente a instituições sociais, minimizando os efeitos da fome e possibilitando a complementação alimentar de qualidade a mais de 20 mil pessoas, todos os dias, em 41 instituições assistidas. Outro pilar de atuação é a Educação Nutricional, que ensina a manipulação e o preparo adequado dos alimentos, visando à sua utilização integral e ao aumento do valor nutricional das refeições. Oficinas culinárias são também ministradas a colaboradores das instituições sociais.

Portal ONG Banco de Alimentos - <http://www.bancodealimentos.org.br/>



PANELA COLETIVA

Toda ação solidária é bem-vinda em tempos de uma crise como a que estamos vivendo. Grandes e pequenas instituições, coletivos e empresas rapidamente se organizaram para atender as populações menos favorecidas. Presenciamos atos solitários que germinaram no terreno fértil da coletividade. Apelidada de marmitas solidárias, uma das iniciativas que mais fluíram, ajudando a quem precisava, foi a Panela Coletiva.

Idealizada pela designer Amanda Dafoe e pelo músico Cacá Machado, a iniciativa começou distribuindo 75 marmitas feitas com a ajuda de amigos e familiares à população do entorno de suas casas, no final de abril. Até meados de setembro, a capacidade de produção das marmitas variava entre 800 e mil marmitas por semana, totalizando 14 mil refeições servidas desde o início da ação.



As entregas acontecem aos domingos – dia em que a população de rua geralmente fica descoberta pelas ações sociais –, em até oito pontos da cidade. São alimentos produzidos em cerca de trinta cozinhas domiciliares por semana – perto de 160 domicílios que operam de forma rotativa para atender à demanda.

Juntas as famílias debatem as receitas, dão dicas de ingredientes e aprendem a preparar os pratos. A cada semana uma pessoa do grupo assina o cardápio. Pode ser um chef profissional ou cozinheiro amador. A iniciativa foi chamando a atenção de renomados chefs, que já participaram levando aprendizado e doações. Entre eles estão Bel Coelho, Marcello Dantas, Simone Gomes, Alex Atala e Checho Gonzales. Os voluntários compram os insumos, porcionam os alimentos de acordo com a quantidade de marmitas assumidas por cada família e organizam a entrega desse kit na casa de cada um. No domingo pela manhã, retiram as marmitas prontas e frescas, que vão direto para a distribuição.

Juntas as famílias debatem as receitas, dão dicas de ingredientes e aprendem a preparar os pratos. A cada semana uma pessoa do grupo assina o cardápio. Pode ser um chef profissional ou cozinheiro amador. A iniciativa foi chamando a atenção de renomados chefs, que já participaram levando aprendizado e doações. Entre eles estão Bel Coelho, Marcello Dantas, Simone Gomes, Alex Atala e Checho Gonzales. Os voluntários compram os insumos, porcionam os alimentos de acordo com a quantidade de marmitas assumidas por cada família e organizam a entrega desse kit na casa de cada um. No domingo pela manhã, retiram as marmitas prontas e frescas, que vão direto para a distribuição.

Além do ponto fixo e inicial, no bairro de Santa Cecília, em São Paulo, as marmitas são entregues regularmente nas comunidades do Moinho e de Paraisópolis, e nas ocupações urbanas de Mauá, Prestes Maia, Ipiranga, Conselheiro Nébias e Armênia.





O Painel Coletivo ainda realiza entregas pontuais, como nas Aldeias Tekoa Itakupe e Tekoa Pyau, Comunidade Serra Pelada, CIC do Imigrante e Associação Autonomia em Foco. O valor médio total de cada refeição é de R\$ 6,50, sendo R\$ 4,95 de insumos,

R\$ 0,40 de complementos (colher, saco de papel, guardanapos, luvas e álcool) e R\$ 1,15 de embalagem 100% biodegradável. Todo começo de mês o pessoal do Painel Coletivo faz a captação financeira para dar prosseguimento à iniciativa, mantendo uma planilha aberta para garantir a transparência sobre o uso dos recursos doados.

Painel Coletivo

O Painel Coletivo nasceu da sensibilidade pessoal do casal Amanda Dafoe e Cacá Machado, que, morando no bairro da Santa Cecília, em São Paulo, percebeu o aumento veloz da população de rua na região, e imaginou que isso acontecia em toda a cidade. Os dois começaram, eles próprios, cozinhando e montando as marmitas, e, a partir do momento em que foram pedindo ajuda, a iniciativa foi ganhando corpo. Organizaram a produção coletiva das refeições num sistema de apoio às pessoas que topassem produzir as marmitas na própria casa, consolidando a ideia de cozinha domiciliar para a doação de alimentos às populações em risco social.

Instagram Painel Coletivo - <https://www.instagram.com/panelacoletivo/?hl=pt-br>

Facebook Painel Coletivo - <https://www.facebook.com/panelacoletivo>

PERIFERIA VIVA

Criada em abril de 2020, logo no início da pandemia do novo coronavírus, a Campanha Periferia Viva surgiu para fortalecer os movimentos populares, unir e agregar os do campo aos da cidade, inicialmente com ações solidárias de distribuição de alimentos, que logo deram origem a outras frentes de organização. Com abrangência nacional, a campanha é composta de vários coletivos e movimentos populares, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos, o Levante Popular da Juventude e o Movimento das Mulheres Camponesas. Embora atue de maneira autônoma, a Periferia é uma das principais referências da campanha Vamos precisar de todo mundo, composta das Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo.

No campo da distribuição de alimentos, em relação à crise emergencial deflagrada pela Covid-19, a Periferia Viva atua de três maneiras: doando alimentos vindos diretamente dos movimentos populares do campo, de pequenos agricultores, assentados, de grupos de mulheres camponesas e de apoiadores das cidades, com engajamento financeiro e doação direta de alimentos; organizando bancos populares de alimentos, nos quais as pessoas podem doar ou trocar alimentos em sedes de associações de moradores ou mesmo numa garagem cedida por voluntários; e estimulando e organizando a disseminação de hortas comunitárias, iniciativa que desperta um potencial organizativo muito grande entre os participantes.

Uma atuação das mais significativas da Periferia Viva, que sintetiza o trabalho em outras regiões do país, acontece em Pernambuco. Ali, o coletivo articula as ações por meio da campanha Mãos Solidárias, que reúne diversas organizações, voluntários, movimentos populares, a Arquidiocese do Recife e a Universidade Federal de Pernambuco; participa do projeto Marmitas Solidárias, que já atuava desde março de 2020 distribuindo refeições a pessoas em situação de rua, e que somou 280 mil marmitas até setembro; e consolidou outras frentes de trabalho, que se dividiram em cinco áreas: saúde, trabalho e renda, direitos, comunicação e educação.

Na categoria alimentação, a Periferia constituiu a Rede de Bancos Populares de Alimentos, com o objetivo de arrecadar alimentos e distribuí-los às famílias pernambucanas que mais precisam. Os alimentos são recebidos no Banco Mãe, localizado no centro do Recife, e depois distribuídos pelas dezenas de Bancos Populares de Alimentos descentralizados, nas comunidades da capital e da região metropolitana.

Aqui entra em ação outra iniciativa fundamental para o contexto de pandemia: a formação de agentes populares de saúde, lideranças comunitárias e moradores que residem na região de atuação. Eles promovem ações de prevenção e combate aos efeitos da pandemia na comunidade, além de distribuírem os alimentos e organizarem as hortas comunitárias. São importantes articuladores da rede de solidariedade, e que ainda estimulam ações e reflexão a respeito dos direitos fundamentais.



Periferia Viva

A Periferia Viva credita seu nascimento à necessidade de uma resposta ao governo que deixou a população à própria sorte no contexto da pandemia do novo coronavírus. Com o princípio de solidariedade entre os movimentos populares do campo e da cidade, junto à classe trabalhadora, organizou doações e entrega de alimentos saudáveis, marmitas e itens de necessidade básica. A ideia central foi conectar iniciativas, campanhas e demandas da sociedade para contribuir com a rede de solidariedade e fortalecê-la. Com seu apoio e parceria, os movimentos puderam potencializar muito os serviços de assistência, que estão mobilizando e garantido alimentação, higiene, informação de qualidade e assistência social a milhares de famílias em situação de vulnerabilidade social.

Facebook - <https://www.facebook.com/PeriferiaVivaContraCorona/>

Instagram - <https://www.instagram.com/periferiavivacontracorona/?hl=pt-br>

PRATO VERDE SUSTENTÁVEL

Com a necessidade de finalizar um trabalho de conclusão de curso, o gestor ambiental Wagner Ramalho vislumbrou a possibilidade de impactar positivamente a região que habitava. Foi assim que nasceu, em 2013, o Prato Verde Sustentável, que atua na concepção de soberania alimentar a partir da produção de alimentos na cidade. A organização utiliza como método de trabalho a educação ambiental, e, assim, ensina sobre a origem dos alimentos, como plantar, reutilizar a água da chuva e reciclar resíduos orgânicos, entre outras práticas. O resultado foi a transformação de um terreno abandonado, na zona norte de São Paulo, com lixo e usuários de drogas, numa horta que chega a produzir 5 toneladas de alimentos por ano. O projeto foi premiado pela Associação Brasileira dos Profissionais pelo Desenvolvimento Sustentável (Abraps), em 2018.

Como o foco de atuação já abarcava uma população em situação de vulnerabilidade social da região, mais especificamente do bairro Jardim Filhos da Terra, no distrito de Jaçanã, a eclosão da pandemia só veio aumentar a importância do projeto na vida dessas pessoas. As doações são compostas de um kit agroecológico de produção própria e alimentos não perecíveis comprados com a arrecadação de uma vaquinha on-line, além de doações de colégios, entidades religiosas e simpatizantes. Até o dia 30 de setembro foram doadas 978 cestas básicas, com alimentos não perecíveis, entregues junto com um kit agroecológico de alimentos orgânicos, o que totalizou 15 mil toneladas de alimentos.



A Prato Verde, sediada na Associação Mutirão, tem atendido semanalmente, com a doação de alimentos, setenta famílias que estão cadastradas em sua base de dados. Mas, quando recebe um aporte maior das redes de ajuda, atende mais cinquenta famílias, sendo que cada uma delas tem em média cinco pessoas. As arrecadações acontecem, de modo geral, por meio das mídias sociais da organização, que alcança cerca de 5 mil pessoas, e sua rede de contatos com as entidades da região. Já existe um planejamento para que as doações continuem, pelo menos, até dezembro, mas a intenção mesmo é prolongar esse prazo conforme forem conseguindo mais recursos e parceiros.

Prato Verde Sustentável

Com o trabalho de conclusão de curso em Gestão Ambiental, Wagner vislumbrou a necessidade de conciliar a teoria adquirida na sala de aula com atividades práticas que pudessem contribuir para a efetiva transformação nas periferias da cidade e melhoria na qualidade de vida dessas populações. O projeto, que tem como objetivo diminuir o déficit nutricional e realizar a reeducação alimentar, visa também a preparar educadores e jovens para multiplicar o programa de Hortas Comunitárias. Seu público é variado, composto de crianças, jovens, adultos e idosos. São ministrados cursos, oficinas, palestras e vivências ecológicas, e ainda há os projetos de incentivo aos moradores da região, com oficinas de culinária e desenvolvimento econômico e comunitário.

Página no facebook <https://www.facebook.com/pratoverdesustentavel/>
Instagram <https://www.instagram.com/pratoverdesustentavel/?hl=pt-br>

INSTITUTO VISÃO FUTURO

Com o objetivo de promover o desenvolvimento integral do ser humano, nasceu, em 1992, o Instituto Visão Futuro, situado numa ecovila de 100 hectares em Porangaba, no interior de São Paulo. Desde então, a instituição vem habilitando grupos de voluntários a fomentar uma rede de solidariedade espalhada por 42 cidades das cinco regiões do país. No início da pandemia, todo esse exército do bem se mobilizou para atuar diretamente com seus parceiros locais na distribuição de alimentos para as populações mais vulneráveis, guiados pela campanha “Alimentando a Esperança”, lançada no início de maio.

Como os grupos locais já tinham interlocução com assistentes sociais, ONGs e agentes populares, não foi difícil identificar os grupos de maior vulnerabilidade para ser atendidos emergencialmente. Havia também um diálogo com comerciantes, benfeitores e produtores orgânicos, que viabilizaram generosas arrecadações desde o início da campanha. Entre os meses de maio e agosto deste ano, a campanha distribuiu 8,3 mil kits de donativos, com alimentos e produtos de higiene e limpeza, contemplando quase 24 mil pessoas em situação de vulnerabilidade social por todo o Brasil. Cerca de 200 voluntários se envolveram na campanha. A arrecadação desses produtos aconteceu por meio de pontos comerciais e comunitários de doação, drive thru e tendas montadas em praças. As entregas foram estimuladas por grupos criados nas redes sociais, além de campanhas de financiamento coletivo.

Como os altruístas voluntários também sempre interagiram com os produtores rurais locais, muitos alimentos saudáveis vieram dessas fontes. Os produtores não estavam conseguindo vender seus insumos, assim, os financiamentos coletivos serviram também para ajudar a escoar essa produção local. Em São Paulo, só em uma atuação específica em quatro comunidades, entre os meses de maio e julho, foram doadas cerca de 20 toneladas de alimentos, somando cestas básicas e alimentos orgânicos. Como os produtos orgânicos são perecíveis, os voluntários voltavam a cada quinze dias para fazer a doação desses alimentos, vindos direto do cinturão verde do entorno da capital.

Outro exemplo que promete dinamizar ainda mais a continuidade das ações aconteceu na cidade de Tabapuã, no interior de São Paulo, onde atua um forte grupo de voluntários, parceiro do Visão Futuro. O instituto estabeleceu uma profícua parceria com a Associação Lar São Francisco de Assis, localizada em Jaci, na zona rural, próximo a Tabapuã. Por meio dessa parceria, além da arrecadação de recursos para as doações, o instituto recebeu da associação alimentos colhidos direto da sua horta orgânica para a doação. E a parceria vai além: como o grupo de Tabapuã tem um pequeno terreno disponível onde são organizados os donativos, os franciscanos vão ajudar os voluntários do Instituto Visão a produzir uma horta orgânica para futuras doações.



Instituto Visão Futuro

O Instituto foi fundado em 1992 com a ajuda dos governos sueco e alemão – a ajuda veio da Agência Sueca de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (Sida) e da Fundação de Tecnologia Alternativa em Frankfurt, na Alemanha –, no município paulista de Porangaba. O Visão Futuro está situado em uma ecovila de 100 hectares, e nos mostra um modelo prático de vida social ecologicamente integrada à natureza. O lugar oferece cursos e organiza projetos voltados para o desenvolvimento integral do ser humano em seus aspectos físico, mental, espiritual e social. Como dissemos, há núcleos de expansão de suas práticas em 42 cidades, nas cinco regiões do país.



COMUSAN

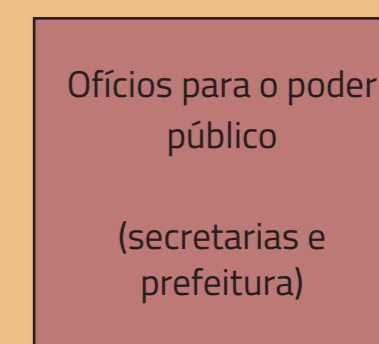
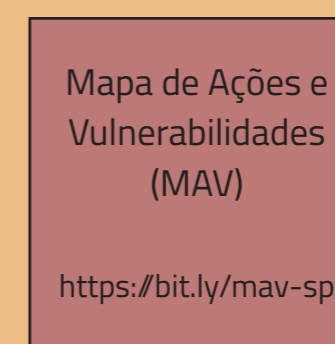
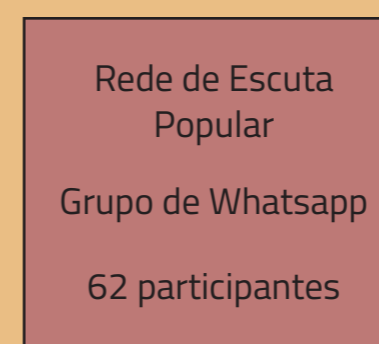
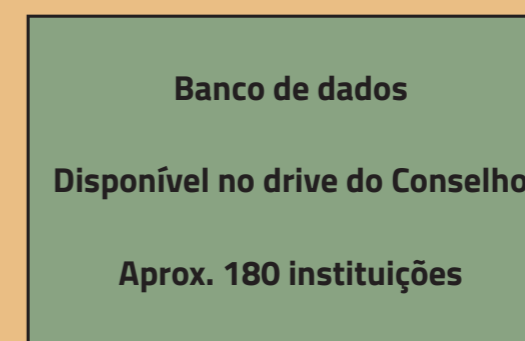
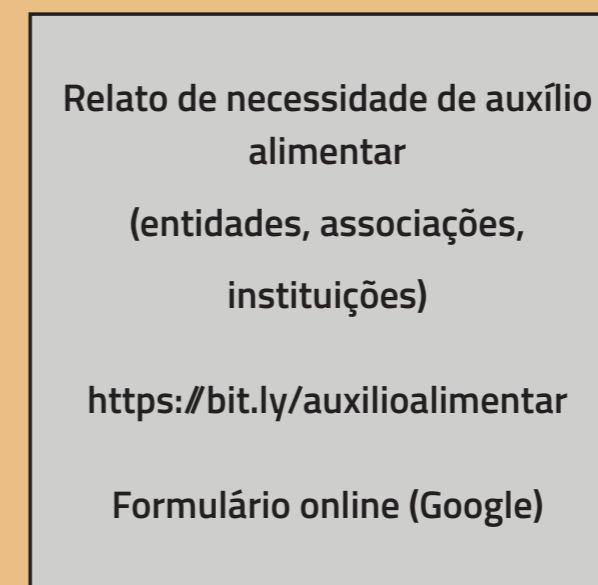
CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR

Numa situação de crise humanitária como a que enfrentamos desde o aparecimento do novo coronavírus, tão importante quanto conseguir recursos ou alimentos para socorrer as populações mais vulneráveis é saber identificar aonde eles devem chegar, de modo a cumprir maior justiça social. Em São Paulo, a vasta rede solidária que rapidamente se formou desde o início da pandemia contou com o fundamental apoio e norte solidário do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo – Comusan – SP, formado por uma rede de conselheiros da sociedade civil e do poder público municipal. Instituído em fevereiro de 2003, tem o objetivo de contribuir para a concretização do direito constitucional de cada pessoa à alimentação e à Segurança Alimentar e Nutricional.

Diante da complexa situação enfrentada pelo município e pelo estado de São Paulo por causa da pandemia, ainda no final de março o Comusan-SP solicitou atenção ao poder público para a importância de sua atuação no Sistema de Garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada, recomendando a criação de um Comitê Municipal de Emergência para o Combate à Fome e Garantia da Segurança Alimentar e Nutricional a fim de propor e monitorar soluções coordenadas baseadas na realidade local. Como não teve a proposta acatada, constituiu um Grupo de Trabalho de Crise, que desenvolve várias atividades, entre elas uma Rede de Escuta Popular para associações, ONGs e movimentos que possam tornar públicas suas demandas por auxílio alimentar, além de disponibilizar os dados num Mapa de Ações e Vulnerabilidade (MAV-SP).

Essas duas ferramentas, a Rede e o MAV, são fundamentais para mapear e monitorar situações de insegurança alimentar em São Paulo. A Rede de Escuta Popular funciona por meio de um formulário eletrônico e de um endereço de e-mail oficial como canais para receber as solicitações e articular medidas junto a entidades, associações e instituições que atuam na mitigação da fome na cidade, além de encaminhar oficialmente as demandas à Prefeitura de São Paulo. Quanto ao MAV-SP, ele foi criado para ajudar a visualizar focos de vulnerabilidade e estruturas disponíveis na cidade, auxiliando no planejamento de ações. O levantamento contínuo de necessidades, por meio da Rede de Escuta Popular, fica disponível no mapa.

Essas duas ferramentas permitiram aos conselheiros e parceiros do Comusan criar redes de apoio nos vários territórios da cidade, conectando produtores familiares urbanos com grupos de doadores e comunidades vulneráveis,



grupos mais vulneráveis. As estratégias de atuação dessas redes, ou teias, foram planejadas em conjunto com as lideranças das comunidades. Em alguns casos, caminham para a constituição de empreendimentos de economia solidária e iniciativas de hortas comunitárias. Até o mês de junho, quando apresentaram o primeiro relatório, haviam recorrido à Rede de Escuta Popular 137 associações, movimentos, e entidades da sociedade civil da cidade de São Paulo, cuja demanda central se relacionava à garantia de alimentação e produtos de higiene e limpeza a comunidades, tanto no centro como nos extremos da cidade. Até o final de agosto esse número já havia aumentado para 180 associações, movimentos e entidades que recorreram às ferramentas e à atuação do Comusan-SP para detectar os focos mais necessitados na cidade e poder atendê-los. Uma verdadeira bússola solidária.

COMUSAN - SP

O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo – Comusan-SP foi instituído pelo Decreto 42.862, de 13 de fevereiro de 2003, e atualizado estruturalmente pelo Decreto 50.126/08, com o objetivo de contribuir para a concretização do direito constitucional de cada pessoa humana à alimentação e à Segurança Alimentar e Nutricional. O conselho é composto de 45 Conselheiros Titulares e 45 suplentes. Entre eles, quinze titulares representam o poder público municipal, estadual e federal e trinta representam a sociedade civil organizada, incluindo áreas

As atividades do Comusan-SP envolvem: proposição, acompanhamento e fiscalização das ações do governo municipal na área de Segurança Alimentar e Nutricional; articulação de setores do governo municipal com as organizações da sociedade civil para a implementação de ações voltadas para o combate às causas da miséria e da fome, no âmbito do município; incentivo de parcerias de caráter regional que garantam mobilização dos setores envolvidos e racionalização do uso dos recursos disponíveis; coordenação de campanhas de conscientização da opinião pública com vistas à união de esforços; cooperação na formulação do plano municipal de segurança alimentar e nutricional; e proposição de estratégias, normatizações, projetos e ações que implementem o Código Sanitário do Município de São Paulo no que concerne à segurança alimentar e nutricional, bem como a possibilidade de opinar a esse respeito.

Portal Comusan-SP

<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento/abastecimento/comusan/index.php?p=26221>



GENTE É PRA BRILHAR NÃO PRA MORRER DE FOME

O Dia Mundial da Alimentação, 16 de outubro, foi escolhido para lembrar a data de criação da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), em 1945. Foi comemorada pela primeira vez em 1981. Se por um lado chegamos a essa data no Brasil com bem pouco a comemorar, a partir do momento em que o país está voltando ao mapa da fome, por outro, a data também inspirou campanhas solidárias de alcance nacional, como a Gente é pra brilhar, e não pra morrer de fome.

Lançada como uma grande aliança entre mais de 100 organizações do terceiro setor e da sociedade civil para o enfrentamento da fome no país, a campanha pretende denunciar o avanço da fome no Brasil e os desmontes de políticas públicas do atual governo, fortalecer as diversas campanhas de arrecadação e ações de solidariedade que atendam pessoas em vulnerabilidade social, além de avançar na costura e união de uma frente ampla e permanente em defesa da vida e do direito ao acesso a uma alimentação segura e de qualidade para todos. A iniciativa surgiu com o apoio do Banquete, coletivo de ação direta, formado pela sociedade civil organizada para fortalecer a defesa do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável.

A campanha focou em alguns eixos de atuação. Na informação, gerando e transmitindo conteúdo, incluindo uma intensa programação online na semana de 12 a 16 de outubro. Um “webinário” com debates políticos, performances artístico políticas e um “marmitaço” no final dessa mesma semana distribuindo alimentos saudáveis para as populações mais vulneráveis por todo país. Foram inúmeros os coletivos e organizações participantes como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o Movimento Urbano de Agroecologia de São Paulo, Agência Solano Trindade, Greenpeace, Mídia Ninja, Slow Food Brasil, universidades como a Unicamp, chefs renomados e o Sefras, Serviço Franciscano de Solidariedade, entre tantas outras.



Durante os dois dias do “marmitaço” foram distribuídas mais de 27 mil refeições em todo o território nacional, pela rede de coletivos articuladas na campanha, além de 5 toneladas de alimentos doados, entre kits e cestas. Já durante a semana 40 semi-

nários, entre painéis de discussão sobre a fome, soberania alimentar, novas formas de organização econômicas, oficinas para aproveitamento de alimentos alcançaram milhares de espectadores ativistas, fomentando o engajamento e busca por mais justiça social. Muitas conferências virtuais debateram, especificamente, sobre estratégias para a superação da fome no Brasil alimentando a esperança das populações mais vulneráveis, completamente desassistidas pelo governo atual.

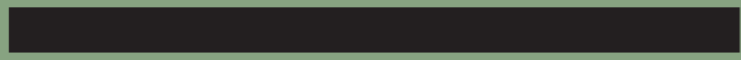
Gente é pra brilhar, não pra morrer de fome

A campanha nasceu com o objetivo de denunciar o avanço da fome na sociedade brasileira e os desmontes de políticas públicas dos últimos governos, que contribuem para o agravamento do quadro social. Para fortalecer as diversas campanhas de arrecadação e ações de solidariedade que atendam pessoas em vulnerabilidade social em todo território brasileiro. E avançar na costura e união de uma frente ampla permanente em defesa da vida e do direito ao acesso a uma alimentação segura e de qualidade para todos.

Portal da campanha - <https://genteprabrilhar.org/>



03



Pesquisas
Legislações
Relatos

TENDA FRANCISCANA UM EXEMPLO DE INICIATIVA DE COMBATE À FOME



Há séculos os franciscanos desempenham ações de solidariedade aos empobrecidos e excluídos, contribuindo para a transformação social à luz da filosofia franciscana no mundo todo. Em São Paulo, esse trabalho se intensificou a partir de 2000 com a criação do Serviço Franciscano de Solidariedade (Sefras), uma organização que desenvolve serviços e iniciativas voltadas para a promoção da dignidade da vida de pessoas em situação de vulnerabilidade.

Entre as linhas de atuação, destaca-se o Sefras Pop Rua, voltado para a população de extrema vulnerabilidade que vive no entorno do centro de São Paulo, e cujos objetivos são garantia de direitos, geração de renda, e encaminhamento a serviços de saúde e alimentação.

Em março de 2020, em face ao agravamento da pandemia de coronavírus e diante das orientações das autoridades sanitárias sobre a necessidade de suspensão de atividades presenciais, distanciamento e isolamento social, o Sefras decidiu que, no lugar de suspender suas ações voltadas para os mais vulneráveis, aquele era o momento de ampliá-las e intensificá-las.

Unindo doações e o trabalho de centenas de voluntários, ergueu-se no coração da cidade de São Paulo a Tenda Franciscana, um espaço voltado para a garantia da alimentação dos mais desamparados, momento em que o serviço se mostrou muito necessário. As atividades foram posteriormente estendidas à cidade do Rio de Janeiro, no mesmo formato. Em julho de 2020 o projeto atingiu a marca de mais de 500 mil refeições entregues, e em agosto de 2020 recebeu menção honrosa com o Prêmio 19 de agosto da Secretaria Municipal de Direitos Humanos da Prefeitura de São Paulo.

Há cerca de seis meses, de segunda a segunda, no almoço e no jantar, milhares de pessoas se organizam em filas horas antes da distribuição para garantir o acesso a refeições gratuitas e prontas para o consumo. Essa demanda não só evidencia a situação de extrema necessidade de uma população que vive um cotidiano de insegurança alimentar em uma das cidades mais ricas do continente, como desnuda a situação de fragilidade econômica extrema, saúde precária e ausência de políticas habitacionais que garantam a essas pessoas o mínimo de estabilidade em seu cotidiano.

Pesquisa realizada com 480 atendidos pela Tenda Franciscana de São Paulo entre junho e julho de 2020 indica o perfil e a situação desse grupo e aponta a necessidade urgente de que se desenvolvam políticas com foco naqueles que vivem em situação de rua.

Entre os entrevistados, quase 60% se alimentam das refeições ofertadas pela Tenda diariamente ou quase todos os dias, indicando a importância desse serviço para esses indivíduos, bem como a ausência de opções gratuitas que atendam às suas necessidades neste momento de crise.

“ O PERFIL DOS USUÁRIOS DO SERVIÇO É MAJORITARIAMENTE MASCULINO (88%), COM IDADE MÉDIA ACIMA DOS 45 ANOS, QUE VIVEM SÓS (60%), NA REGIÃO CENTRAL DE SÃO PAULO (75%), TANTO EM SITUAÇÃO DE RUA (55%) QUANTO EM ARRANJOS HABITACIONAIS INSTÁVEIS, COMO CASAS DE ACOLOHIDA (15%), PENSÕES (12%) E OCUPAÇÕES (6%).

Destaca-se nesse público a grande vulnerabilidade econômica e a ausência de renda com alguma previsibilidade, posto que 87% dessas pessoas se encontram desempregadas e apenas pouco mais da metade declarou receber auxílios que seriam destinados a essa população, como o Bolsa Família e o auxílio emergencial. Esse é um dado muito alarmante, uma vez que revela que as políticas de transferência de renda não assistem satisfatoriamente aqueles que deveriam ter direito aos seus recursos.

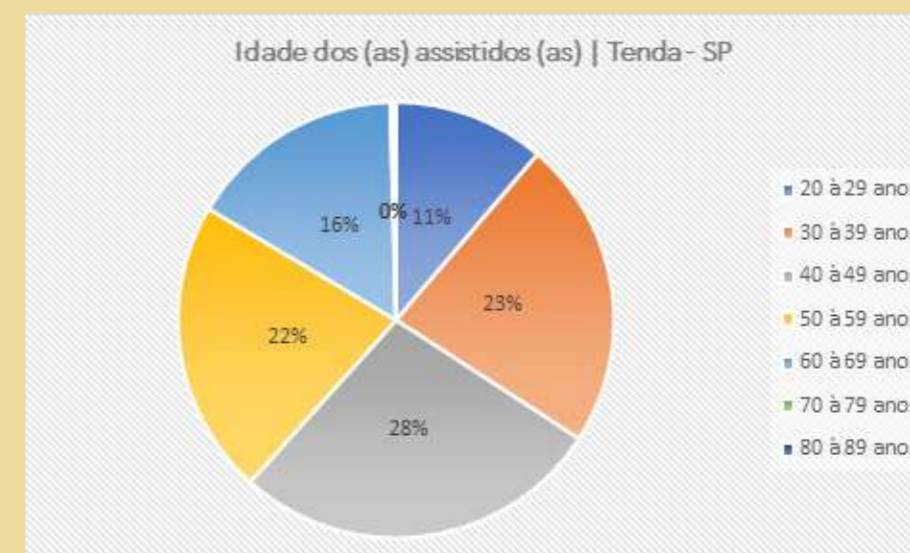
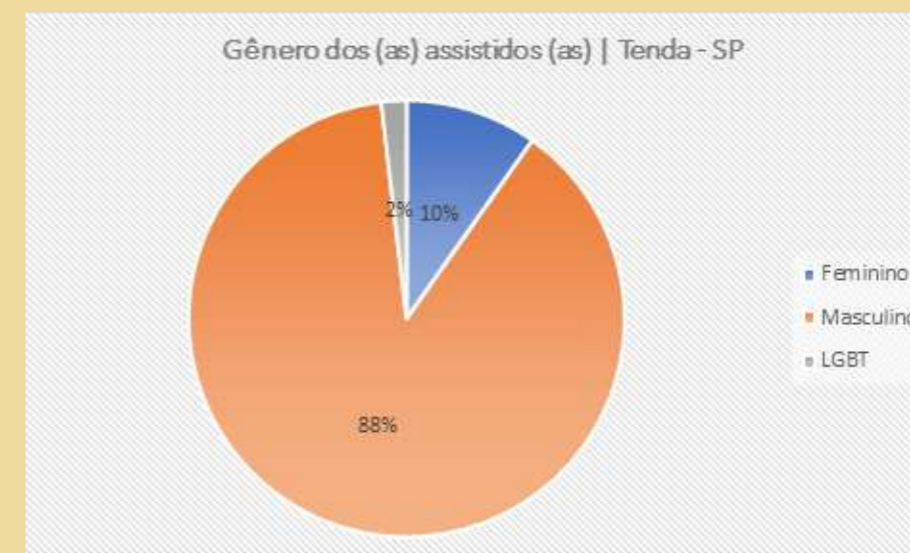
Para atender de maneira satisfatória às necessidades desse público durante a pandemia, o Sefras mobilizou o trabalho de centenas de voluntários, tanto no Rio de Janeiro (RJ) quanto em São Paulo (SP). São pessoas de diferentes perfis e origens, que têm em comum a disposição para doar tempo e energia em atividades simples, mas muito necessárias à manutenção do projeto, como o preparo dos alimentos, o manuseio da cozinha, a logística, a organização, a distribuição de comida e a limpeza.

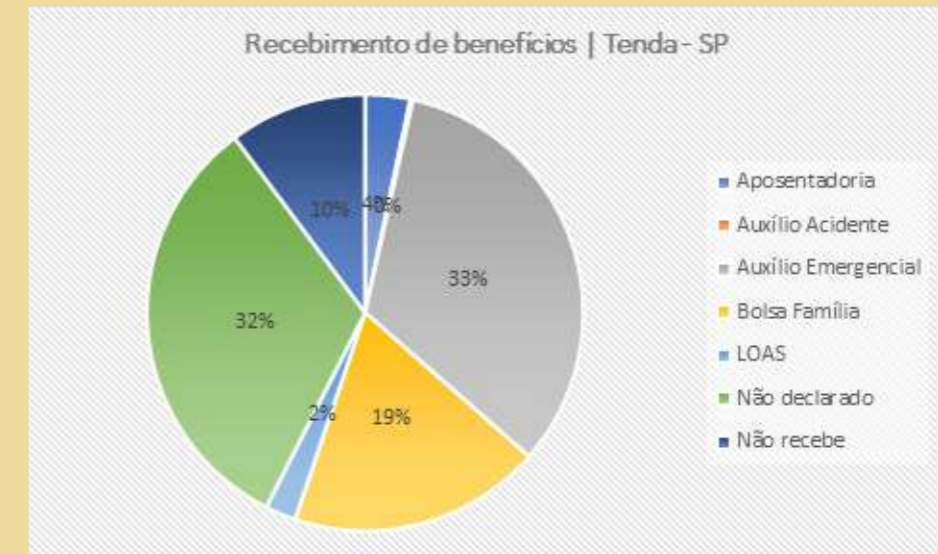
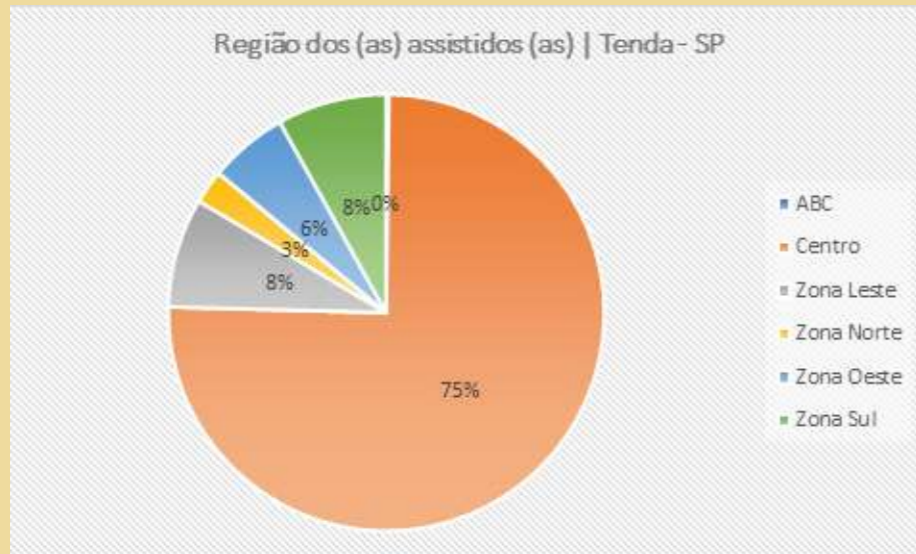
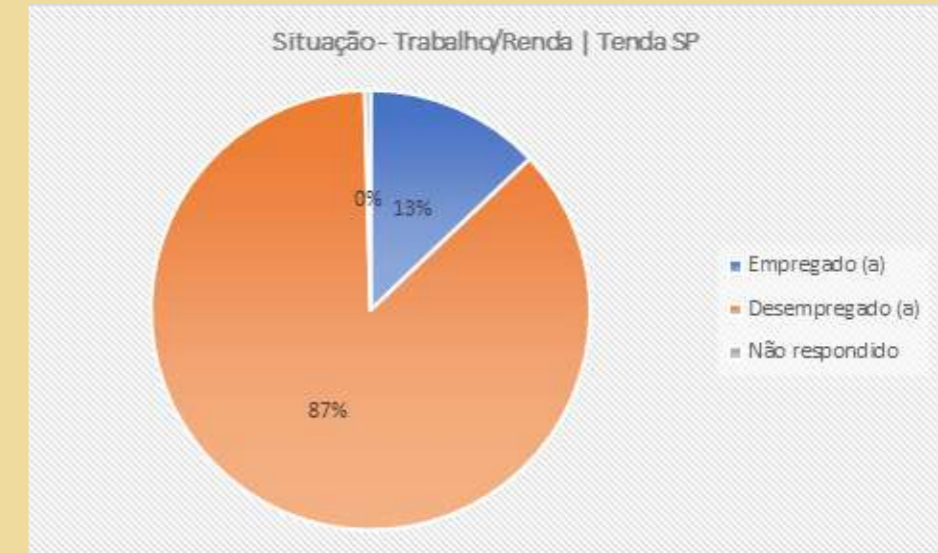
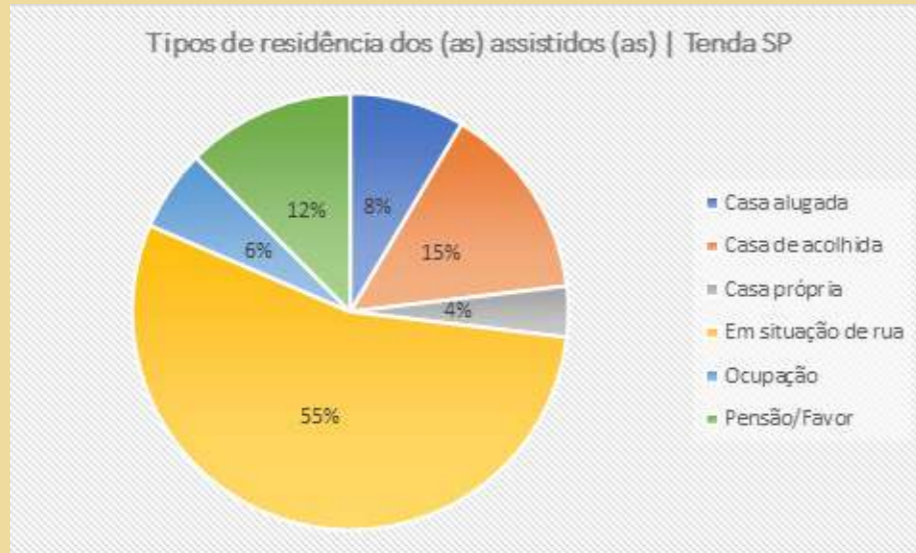
Pesquisa realizada com 189 desses voluntários mostra que eles são jovens (73% dos voluntários do RJ e 63% de SP têm menos de 40 anos) e majoritariamente do sexo feminino (68% no RJ e 60% em SP). No caso paulistano, são principalmente brancos (68%), com ensino superior (63%), renda familiar acima de 3 salários mínimos e que têm um trabalho ou a própria empresa (59%). Já na capital fluminense o perfil é diverso, com maior participação de negros (54%), pessoas que não concluíram o ensino superior (73%), com renda familiar abaixo de 3 salários mínimos (66%) e em situações de trabalho mais instáveis (41% estão desempregadas ou fazem trabalhos informais).

Embora os perfis possam diferir com relação às questões socioeconômicas, as motivações apontadas pelos voluntários para participar de um projeto como a Tenda Franciscana são muito similares, e envolvem principalmente preocupação com questões relacionadas a direitos humanos, pessoas em situação de rua e educação. No Rio de Janeiro, 52% dos voluntários indicaram ter sido esta a primeira participação em um trabalho voluntário, enquanto em São Paulo são 34%. Eles ingressaram no projeto motivados principalmente por amigos e familiares (36%), redes sociais (20%) e pela imprensa (18%).

A experiência é qualificada como altamente positiva para os voluntários que atuam nas duas cidades, com nível de satisfação e atribuição de significado superior a 90%. Tal percepção leva a uma disposição para continuar a se dedicar ao voluntariado no futuro, experiência que, segundo os voluntários, despertou sentimentos como gratidão, amor ao próximo, solidariedade, aprendizado, realização pessoal e empatia. Trata-se de um resultado relevante que indica a possibilidade de extensão de atividades como a Tenda Franciscana, contando com o envolvimento de pessoas que estão dispostas a se engajar em atividades que ofereçam respostas a problemas sociais, e que encontram motivação e recompensa em trabalhos que tenham um propósito

RELATÓRIO | ASSISTIDOS (AS) NA TENDA SÃO PAULO
PESQUISA REALIZADA EM 07/06 E 16/07 DE 2020
ENTREVISTADOS: 480 PESSOAS
AMOSTRA ALEATÓRIA NAS FILAS





07/06/2020 - JANTAR

16/07/2020 - JANTAR

RESPONSÁVEL PELA APLICAÇÃO DA PESQUISA:

ROSÂNGELA PEZOTI - SETOR TÉCNICO

DANIELA ALVES SOARES - VOLUNTÁRIA DA TENDA FRANCISCANA/SP

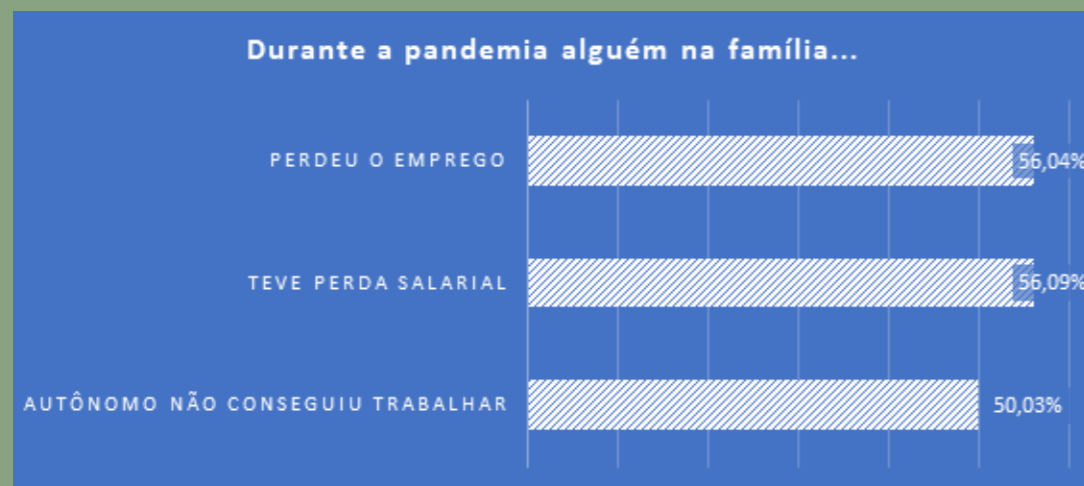
BÚSSOLA SOCIAL: DIAGNÓSTICO FAMILIAR

Para dimensionar os impactos econômicos da pandemia de coronavírus dentre os mais vulneráveis e investigar de que forma eles afetam o acesso à alimentação, utilizamos dados parciais do inquérito Diagnóstico Familiar. Trata-se de um levantamento que está em curso desde maio de 2020, com dados coletados por mais de 200 organizações não governamentais espalhadas por todo o país e que são compilados por meio de recursos oferecidos pela plataforma Bússola Social.

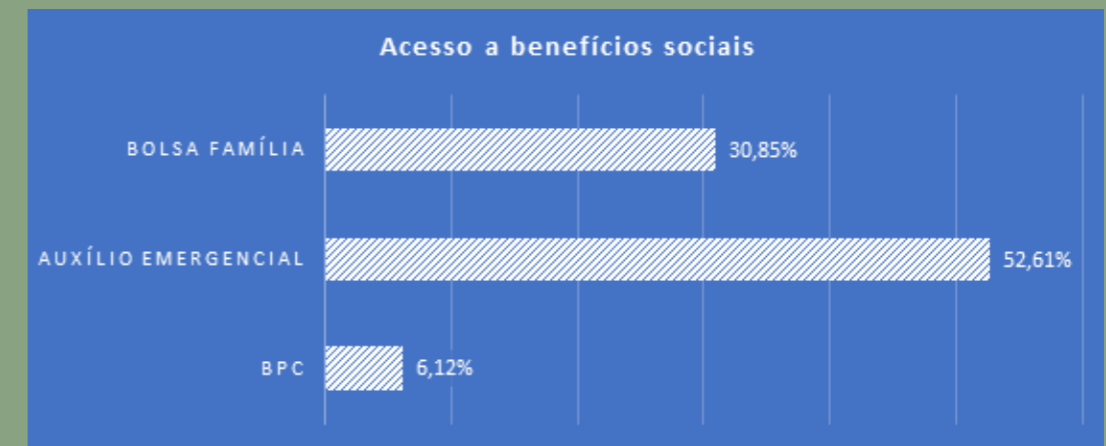
Os dados coletados até o momento se baseiam em informações concedidas por cerca de 21 mil famílias de baixa renda (80% possuíam renda familiar de até 2 salários mínimos antes da pandemia), compostas em média por 4 membros e que dizem respeito à realidade de ao menos 86 mil brasileiros.

As respostas fornecidas pelos entrevistados indicam que a pandemia afetou consideravelmente a renda das famílias monitoradas, de forma que apenas 33% delas reportam estabilidade financeira; os demais grupos indicam perdas pequenas (28%), grandes (30%) ou que ficaram sem qualquer renda (9%).

Tais perdas podem ser explicadas principalmente por instabilidades que afetaram as atividades laborais, visto que em 56% destas famílias alguém perdeu o emprego, em 56% houve perda salarial e em 50% delas indivíduos que trabalham por conta própria não puderam exercer suas atividades.



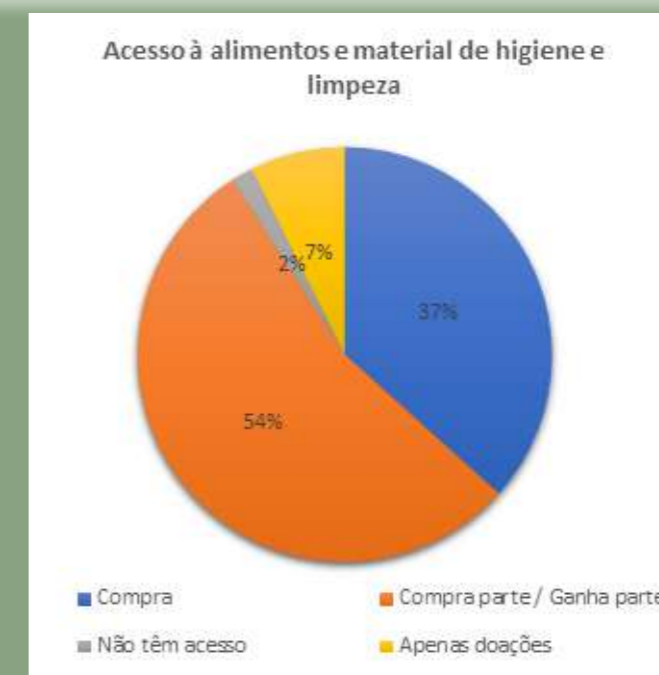
Dentre os programas permanentes e temporários de transferência de renda voltados para os grupos mais vulneráveis economicamente, cerca de 53% tiveram acesso às parcelas do Auxílio Emergencial, 31% recebem regularmente recursos do Bolsa Família e 6% contam com amparo do Benefício de Prestação Continuada (BPC).



A dificuldade no acesso a recursos financeiros tem implicações tanto para a aquisição de produtos de higiene e limpeza, que são fundamentais para a proteção adequada contra o coronavírus, como também afetam a obtenção de alimentos para garantir a subsistência básica destas famílias.

Apenas 37% declaram ter condições de comprar tudo aquilo que precisam em termos de alimentos e material de higiene, cerca de 54% compram parte do que precisam e recebem outra parte em doações, 7% dependem exclusivamente de doações e cerca de 2% declaram não ter acesso a estes insumos.

As redes de apoio, seja por meio de organizações da sociedade civil, seja por relações com familiares, conhecidos e vizinhos cumprem um papel fundamental para garantir estes insumos essenciais nos momentos de crise. Cerca de 42% das famílias recebem algum tipo de doação, por meio de apoio financeiro, alimentos ou materiais de higiene e limpeza.

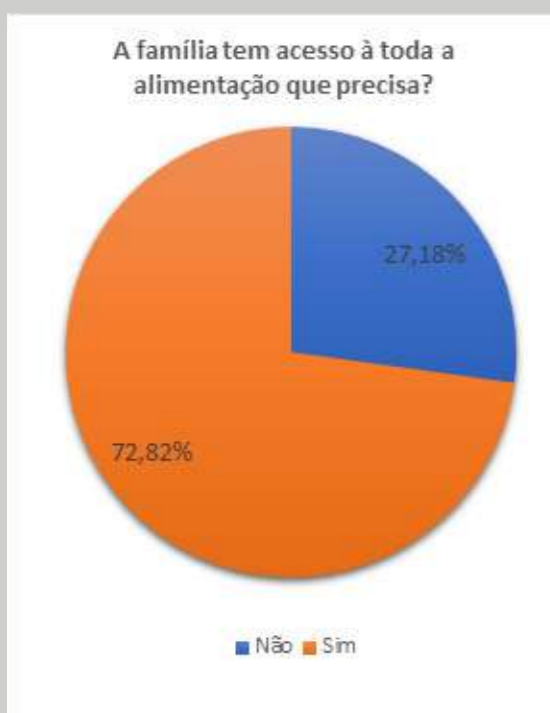


Ainda assim, o acesso a alimentos em qualidade e quantidade necessárias para garantir o bem-estar da família é um problema para cerca de 27% dos entrevistados, indicando que a crise econômico e a perda de renda dela decorrente tiveram um impacto direto na subsistência e nutrição dos mais vulneráveis. Estas são famílias que já eram bastante pauperizadas no período anterior à pandemia, com cerca de 70% delas indicando renda de até 1 salário mínimo antes de março de 2020, mas que tiveram sua situação agravada nos meses de isolamento social, nos quais relatam grande impacto sobre as atividades remuneradas e perda de



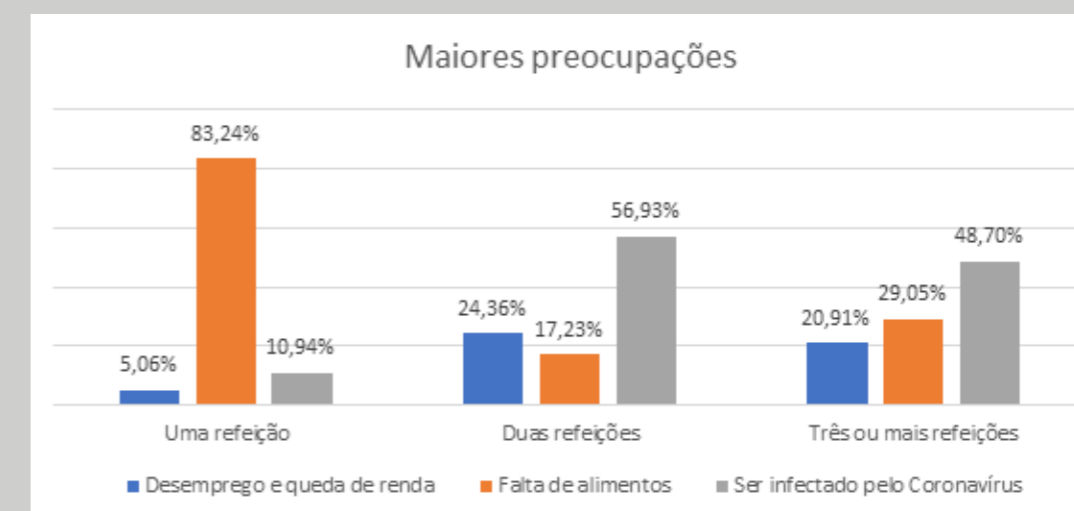
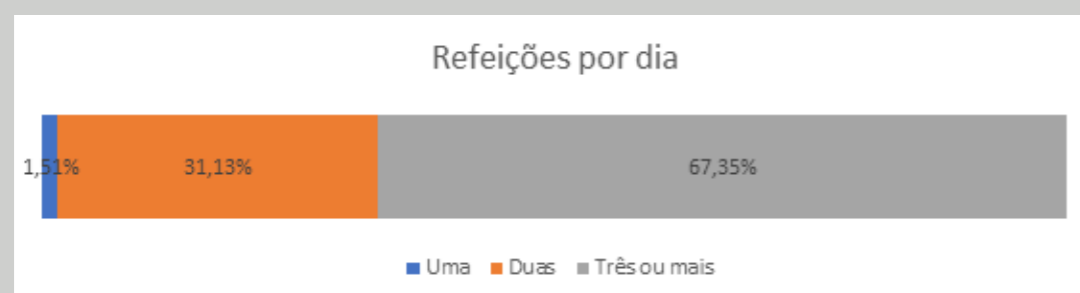
A escassez de alimentos e a fome incidem sobre a vida cotidiana destas famílias de muitas formas e chega a ponto de desequilibrar as relações entre os membros da família. Embora o número de famílias que reportam fazer apenas 1 refeição por dia seja diminuto (apenas 1,5% da amostra, ou 324 famílias) estas reportam cerca de quatro vezes mais conflitos familiares e clima ruim dentre os moradores da casa (17%), quando em comparação com aqueles que fazem três ou mais refeições por dia (4%).

A privação de alimento se torna um problema absolutamente premente na vida das famílias que enfrentam situação de vulnerabilidade extrema, a ponto de sobrepor outras dificuldades como a saúde e a própria preocupação com a epidemia de coronavírus. Cerca de 83% daqueles que fazem apenas uma refeição por dia indicam que a falta de alimentos é a principal preocupação da família, o que pode ter como implicação ampliar a vulnerabilidade à infecção pelo vírus, visto que não apenas tendem a estar em piores condições de saúde, como também estarão mais propensos a se colocar em situações de risco para obter alimentos.



Considerando apenas aqueles que relatam não conseguir alimentos suficientes para a família, cerca de 41% relatam que durante a pandemia a renda caiu bastante, 20% se declaram sem renda, 71% indicam que alguém da família perdeu o emprego e 57% reportam que ao menos um membro da família que exercia uma atividade como autônomo teve que ficar sem trabalhar. Não à toa essas são as famílias que mais dependem de doativos, com cerca de 79% indicando que parte ou a totalidade dos alimentos e produtos de higiene que abastecem a casa provém de doações.

O efeito da crise econômica sobre a segurança alimentar e a situação de penúria se tornam ainda mais palpáveis diante do dado de que quase 33% das famílias pesquisadas não conseguem fazer nem ao menos 3 refeições diárias.



IBGE PELO MENOS 10,3 MILHÕES DE PESSOAS PASSAM FOME NO BRASIL



A Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-2018: Análise da Segurança Alimentar no Brasil, divulgada no dia 17 de setembro pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em outubro mostra que 10,3 milhões de pessoas viviam em domicílios em que houve privação severa de alimentos ao menos em alguns momentos em 2017-2018 no Brasil. Dos 68,9 milhões de domicílios no Brasil, 36,7% estavam com algum grau de insegurança alimentar, atingindo 84,9 milhões de pessoas.

De acordo com o levantamento, na comparação com 2013, último ano em que o tema foi pesquisado pelo IBGE, a prevalência de insegurança alimentar aumentou 62,4% nas casas dos brasileiros. “A insegurança vinha diminuindo ao longo dos anos, desde 2004, quando aparecia em 34,9% dos lares, 30,2% na PNAD 2009 e 22,6% na PNAD 2013. Mas em 2017-2018, houve uma piora, subindo para 36,7%, o equivalente a 25,3 milhões de domicílios. Com isso, a segurança alimentar atingiu seu patamar mais baixo (63,3%) desde a primeira vez em que os dados foram levantados. Já a insegurança alimentar leve atingiu seu ponto mais elevado”, informa a agência de notícias do IBGE ¹.

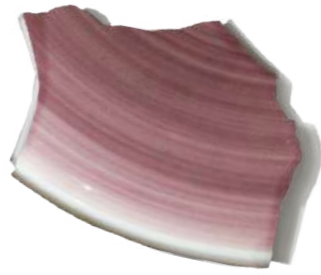
Segundo o IBGE, os dados foram obtidos a partir da aplicação das perguntas componentes da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar - EBIA, que permite identificar e classificar os domicílios de acordo com os graus de severidade com que o fenômeno é vivenciado pelas famílias neles residentes, possibilitando, assim, estimar a magnitude do problema da insegurança alimentar nessas unidades. As perguntas referentes à EBIA são as mesmas investigadas nas PNADs, o que mantém a possibilidade de comparação dos indicadores e as informações da série histórica nacional sobre o tema ².

Outros dados preocupantes foram trazidos pelo levantamento:

- metade das crianças menores de cinco anos do país – cerca de 6,5 milhões nessa faixa etária – viviam em casas com algum grau de insegurança alimentar;
- menos da metade dos domicílios do norte (43%) e nordeste (49,7%) tinham acesso pleno e regular aos alimentos;
- dos 3,1 milhões de domicílios com insegurança alimentar grave no Brasil, 1,3 milhão estava no nordeste;
- mais da metade dos domicílios com insegurança alimentar grave eram chefiados por mulheres;
- as casas com pessoa de referência autodeclarada parda representavam 36,9% dos domicílios com segurança alimentar, mas ficaram acima de 50% para todos os níveis de insegurança alimentar.

1 CABRAL, Umberlândia. 10,3 milhões de pessoas moram em domicílios com insegurança alimentar grave. Agência IBGE Notícias, 17/9/2020

2 IBGE. Análise da segurança alimentar no Brasil. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/ciencia-tecnologia-e-inovacao/24786-pesquisa-de-orcamentos-familiares-2.html?edicao=28708&t=sobre>. Acesso em 24/10/20.



OXFAM

MEDIDAS URGENTES NECESSÁRIAS PARA

Um documento preparado pela Oxfam durante a pandemia da Covid-19, intitulado O Vírus da Fome: como o coronavírus está aumentando a fome em um mundo faminto, destaca 10 países e regiões com a maior incidência de fome extrema nos quais a crise alimentar é mais grave e está se acirrando em decorrência da pandemia: Iêmen, República Democrática do Congo, Afeganistão, Venezuela, região do Sahel da África Ocidental, Etiópia, Sudão, Sudão do Sul, Síria e Haiti, que abrigam 65% das pessoas em situação de fome no mundo. Mas o levantamento também trata de novos países e regiões com alta incidência de fome, e neste aspecto o relatório destaca o Brasil como país que está experimentando “níveis de fome que vêm crescendo rapidamente à medida que milhões de pessoas que estavam conseguindo se alimentar razoavelmente bem a duras penas são empurradas para uma situação de fome pela pandemia”.

Especificamente sobre o Brasil, a Oxfam destaca que em 2014 o país estava vencendo a guerra contra a fome graças a investimentos governamentais em benefício de pequenos produtores rurais e a um pacote de políticas que incluíam a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – fechado em 2019 pelo governo de Jair Bolsonaro -, que tinha parceria estreita com a sociedade civil. E que a pandemia colaborou no aumento das taxas de pobreza e fome em todo o país, com milhões de brasileiros perdendo seus empregos ou renda rapidamente.

O documento traz uma série de medidas urgentes necessárias para fazer frente à crise da fome que vem se agravando no mundo.

São elas:

Prestem assistência de emergência para salvar vidas agora:

Os governos doadores devem financiar na íntegra o apelo da ONU por ajuda humanitária diante da Covid-19 para prestar ajuda às comunidades e grupos mais vulneráveis, incluindo mulheres, trabalhadores migrantes e comunidades deslocadas. Os governos devem também garantir que os produtores de alimentos possam voltar a trabalhar com segurança, facilitar a circulação de agricultores e trabalhadores agrícolas, abrir mercados de alimentos e garantir acesso a insumos agrícolas. Mecanismos adicionais de apoio são necessários para ajudar pequenos agricultores e pastores a se reabastecer e preparar para a próxima estação de plantio.

Construam sistemas alimentares mais justos, mais resilientes e mais sustentáveis:

Os governos devem assumir o compromisso de realizar uma reunião de alto nível

durante a sessão do Comitê de Segurança Alimentar Mundial a se realizar em Roma em outubro de 2020 para coordenar medidas no sentido de garantir que o estabelecimento de sistemas alimentares mais justos, adequados em termos de gênero, resilientes e sustentáveis, constitua um elemento central das medidas de recuperação pós-pandemia. Os governos e o setor privado devem também aumentar seus investimentos na produção agroecológica de alimentos em pequena escala, garantir que os produtores tenham uma renda que lhes permita sobreviver estabelecendo preços mínimos para o produtor e outros mecanismos de apoio e garantir que os trabalhadores recebam um salário mínimo.

Promovam a participação e a liderança de mulheres:

As mulheres devem ter a oportunidade de participar e liderar decisões sobre como reparar o nosso sistema alimentar falido. Para compreender todas as implicações dos desafios que as mulheres estão enfrentando em decorrência da pandemia, dados desagregados por gênero devem ser coletados e usados para informar decisões sobre como responder a esses desafios. Também são necessárias medidas para combater a discriminação sofrida por mulheres produtoras de alimentos em relação a questões como as do acesso à terra, informação, crédito e tecnologia.

Cancelem dívidas para permitir que os países em desenvolvimento promovam mecanismos mais sólidos de proteção social:

A comunidade internacional deve ampliar o cancelamento de dívidas no sentido de abranger todas as dívidas privadas, bilaterais e multilaterais de países de baixa e média renda e com credores privados. Essa medida liberaria US\$ 1 trilhão em receitas para ajudar países em desenvolvimento a arcar com os custos de pacotes de resgate econômico para pequenas empresas e medidas de proteção social, como o pagamento de auxílios emergenciais em espécie para ajudar as pessoas a sobreviver.

Apoiem o apelo da ONU por um cessar-fogo global:

A Oxfam apela a todos os países e partes envolvidas em conflitos que respondam ao apelo do Secretário-Geral da ONU por um cessar-fogo global. Eles devem parar imediatamente de lutar e vender armas, para permitir que pessoas recebam ajuda humanitária e que os esforços de paz avancem.

Tomem medidas urgentes para enfrentar a crise climática:

São necessárias medidas urgentes para reduzir drasticamente as emissões de gases de efeito estufa, impedir que as temperaturas globais subam acima de 1,5 grau e ajudar pequenos produtores a se adaptar às mudanças climáticas. Para esse fim, é necessário abordar as emissões da agricultura, que são responsáveis por um quarto das emissões globais de gases de efeito estufa e são principalmente oriundas do desmatamento, da pecuária e do uso de fertilizantes.

A EXTINÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Importante referência no fomento e acompanhamento de políticas públicas diretamente ligadas à segurança alimentar no Brasil, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) foi fechado pelo governo de Jair Bolsonaro no dia 1 de janeiro de 2019, por meio da Medida Provisória 870. O Consea foi recriado em 2003, no primeiro governo Lula, com o objetivo de organizar o Projeto de Lei Orgânica para a Segurança Alimentar e Nutricional. Até 2014, impulsionando políticas públicas afirmativas que envolveram ministérios, governos estaduais e municipais, a atuação do Consea permitiu que o Brasil saísse do Mapa da Fome da ONU, para o qual, infelizmente, o país está voltando, de acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura¹.

O Consea reunia representantes de indígenas, população urbana, representantes da saúde, cadeia de produção, agricultores familiares e comunidades tradicionais. Era um órgão de assessoramento imediato à Presidência da República, integrante do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan). Sua composição consistia em dois terços de representantes da sociedade civil e um terço de representantes governamentais, sendo a sua presidência exercida por um representante da sociedade civil, indicado entre os seus membros e designado pela Presidência da República. Suas funções eram o controle social e a participação da sociedade na formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, com vistas a promover a realização progressiva do Direito Humano à Alimentação Adequada, em regime de colaboração com as demais instâncias do Sisan².

De acordo com o representante da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura no Brasil, Rafael Zavala, o Consea “teve papel essencial nas políticas de combate à fome promovidas pelo Brasil nos últimos 15 anos e que poderia auxiliar também no enfrentamento da obesidade”³.

1 CALVI, Pedro. O curto caminho de volta ao Mapa da Fome. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/o-curto-caminho-de-volta-ao-mapa-da-fome>. Acesso em 23/10/20

2 CONSEA. Conheça o CONSEA. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/noticias-internas/conheca-o-consea>. Acesso em 23/10/20

3 CÂMARA DOS DEPUTADOS. Extinto pelo governo, Consea é essencial para combate à fome, diz Nações Unidas. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/556204-extinto-pelo-governo-consea-e-essencial-para-combate-a->

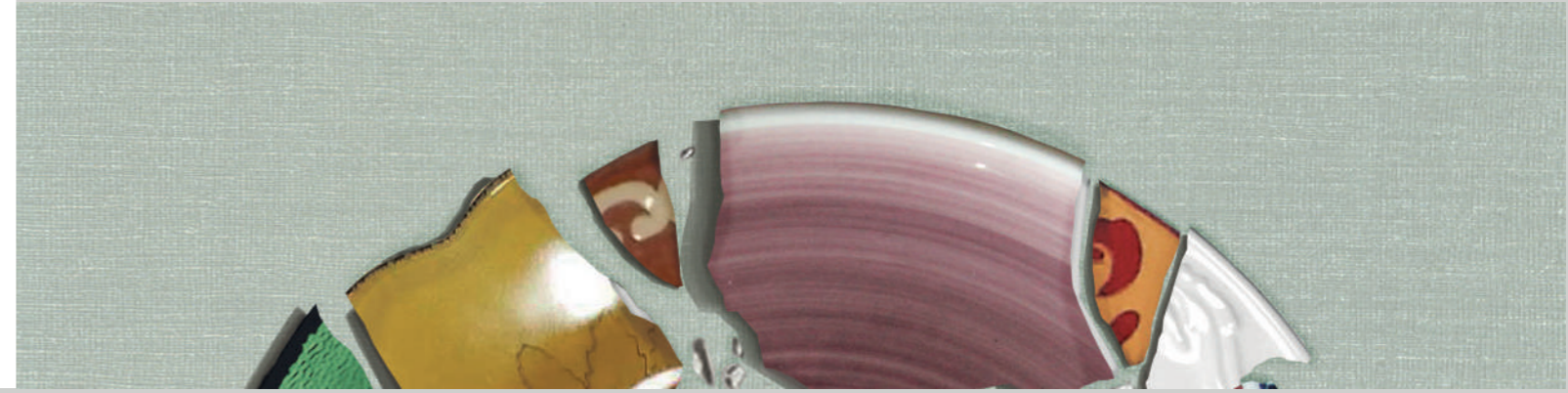
PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTOS DAS NAÇÕES UNIDAS É PRÊMIO NOBEL DA PAZ 2020

No mês de outubro o Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas (PMA) recebeu o Prêmio Nobel da Paz de 2020. Fundado em 1961, o Programa foi enaltecido “por seus esforços de luta contra a fome, por sua contribuição para a melhoria das condições de paz nas zonas atingidas por conflitos e por ter desempenhado um papel de liderança nos esforços, visando a impedir o uso da fome como arma de guerra”, de acordo com a declaração do presidente do Comitê Nobel norueguês, Berit Reiss-Andersen¹. O Programa fornece assistência alimentar a comunidades vulneráveis. Em 2019 foram 97 milhões de pessoas beneficiadas em 88 países – a maior quantidade de pessoas desde 2012. Além de governos mundiais, o PMA é financiado por empresas e indivíduos, sendo os maiores doadores os Estados Unidos, a Alemanha e o Reino Unido. O trabalho é feito em parceria com mais de mil ONGs internacionais para oferecer assistência alimentar e acabar com a raiz das causas da fome. Segundo as estimativas do PMA, com a pandemia do novo coronavírus, “o número de pessoas com fome nos países onde opera pode chegar a 270 milhões até ao final do ano, um aumento de 82% em relação ao período anterior à pandemia”. De acordo com o Comitê Nobel, “perante a pandemia, o PMA demonstrou uma capacidade impressionante de ampliar os seus esforços”. Além disso, destacou, “o mundo corre o risco de uma crise de fome de magnitude inconcebível se o PMA e outras organizações de ajuda alimentar não receberem o apoio financeiro que solicitaram”². Por fim, o Comitê Nobel avaliou que “o trabalho do Programa Mundial de Alimentos em benefício da humanidade é um esforço que todas as nações do mundo deveriam ser capazes de endossar e apoiar”.

1 Prêmio Nobel da Paz 2020 vai para Programa Mundial de Alimentos da ONU. Dom Total. Disponível em: <https://domtotal.com/noticia/1475898/2020/10/premio-nobel-da-paz-2020-vai-para-programa-mundial-de-alimentos-da-onu/>. Acesso em 24/10/20.

2 Programa Alimentar Mundial da ONU ganha Prêmio Nobel da Paz. UNRIC. Disponível em: <https://unric.org/pt/programa-alimentar-mundial-da-onu-ganha-premio-nobel-da-paz/>. Acesso em 24/10/20.

PACTOS INTERNACIONAIS PELO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO



Para garantir o direito humano à alimentação adequada – direito inalienável, mas negligenciado em diversos países, inclusive no Brasil –, muitos pactos internacionais foram instituídos. A começar pelo artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que foi ratificado no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, cujo artigo 11 dispõe:

1. Os Estados Partes do presente Pacto reconhecem o direito de toda pessoa a um nível de vida adequado para si próprio e sua família, inclusive à alimentação, vestimenta e moradia adequadas, assim como a uma melhoria contínua de suas condições de vida. Os Estados Partes tomarão medidas apropriadas para assegurar a consecução desse direito, reconhecendo, nesse sentido, a importância essencial da cooperação internacional fundada no livre consentimento.

2. Os Estados Partes do presente Pacto, reconhecendo o direito fundamental de toda pessoa de estar protegida contra a fome, adotarão, individualmente e mediante cooperação internacional, as medidas, inclusive programas concretos, que se façam necessárias para:

a) Melhorar os métodos de produção, conservação e distribuição de gêneros alimentícios pela plena utilização dos conhecimentos técnicos e científicos, pela difusão de princípios de

1 NASCIMENTO, Francisco das Chagas Alves do e LEMOS, Réia Sílvia. Direito Humano à Alimentação Adequada: Garantia? GT04 - Direitos Econômicos, Sociais e Políticas Públicas de Direitos Humanos. 5º Encontro Anual da Andhep, 2009.

educação nutricional e pelo aperfeiçoamento ou reforma dos regimes agrários, de maneira que se assegurem a exploração e a utilização mais eficazes dos recursos naturais;

b) Assegurar uma repartição equitativa dos recursos alimentícios mundiais em relação às necessidades, levando-se em conta os problemas tanto dos países importadores quanto dos exportadores de gêneros alimentícios.

Para os pesquisadores Francisco das Chagas Alves do Nascimento e Réia Sílvia Lemos, o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais, Políticos e Culturais – que o Brasil assinou e ratificou – é o documento internacional que trata do direito a uma alimentação adequada da forma extensa. “No parágrafo 1 do artigo 11 do Pacto, os Estados Partes reconhecem ‘o direito de toda pessoa a um nível de vida adequado para si e sua família, incluso a alimentação, vestimenta e moradia adequadas e a uma melhoria contínua das condições de existência’. No parágrafo 2 do artigo 11 reconhecem que possivelmente deverão adotar medidas mais imediatas e urgentes para garantir ‘o direito fundamental de toda pessoa a estar protegida contra a fome’ e a desnutrição. O direito a uma alimentação adequada é de importância fundamental para o usufruto de todos os direitos.”

Entre os outros instrumentos que tratam do direito humano à alimentação adequada, destacam-se a Declaração Universal sobre a Erradicação da Fome e Desnutrição (1974); a Declaração dos Direitos dos Portadores de Deficiências Físicas (1975); a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra Mulheres (1979); a Declaração do Direito ao Desenvolvimento (1986); a Declaração dos Direitos da Criança (1959) e a Convenção dos Direitos da Criança (1989); a Conferência Mundial de Alimentação (1974); a Declaração de Princípios e Programa de Ação da Conferência Mundial sobre a Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural

2 Idem.

BOLSA FAMÍLIA E AUXÍLIO EMERGENCIAL: POLÍTICAS ATUAIS



Bolsa Família

Criado durante o primeiro governo Lula, o Bolsa Família é um programa de transferência de renda que unificou outras ações como Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio-gás e o Programa Nacional de Acesso à Alimentação, que já existiam no governo de Fernando Henrique Cardoso. O Programa Bolsa Família (PBF) foi instituído pela Lei no. 10.836, de 9 de janeiro de 2004.

De acordo com a historiadora Natália Rodrigues, o modelo do PBF teve sua origem no Brasil da década de 1920, destinado às pessoas com perda de capacidade produtiva e com natureza contributiva. “O Programa Bolsa Família muda essa lógica, pois, além de não ser de natureza contributiva e dirigir-se à população com capacidade produtiva, volta-se especialmente para as crianças, parcela da população que na década de 1990 era a mais vulnerável no que se refere à segurança de renda, assim, as crianças eram as mais infligidas pela situação de pobreza e extrema pobreza. O foco do Programa Bolsa Família na população infantil e jovem pode ser notado pela exigência de que todos os jovens em idade escolar estejam matriculados na escola e possuam frequência de 85% da carga horária do ano letivo.”¹ Criado ainda quando estava em pleno funcionamento o Fome Zero, o Bolsa Família sofreu críticas, uma vez que foi considerado de perfil assistencialista, enquanto o Fome Zero tinha características emancipatórias.

De gestão descentralizada – executado pela União, pelos estados, municípios e o Distrito Federal –, de acordo com o Ministério da Cidadania, têm direito ao benefício todas as famílias com renda por pessoa de até R\$ 89,00 mensais e famílias com renda por pessoa entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00 mensais, desde que tenham crianças ou

1 RODRIGUES, Natália. Bolsa Família. InfoEscola. Disponível em: <https://www.infoescola.com/sociedade/bolsa-familia/>. Acesso em 23/10/20.

Além disso, o valor recebido por cada família varia muito e depende de vários fatores, como o número de pessoas da família, a idade de cada um e condições como a gravidez, além de depender da renda por pessoa, que é soma da renda de todas as pessoas da família que têm algum tipo de ganho, dividida pelo número de pessoas da família².

Auxílio Emergencial

Devido à crise causada pelo novo coronavírus, governos de diversos países instituíram programas de ajuda financeira às suas populações que perderam renda. No caso do Brasil, o governo federal criou o Auxílio Emergencial, destinado aos trabalhadores informais, micro empreendedores individuais, autônomos e desempregados, que receberam ou receberão, de abril a dezembro de 2020, parcelas nos valores de R\$ 1.200,00 (mulheres chefes de família), R\$ 600,00 e R\$ 300,00. Foram mais de 67 milhões de pessoas beneficiadas. No entanto, com todo o sistema para pedir o auxílio sendo feito pelo site ou aplicativo da Caixa, um número significativo de pessoas necessitadas que não têm acesso à internet não conseguiu receber o benefício. Essa falta de acesso ao Auxílio Emergencial ocorreu, principalmente, nos chamados grupos de invisíveis, que incluem pessoas em situação de rua, povos da floresta, imigrantes e refugiados. São pessoas que, além da falta da

2 MINISTÉRIO DA CIDADANIA. Como funciona. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia/o-que-e-como-funciona>. Acesso em 20/10/20

MARIA APARECIDA MACHADO SILVA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE CÓRREGO DO ROCHA

CHAPADA DO NORTE,
VALE DO JEQUITINHONHA
MINAS GERAIS

Eu sou a Cida, do quilombo de Córrego do Rocha, de Chapada do Norte, no Vale do Jequitinhonha. Gostaria de falar um pouco sobre a situação dos quilombolas do Vale do Jequitinhonha. Durante a pandemia, muita coisa mudou negativamente na vida das famílias rurais e, especialmente, para os quilombolas. Alimentação, principalmente, que ficou muito cara. O custo de vida ficou muito alto e o desemprego também. Por falta das aulas, os filhos todos em casa, muitas famílias carentes mesmo, em que a escola auxiliava também, além da educação, na alimentação familiar. E hoje todos esses filhos estão em casa; uns, que eram empregados, agora estão desempregados. Então, ficou muito mais difícil para nós a situação da alimentação: arroz, óleo, tudo muito caro. As famílias mas carentes sobrevivem com o auxílio emergencial, auxílio esse que nem todos acessaram. Muitas famílias carentes não foram incluídas no auxílio emergencial. Muitas famílias estão tendo que diminuir o alimento que era do seu uso habitual, e comprar um produto mais barato com qualidade inferior, sendo que os produtos enlatados para nós, dos quilombos, não são de hábito utilizar. Se a gente utiliza o arroz, temos que abrir mão do macarrão, por exemplo. As coisas estão ficando muito difíceis. A falta de acesso às políticas públicas dificulta muito. O Bolsa Família já não chega há muito tempo como chegava antes. A escassez da água é uma coisa muito séria aqui, porque água é alimento, a gente se alimenta a partir da água. A produção ficou muito menor porque há uns cinco anos que as comunidades rurais vêm enfrentando dificuldades com a água para beber, cozinhar e, principalmente, para produzir. Então, com a escassez da água dificultou mais ainda o acesso ao alimento; a questão financeira vai cada vez mais ficando decadente.

No nosso município são cerca de 17 comunidades autodeclaradas e umas 14 certificadas. São cerca de 2 mil famílias quilombolas e muitas dessas não têm o básico aqui. Vivem dependendo de doações de cestas básicas que chegam eventualmente, às vezes 2 ou 3 vezes por ano, mas essas cestas não chegam a durar um

mês. Sem acesso ao Bolsa Família, sem acesso ao auxílio emergencial, sem acesso à água. Dependem de um quilo de alimento doado aqui de vez em quando, de um ou outro vizinho que tenha uma sobrinha ali e doa para quem está sem nada em casa. A gente vai vivendo assim. Vivendo assim há alguns anos já. A pandemia só veio piorar isso tudo. Estamos com a saúde frágil e com o psicológico muito afetado com essa situação. Eu faço um apelo: vamos juntar forças, nos unir, e ajudar as comunidades quilombolas. A gente já tem dificuldade em ingressar no mercado de trabalho pelo fato de sermos negros, de baixa escolaridade; a gente tem a força física para todo tipo de trabalho, a gente enfrenta, temos essa resistência. Mas e os nossos filhos? E as gerações que estão vindo? Não queremos continuar dependendo de auxílio emergencial. Se ao menos tivéssemos água para produzir, não haveria fome.



Chapada do Norte



Em Chapada do Norte, a exploração do ouro acontecia às margens do rio Capivari, por volta de 1728. O povoado, que recebeu o nome inicial de Santa Cruz de Chapada, foi subordinado à capitania da Bahia até 1884, quando passou a integrar o bispado de Diamantina. Só em 1914 foi anexado ao município de Araçuaí. A denominação de Chapada do Norte veio com a emancipação de uma lei de dezembro de 1962, segundo dados do IBGE. Desde os primórdios, as terras foram bastante ocupadas pela população negra fugida de maus tratos, constituindo grande quantidade de comunidades quilombolas, dentro e fora do município.

A Festa de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos local, que mantém suas características intactas há quase 200 anos, ganhou chancela Patrimônio Imaterial e Cultural do Estado de Minas Gerais, concedido pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais.

IEMAR BARBOSA DE ARAÚJO

CERRATIVISTA, PROFESSOR DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CORRENTINA - BAHIA

Sou nascido e crescido aqui no Oeste da Bahia, na parte baixa do extremo oeste da Bahia, praticamente na região são franciscana já, na cidade de Correntina.

A fome, nestes municípios aqui na região oeste da Bahia, não é só o resultado da pandemia, mas ela é uma fome crônica que vem assolando a população há tempos.

Lógico que nesse período de pandemia as coisas pioraram. Para se ter uma ideia, o prato principal dessas pessoas aqui no município de Correntina é o feijão, que, no ano passado, comprava a 200 reais nesse período, que é de safra, e hoje se compra a 500 reais; arroz, que, no ano passado, um pacote de cinco quilos se comprava por 11 reais e hoje se compra por 37 reais; carne bovina, que, ano passado, neste período, se comprava a 15 reais, hoje se compra a 35 reais; e farinha, que é um produto que, no ano passado se comprava a 150 reais a safra, de 50 quilos e hoje se compra a 400 reais, portanto, certamente, a vida das pessoas, especialmente das famílias mais pobres estão profundamente atingidas. E sem falar em pequenos produtos típicos, como óleo de soja, que valia 3 a 4 reais ano passado e hoje vale 9 a 10 reais a lata de um litro. Então, de fato, esse período de pandemia afetou a vida do povo. A gente sabe que não se trata de processos, de que a pandemia dificultou a produção ou a safra, porque a safra desse ano também é recorde.

A gente acha que houve processos mercadológicos de regulação de mercado, portanto, o mercado regulando os produtos consumidos pela população; chegamos a esse patamar. Evidentemente que a fome, em municípios como Correntina, que tem 32 mil habitantes, é algo muito estrutural. Para se ter uma ideia, hoje, em Correntina, contam-se 4.700 famílias vivendo com renda do Bolsa Família. A renda média desse Bolsa Família aqui em Correntina é de 223 reais por família.



Então, podemos considerar, utilizando os dados do IBGE, que a média de membros dessas famílias é de 4 a 5 pessoas. Mais de 20 mil habitantes no município de Correntina passam por dificuldades para alimentar os seus integrantes. Em tempo de pandemia, isso complica muito mais, mas a gente acredita que também faltam estruturação, empenho dos governos locais para criar saídas e caminhos para eliminar essa fome que, primeiramente, é endêmica e, nesses períodos, acaba virando epidemia também que complica a vida de muita gente.

CARTA ABERTA À SOCIEDADE BRASILEIRA, AOS PARTIDOS POLÍTICOS, CANDIDATOS E CANDIDATAS NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020

POR SISTEMAS ALIMENTARES SAUDÁVEIS E SUSTENTÁVEIS EM NOSSAS CIDADES

Herbert de Souza, o Betinho, alertava: a vida política acontece no município. Era uma das suas estratégias de sensibilização sobre a importância das políticas públicas e da participação social no nível local. Em um momento de fragilidade da nossa democracia e graves retrocessos na responsabilidade do Estado brasileiro em assegurar o direito humano à alimentação e nutrição adequadas (DHANA), as organizações, coletivos e movimentos que integram a Comissão Organizadora da Conferência Nacional Popular por Direitos, Democracia, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional vem por meio desta carta pedir o compromisso dos partidos políticos, candidatos(as) e eleitores(as) para que a soberania e segurança alimentar e nutricional ocupem um lugar central nas eleições municipais, nas plataformas políticas e programas de governo.

Enfrentamos muitos retrocessos, como a subordinação das políticas nacionais aos interesses do agronegócio, em detrimento da agricultura familiar, o congelamento do teto dos gastos (Emenda Constitucional 95), e o desmonte dos sistemas nacionais de proteção social como o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Esse contexto nacional torna ainda mais necessário que os Governos Municipais e Câmaras de Vereadores assumam o protagonismo na promoção de sistemas alimentares saudáveis, sustentáveis e na garantia do DHANA em âmbito municipal e regional.

“A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS AMPLIOU OS RISCOS DE AUMENTO DA FOME, APROFUNDOU AS DESIGUALDADES SOCIAIS, ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO E AS CONDIÇÕES PRECÁRIAS DE VIDA A QUE ESTÃO SUBMETIDAS PARCELAS IMENSAS DA POPULAÇÃO BRASILEIRA - EM ESPECIAL A POPULAÇÃO NEGRA, MULHERES, CRIANÇAS E IDOSOS, POVOS INDÍGENAS, POVOS ORIGINÁRIOS, COMUNIDADES TRADICIONAIS, TRABALHADORES/AS INFORMAIS.

Por outro lado revelou o potencial de iniciativas da sociedade civil, dos movimentos sociais, que em sua grande maioria não recebem nenhum tipo de apoio governamental, que atuam na doação de alimentos da agricultura familiar e em redes de comercialização solidária conectando campo e cidade. É preciso valorizar o aprendizado que trazem estas experiências, tanto no enfrentamento de graves crises humanitárias, quanto na sinalização de caminhos e políticas municipais de combate à fome e abastecimento popular. Mais do que nunca é preciso afinar a escuta e o diálogo com a sociedade.

Por meio desta carta aberta, direcionada a eleitores e eleitoras, partidos políticos, candidatos e candidatas às próximas eleições municipais, queremos incentivar a formulação de plataformas políticas municipais voltadas para a produção, o abastecimento e o consumo de comida de verdade, livre de agrotóxicos e de transgênicos, produzida pela agricultura familiar, por povos e comunidades tradicionais, por comunidades negras rurais. Comida caracterizada por alimentos in natura e minimamente processados em detrimento de produtos ultraprocessados, e que protegem e promovem as culturas alimentares e a sociobiodiversidade.

Seguem elencadas algumas propostas, a serem adaptadas à realidade de cada um dos municípios brasileiros, em toda a sua diversidade:

1) Dinamização de circuitos de abastecimento popular

Os municípios têm papel fundamental na promoção de sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis e na estruturação de circuitos locais e regionais de abastecimentos popular, que articulam o campo e a cidade, fortalecendo a agricultura familiar, a agroecologia e a alimentação saudável. Programas de compras institucionais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) são instrumentos de políticas fundamentais para a dinamização destes circuitos.

Nos últimos anos foram esvaziadas as políticas nacionais de fortalecimento da agricultura familiar, especialmente a assistência técnica e extensão rural, reforma agrária e demarcação de terras indígenas e territórios quilombolas. Apesar da significativa perda orçamentária do PAA nacional, foram criados programas de aquisição de alimentos estaduais em vários estados do país. Em 2020, com a pandemia, foram poucos os municípios que asseguraram a compra da agricultura familiar no âmbito do PNAE, mesmo com a continuidade dos repasses por parte do Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar (FNDE). Neste contexto algumas propostas de políticas municipais são:

- Criação/expansão de programas municipais de aquisição de alimentos, criados através de leis municipais que autorizam a compra direta da agricultura familiar com recursos do orçamento municipal;
- Cumprimento da obrigatoriedade de aquisição de um mínimo de 30% de alimentos oriundos da agricultura familiar no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), priorizando os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (tal qual preconizado na Lei do PNAE), com preços diferenciados para a compra de alimentos de base agroecológica;
- Manutenção da gestão pública de equipamentos de varejo de alimentos sob concessão municipal (feiras, varejões, mercados municipais, etc.), com função reguladora do comércio de alimentos em geral no que se refere a preços e qualidade e a preservação da cultura alimentar;
- Apoio e gestão participativa das redes de comercialização e feiras livres, em especial as orgânicas e agroecológicas;
- Criação/fortalecimento do Sistema Municipal de Inspeção em conformidade com o SUASA (Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária);
- Facilitação junto às agências e organizações de assistência técnica e extensão rural com vistas a assegurar apoio logístico para que agricultoras e agricultores possam se organizar para a comercialização ao PNAE, PAA e feiras;
- Ampliação da infraestrutura de estradas vicinais para assentamentos, territórios de povos indígenas e dos demais povos e comunidades tradicionais visando melhorar o escoamento de sua produção;



2) Acesso à alimentação e enfrentamento da fome

É através das redes municipais que os mais vulneráveis à fome acessam a rede de proteção social e de equipamentos de alimentação e nutrição. Para além das escolas, Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Restaurantes Populares, dentre outros equipamentos públicos municipais de alimentação e assistência social, devem ocupar papel central no enfrentamento da insegurança alimentar. De acordo com o MapaSAN¹, em 2018, existiam no país, um total de 152 restaurantes populares, 107 bancos de alimentos, 139 cozinhas comunitárias e 642 unidades de distribuição da agricultura familiar. Porém o que se sabe e se observou durante a pandemia, é que muitos destes equipamentos foram fechados e esta rede encontra-se extremamente fragilizada, o que se soma a uma tendência de transferência de responsabilidade para a sociedade civil e o setor privado. Em um cenário que se anuncia de aumento da pobreza, do desemprego e da fome, são necessárias políticas municipais que garantam alimentação saudável e adequada, especialmente à população negra e afrobrasileira e os/as que vivem em regiões favelizadas e periféricas dos grandes centros urbanos. Algumas propostas:

- Criação/expansão de Restaurantes Populares, abastecidos pela agricultura familiar e com alimentos saudáveis e agroecológicos;
- Fortalecimento do SUAS, suas equipes, serviços e equipamentos;
- Busca ativa para inclusão da população negra, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais no Cadastro Único das políticas sociais;
- Criação/expansão de programas municipais de combate ao desperdício de alimentos, com a criação/manutenção de bancos de alimentos;
- Incentivo a processos educativos de educação em SAN em diferentes espaços e equipamentos públicos, incluindo a criação de hortas (prefeituras, escolas, postos de saúde, presídios, abrigos, centros de recuperação, CRAS, CREAS);
- Diagnóstico sobre a situação de Insegurança Alimentar no município, e

1 O MapaSAN é uma ferramenta de pesquisa de informações sobre a gestão do Sistema e da Política de Segurança Alimentar e Nutricional no âmbito dos estados e municípios brasileiros. Disponível em <http://mds.gov.br/caisan-mds/monitoramento-da-san/mapasan>.

3) Preservação dos bens comuns e sociobiodiversidade

As políticas voltadas ao crescimento do agronegócio que já vinham ameaçando a sociobiodiversidade, bem como a expansão da pecuária e da mineração, acirram cada vez mais o processo de disputa político-econômica pela apropriação e controle territorial e das águas por parte de grandes grupos econômicos nacionais e estrangeiros. Tendem a causar enormes danos aos nossos biomas e aos povos e populações que os habitam, colocando em risco não apenas a sobrevivência das populações que tiram daí o seu sustento, mas a soberania e a sobrevivência das atuais e futuras gerações em nosso planeta. A preservação dos bens comuns exige políticas municipais em defesa acesso à terra, território, água e sementes aos que produzem sem veneno e de forma agroecológica, tais como:

- Criação de políticas municipais de redução do uso de agrotóxicos, através de leis municipais, que contemplem: a) a promoção de territórios livres de transgênicos e agrotóxicos; b) a regulamentação de regras que limitem o uso indiscriminado dos agrotóxicos, c) o banimento daqueles já proibidos em outros países, d) a proibição da pulverização aérea; e) fortalecimento dos sistemas de vigilância de populações expostas a agrotóxicos e da capacidade de realizar o monitoramento dos alimentos através de análises de resíduos de agrotóxicos;
- Criação de políticas municipais de redução dos efeitos das mudanças climáticas e combate à desertificação;
- Criação e fomento de bancos e casas de sementes crioulas, tecnologia social dos povos de preservação e proteção do patrimônio genético tradicional, com o objetivo de reconhecer, valorizar e disseminar as dinâmicas comunitárias e regionais de conservação da agrobiodiversidade;
- Garantia do acesso, potabilidade e defesa da água pública, em contraposição à privatização deste bem comum;
- Apoio para a garantia plena do acesso à água às populações difusas do meio rural, especialmente no semiárido, por meio de apoio a programas de cisternas, para suprir a demanda de acesso a água para o consumo humano e para a produção de alimentos, de forma associada ao apoio técnico e pedagógico às famílias, em parceria com organizações da sociedade civil, como é o caso das que fazem parte da Articulação do Semiárido (ASA).
- Criação/fortalecimento de política municipal de recursos hídricos e saneamento básico (água, esgoto, resíduos sólidos e drenagem) para proteção dos mananciais, reuso e redução de perdas de água;

4) Comida como patrimônio, conhecimentos tradicionais e cultura

Respeitar e fortalecer a cultura alimentar passa necessariamente por políticas públicas que reconhecem e valorizam sujeitos cujos fazeres individuais e coletivos promovem sistemas agrícolas e de produção de alimentos de base comunitária, agroecológica e de culturas originárias, tradicionais e populares, tais como povos indígenas, de matriz africana, caiçaras, quilombolas, quebradeiras de coco babaçu, mestres fazedores de farinha, pescadores artesanais, catadoras de marisco, baianas de acarajé, dentre tantos outros. No âmbito municipal devem ser promovidas políticas voltadas para a promoção e preservação do patrimônio cultural na salvaguarda da transmissão de saberes, seus significados e vivências, tais como:

- Apoio a Pontos de Cultura e realização de prêmios em editais que valorizam os saberes e fazeres da diversidade de modos de vida, e a cultura alimentar de povos e comunidades tradicionais, e que também estimulam a organização coletiva e autônoma;
- Fortalecimento de espaços e centros de cultura alimentar de base comunitária, agroecológica e de culturas originárias, tradicionais e populares, inclusive com a sua inserção nos Planos Municipais de Cultura e dentre os beneficiários da Lei Aldir Blanc;
- Políticas de proteção dos direitos originários dos povos e de combate à intolerância religiosa e racismos institucional, em especial a de povos e comunidades tradicionais de matriz africana que historicamente são vítimas destes

5) Saúde, Alimentação e Nutrição

Os municípios são responsáveis pela organização da atenção à saúde, regulação dos espaços públicos tanto governamentais como privados como escolas, hospitais, centros de assistência social, ambientes de trabalho entre outros e pela implementação de inúmeros programas de alimentação e nutrição. As consequências da insuficiência e da má alimentação repercutem nas condições econômicas e sociais das comunidades e municípios, impactam os serviços públicos de saúde, assistência social e outros. Portanto quanto maior for a atuação municipal na promoção e respeito ao DHANA melhores serão as condições de desenvolvimento econômico e social. Dentre as ações do executivo e/ou legislativo que podem e devem ser implementadas em relação à Saúde e Alimentação nos municípios destacamos:

- Ampliação e qualificação da atenção nutricional principalmente na Atenção Básica por meio da implantação de Núcleos Ampliados de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB);
- Promoção, proteção e apoio à amamentação e a alimentação complementar

saudável, por meio de iniciativas como: a) implementação/fortalecimento da Norma Brasileira de Comercialização de Alimentos para Lactentes e Crianças de 1ª Infância, Bicos, Chupetas e Mamadeiras (NBCAL) e sua regulamentação (Lei 11.265/2006 e Decreto nº 9.579/2018); b) apoio e proteção à família trabalhadora e a estudante que amamenta; c) Implementar/fortalecimento de redes e estruturas de promoção e apoio à amamentação e à alimentação saudável nos primeiros anos de vida;

- Implementação de medidas regulatórias que desestimulem o consumo de alimentos não saudáveis para possibilitar escolhas e práticas alimentares saudáveis pela população, como leis municipais e iniciativas que: a) protegem as escolas dos apelos da publicidade de alimentos não saudáveis e da oferta ostensiva desses produtos para crianças; b) protegem ambientes institucionais e ambientes públicos da publicidade e oferta ostensiva de alimentos não saudáveis.

6) Fortalecimento do SISAN

Desde a promulgação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN (Lei nº 11.346/2006), vinha se consolidando no Brasil um virtuoso e internacionalmente reconhecido sistema para a garantia do DHANA, o SISAN. Com a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e o descaso do governo federal este processo é descontinuado, mas os Conseas estaduais e municipais seguem ativos, o que pode ser observado pelo papel que muitos têm desempenhado durante a pandemia. Em 2018, foram mapeados um total de 930 Conseas municipais (MapaSAN). Destes apenas 51 municípios haviam elaborado planos municipais, e outros 153 estavam em fase de elaboração. A perspectiva intersetorial é fundamental para a realização do DHANA, o que exige a articulação entre as diferentes políticas públicas que possam garantir acesso à moradia digna, água e saneamento básico, mobilidade e sistemas logísticos inteligentes, entre outros. Algumas propostas são:

- Elaboração/atualização de política e plano municipal de SAN, articulado com recursos previstos no plano plurianual e/ou programa de metas da administração municipal;
- Fortalecimento dos conselhos municipais de SAN, de Alimentação Escolar e de desenvolvimento rural, com a devida transparência das informações e prestação de contas sobre as políticas de SAN;
- Criação de lei específica que institui os componentes municipais no âmbito do SISAN, bem como instituição ou fortalecimento do consea municipal, assegurando estrutura adequada, orçamento, e articulação com demais conselhos de políticas públicas;
- Criação de Frentes Parlamentares municipais de SAN;
- Criação de canais de participação popular virtuais e presenciais, por meio dos quais o cidadão tenha acesso às informações sobre as políticas públicas de SAN, possam opinar e fazer denúncias de violações.
- Inclusão do Dia Mundial da Alimentação no calendário da cidade.

7) Ordenamento Urbano

- Incorporação nos instrumentos de planejamento e gestão urbana como, por exemplo, Plano Diretor Estratégico e Lei Regulação e Uso do Solo, previstos no Estatuto das Cidades, as diferentes dimensões para promoção da SAN, inclusive com a criação de áreas rurais nas médias e grandes cidades e Zonas Especiais de Interesse Social para a Segurança Alimentar e Nutricional (ZEIS), para criar espaços da agricultura urbana e periurbana e evitar a continuidade de crescimento da mancha urbana e impactos sobre o campo, águas e florestas;
- Criação de instâncias de implantação de políticas integradas de SAN e Segurança Hídrica, nas regiões metropolitanas e aglomerados urbanos, conforme previsto no Estatuto da Metrópole;
- Apoio à titulação e à regularização fundiária de assentamentos rurais e territórios tradicionais;
- Interrupção de todos os despejos e reintegrações de posse, coletivos e individuais, em áreas rurais e terrenos urbanos, que atentam contra o direito à terra e ao território dos (as) agricultores (as) familiares, comunidades quilombolas, povos e comunidades tradicionais e população urbana.

Concluindo

A experiência brasileira comprova que as administrações municipais, apoiadas em efetiva participação social, têm a possibilidade de desempenhar um papel relevante em praticamente todos os aspectos que afetam a condição alimentar e nutricional de suas populações, promovendo o acesso a uma alimentação adequada e saudável em articulação com o estímulo à agricultura de base familiar, diversificada e agroecológica.

Organizações da Comissão Organizadora da Conferência Popular por Direitos, Democracia, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional:

Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN)
Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável
Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)
Ação da Cidadania
Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA)
Agentes de Pastoral Negros do Brasil (APN)
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)
Conselho Federal de Nutricionistas (CFN)
Coletivo Indígena
Coletivo de Ex-Presidentes do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
Coletivo de Presidentes de Conseas Estaduais (CPCE)
Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (CONAQ)
Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE)
FIAN Brasil
FONSANPOTMA - Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Tradicionais de Matriz Africana
Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)
Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)
Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (RB-PSSAN)
Rede de Mulheres Negras para Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
Slow Food Brasil



MANIFESTO POPULAR CONTRA A FOME E PELO DIREITO DE SE ALIMENTAR BEM

A pandemia escancarou as consequências da crise do capital sobre a vida dos trabalhadores e trabalhadoras. Essa crise, política, econômica, social e ambiental, não é provocada por nós, mas pelas empresas do capital e por um estado empresarial, repressor. Mas somos nós que pagamos a conta e sofremos as consequências.

Somos mais de 13 milhões de desempregados e cerca de 40 milhões de pessoas que vivem do trabalho informal ou trabalho precário. O Brasil voltou para o Mapa da Fome, em decorrência de gestões que ignoram as necessidades reais do povo e para garantir os lucros exorbitantes do capital que não tem pátria e menos ainda senso de humanidade. As exportações dos produtos brasileiros nada têm a ver com a solidariedade aos povos de outros países,

“METADE DA HUMANIDADE
NÃO COME; E A OUTRA METADE
NÃO DORME, COM MEDO DA
QUE NÃO COME.”

JOSUÉ DE CASTRO, GEOGRAFIA DA FOME

senão a ganância, mesmo que falte o que comer ao povo brasileiro.

Esse é o quadro que coloca os mais pobres de volta à fome e também traz problemas para os setores médios, pois o preço dos alimentos tem aumentado de forma assustadora, já que o agronegócio produz commodities, os supermercados especulam com a fome e as empresas promovem o uso de comidas artificiais que só deixam a população adoecida.

Em 2018 – dois anos pós o golpe ao governo Dilma Rousseff – o Brasil já contabilizava 10,3 milhões de brasileiros e de brasileiras em situação de pobreza ou de extrema pobreza (segundo dados do IBGE), e esta fome não esta somente na cidade. Esses números já são infinitamente maiores e imaginemos como estará o povo pobre no próximo período sujeito à alta no preço dos alimentos.

A falta de controle de estoque de alimentos regulado pelo Estado, a existência de um Plano Safra exclusivo para o agronegócio, bem como os vetos às medidas de apoio e fortalecimento da Agricultura Familiar e Camponesa, que é responsável em produzir comida de verdade, é o que tem piorado a situação de fome no Brasil

A crueldade das empresas e indústrias de alimentos está presente em todos os lugares, do campo, das águas, florestas e da cidade. Seja na introdução dos agrotóxicos dentro do modelo produtivo, seja na forma como se apresentam os alimentos ultraprocessados que não possuem capacidade de nutrir os corpos e mentes humanos. Descarta-se o lixo das indústrias na boca de nossas crianças, e a classe trabalhadora tem sido a mais afetada nisso com menos tempo para o preparo dos alimentos nos grandes centros urbanos.

Nesse quadro, as mulheres têm sido as mais atingidas, elas são historicamente responsáveis pela alimentação das famílias e por isso têm que lidar com o combate à fome, buscando formas de colocar comida na mesa, lidando com a falta de emprego, pois foram as que mais perderam o emprego com as crises e, ainda, enfrentam uma grave ampliação da violência. A juventude, em especial a negra, segue morrendo nas periferias das cidades e sem oportunidades de produzir nos seus territórios. Os povos e comunidades tradicionais têm seus territórios atacados ainda mais, como forma do capital retomar suas taxas de lucro.

A natureza também tem sido duramente ameaçada e com ela a vida humana. Imagens de animais selvagens morrendo pelo fogo chocam o mundo inteiro, nossas florestas estão sendo destruídas com a única função de manter a acumulação capitalista materializada em sua forma atrasada no agronegócio brasileiro. A resistência é necessária e deve se dar entre todos que acreditam numa sociedade mais justa, onde todos possam comer e viver com dignidade.

Seguimos afirmando que a agricultura familiar e camponesa é o alicerce para a soberania alimentar de uma nação. Por isso lutamos no campo e na cidade pela defesa dos territórios indígenas, quilombolas, camponeses, pesqueiros, dos Fundos e Fecho de Pasto, pela construção de políticas que contemplem desde a produção ao consumo. Rechaçamos a expansão agrícola e mineral que avança sobre áreas de produção de alimentos e sobre as florestas e biomas.

PARA COMBATER A FOME NO BRASIL, NOS COMPROMETEMOS:

- 1.** Seguir com todas as ações de solidariedade humana que têm ajudado a salvar vidas, através da partilha do pouco que temos, amenizando a situação de fome de muitas famílias, principalmente as crianças. Nossa solidariedade é de classe, ativa e orgânica para que os povos se organizem a mudar sua realidade de vida.
- 2.** Lutar pela derrubada dos Vetos de Bolsonaro à Lei de Assis de Carvalho, proposta no PL 735/2020 –como passo fundamental para ampliar a produção de alimentos saudáveis pela Agricultura Familiar e camponesa e poder disponibilizar esse alimento para quem mais precisa, garantindo renda aos povos, especialmente as mulheres e a juventude.
- 3.** Lutar pela retomada da construção dos estoques públicos de alimento URGENTE, para que o Estado regule preços e não deixe faltar os itens básicos para o povo do seu país a exemplo do feijão, do arroz, dentre outros. Construir um sistema de abastecimento alimentar. Sabemos que os estoques públicos que regulam os preços nas entressafras e nas situações de problemas climáticos são decisivos para manter a alimentação do povo.
- 4.** Enfrentar este governo que tem abertamente decretado a fome para o país. FORA BOLSONARO! A liberação do Auxílio Emergencial, que até agora fez a diferença na vida das pessoas, não foi por vontade do governo federal que, na primeira oportunidade que teve, negou o apoio para os agricultores/as seguirem produzindo alimentos (veto ao PL 735). Reafirmar o direito ao pleno emprego e a uma renda digna é materializar o direito de se alimentar bem, com segurança e soberania alimentar.
- 5.** Lutar para que todas as políticas públicas voltadas à construção da soberania alimentar tenham a capacidade de atender as demandas diferenciadas dos povos e comunidades tradicionais, da juventude e das mulheres, como forma de garantir um desenvolvimento econômico, social e ambiental baseado na

agroecologia e na igualdade de condições para todos. É necessário retomar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), fortalecer o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), ampliar o acesso à água para abastecimento humano e para a produção de alimentos com cisternas e expandir a rede de restaurantes populares.

Nós, Movimentos Populares, Entidades e Sindicatos do campo e da cidade vamos continuar lutando e alimentando a esperança. Defendemos um Programa de Renda Básica Permanente, Programa de Produção de Alimentos Saudáveis, a derrubada dos Vetos à Lei Assis Carvalho, Programas de Compra de Alimentos com doação a quem precisa, Programa de Geração de Empregos, Abastecimento de Água e Valorização do Salário Mínimo.

Por isso, neste Dia Mundial em Defesa da Alimentação, temos a responsabilidade de nos dirigir à sociedade brasileira para manifestar nossa grande preocupação com a fome que se agrava em nosso país.

A produção de alimentos depende da preservação ambiental e da biodiversidade dos biomas. Para manter as florestas em pé, precisamos dos povos do campo, das águas e das florestas, VIVOS e em seus TERRITÓRIOS. Não é só fogo, é capitalismo e destruição. Tirem as mãos das nossas riquezas! Soberania nacional e popular já!! Fora Imperialismo!

Alimentar a esperança para alimentar as pessoas!

Brasil, 16 de outubro de 2020

NOTA TÉCNICA LDO/LOA 2021 E PEC 188 :

Piso Mínimo Emergencial para Serviços Essenciais, Desmonte do Estado pela PEC do Pacto Federativo e Necessidade de Mudanças Urgentes nas Regras Fiscais

As duzentas associações e consórcios de gestores públicos; organizações, fóruns, redes, plataformas da sociedade civil; conselhos nacionais de direitos; entidades sindicais; associações de juristas e economistas e instituições de pesquisa acadêmica que integram a Coalizão Direitos Valem Mais vêm apresentar esta nota técnica ao Congresso Nacional e à sociedade brasileira com um conjunto de propostas visando fortalecer a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual 2021 como instrumentos para o enfrentamento do dramático contexto da pandemia e de SUAS consequências nas condições de vida da população.

O que o Piso Mínimo Emergencial viabilizará?



1

O Sistema Único de Saúde (SUS) enfrente o contexto da pandemia e do pós-pandemia, com a aquisição de medicamentos e vacinas; que considere os efeitos crônicos de saúde gerados pela Covid-19; responda à demanda reprimida por saúde de 2020



3

Retomada das condições de manutenção dos serviços e a ampliação da cobertura do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)



2

A política de educação se organize para a retomada das escolas com menor número de alunos por turma, maior número de profissionais de educação, adequação das escolas para o cumprimento de protocolos de segurança e proteção, ampliação da cobertura de acesso à internet de banda larga para os estudantes da educação básica e ensino superior no país, retomada dos programas de assistência e permanência estudantil na educação básica e no ensino superior



4

Enfrentamento do crescimento acelerado da fome e da desnutrição no país por meio da retomada das condições de financiamento do Programa Aquisição de Alimentos (PAA).

PROPOSTAS

1

LDO 2021

Solicitamos às/aos parlamentares que apresentem emendas de dotação orçamentária ao PLOA 2021, relatada pelo Senador Márcio Bittar (MDB-Acre), de acordo com a proposta de piso mínimo emergencial para os direitos sociais apresentada nesta nota e que contemplem no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias as seguintes alterações:

Inclusão no texto da LDO 2021 de prioridades e metas que comprometam efetivamente a União com o pleno cumprimento dos direitos e deveres estabelecidos na Constituição Federal e dos planos nacionais setoriais (de educação, saúde, assistência social, segurança alimentar, ciência e tecnologia, agricultura familiar, direitos das crianças e adolescentes, igualdade racial, direitos das mulheres, direitos dos povos indígenas e quilombolas, etc.).

No Anexo de Riscos Fiscais da LDO, incluir os riscos sociais associados a não disponibilização de dotações orçamentárias suficientes para o pleno cumprimento dos direitos e deveres estabelecidos na Constituição Federal, com os montantes de recursos necessários e indicadores de referência. Trata-se aqui de demandar ao Poder Executivo que informe:

- avaliação de impacto nos direitos
- transferência de recursos da União para os entes subnacionais

3

Medidas estruturantes: mudanças das regras fiscais

A manutenção do conjunto das normas fiscais vigentes no Brasil é inviável no curto, no médio e no longo prazo, tanto do ponto de vista político-institucional quanto econômico, social e ambiental. Superar o atual quadro de crise sanitária, instabilidade político-institucional, recessão econômica, alto desemprego e inaceitáveis níveis de desigualdades sociais exigirá que as normas fiscais sejam moldadas de forma a garantir as necessidades de financiamento dos direitos estabelecidos pela Constituição Federal, como vem sendo adotado em vários países do mundo. As regras fiscais devem se adequar à garantia dos direitos e não os direitos serem reduzidos para se adequar às normas fiscais.

2

Rejeição à PEC 188/19

Coalizão de Direitos Valem Mais vem alertar as/os parlamentares, gestores e gestoras públicas e as/os candidatos/as às eleições municipais no ano de 2020 que:

Caso tal PEC seja aprovada, os resultados práticos serão a implosão do pacto federativo brasileiro, com o fim da solidariedade fiscal entre os entes da federação e uma radical e acelerada precarização da oferta de serviços públicos com aumento das desigualdades regionais, em decorrência de fatores como:

- o fim dos planos plurianuais da União, dos estados e dos municípios
- a relativização dos direitos sociais consagrados na Constituição Federal, especialmente nas áreas de saúde e educação,
- a perda de autonomia federativa
- a radicalização da dinâmica procíclica do regime fiscal brasileiro, que acirra desigualdades e promove a concentração de renda, por meio da redução forçada das jornadas de trabalho e das remunerações dos servidores públicos

Propostas

As duzentas associações e consórcios de gestores públicos; organizações, fóruns, redes, plataformas da sociedade civil; conselhos nacionais de direitos; entidades sindicais; associações de juristas e economistas e instituições de pesquisa acadêmica que integram a Coalizão Direitos Valem Mais vêm apresentar esta nota técnica ao Congresso Nacional e à sociedade brasileira com um conjunto de propostas visando fortalecer a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual 2021 como instrumentos para o enfrentamento do dramático contexto da pandemia e de SUAS consequências nas condições de vida da população.

Criada em 2018, a Coalizão é um esforço intersetorial que atua por uma nova economia comprometida com os direitos humanos, com a sustentabilidade socioambiental e com a superação das profundas desigualdades do país e por isso defende o fim do Teto de Gastos, aprovado em dezembro de 2016 pelo Congresso como Emenda Constitucional 95, com base em proposição do governo Temer. A EC 95 é definida pela ONU como a medida econômica mais drástica contra direitos sociais do planeta.

As propostas desta nota técnica preveem o estabelecimento de um piso mínimo emergencial para as áreas de saúde, educação, assistência social e segurança alimentar que interrompa a deterioração orçamentária¹ acelerada dessas políticas desde 2015 – com base no princípio constitucional de vedação de retrocessos em direitos fundamentais, reafirmado pelo STF na decisão ARE-639337/2011 – e garanta condições para o enfrentamento do rápido crescimento do desemprego, da miséria e da fome em nosso país, acirrado pela pandemia.

Levantamento do IBGE divulgado neste mês mostrou o avanço da insegurança alimentar grave, ou fome, que passou a alcançar 10,28 milhões de pessoas, atingindo mais fortemente lares chefiados por mulheres negras, fazendo com que o Brasil apresentasse o pior patamar desde 2004. O desemprego durante a pandemia deu um salto: somente

¹ Estudo da Coalizão Direitos Valem Mais entregue em maio de 2020 ao Supremo Tribunal Federal apresenta amplo e detalhado diagnóstico do impacto das medidas econômicas de austeridade e da Emenda Constitucional 95 no desfinanciamento das áreas sociais e ambiental, para além das quatro áreas de serviços essenciais priorizadas nesta proposta. Disponível em: https://direitosvalem.org.br/wp-content/uploads/2020/05/DOCUMENTO_STF_Maio_2020.pdf

entre maio a agosto de 2020, cresceu de 10,1 milhões para 12,9 milhões de desempregados. Todos os indicadores sociais do país revelam um quadro desesperador para a população, sobretudo a mais pobre, negra e indígena.

A proposta contida nesta nota técnica de piso mínimo emergencial no Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA 2021, para suprir a necessidade dos direitos à saúde, educação, assistência social e segurança alimentar e nutricional para 2021, totaliza o valor de 665 bilhões de reais. O valor previsto no PLOA 2021, apresentado pelo governo federal para essas áreas, totaliza 374,5 bilhões, montante que corresponde apenas a 58% do piso mínimo emergencial para a garantia desses direitos essenciais, muito distante das necessidades urgentes ampliadas pela pandemia². Na segunda parte desta nota, serão detalhados a metodologia adotada e os componentes e parâmetros que compõem o piso.

	PLOA 2021 (bilhões/R\$)	PISO MÍNIMO EMERGENCIAL/PROPOSTA
Saúde ³	123,8	168,7
Educação	144,5	181,4
Assistência Social	102	305,5
Segurança Alimentar e nutricional ⁴	4,2	8,85
TOTAL	374,5 bilhões	665 bilhões

Os parlamentares do Congresso Nacional já priorizaram entre 2016 e 2019 as ações do Ministério da Defesa, elevando os seus recursos em quase R\$ 20 bilhões. Neste momento, em um contexto tão dramático, os parlamentares têm um desafio histórico: decidir se estarão ao lado do povo brasileiro em defesa do SUS, da Educação, do SUAS, contra a miséria, a fome e o desemprego, se posicionando contra a disputa de recursos financeiros entre projetos e políticas sociais e ambientais, estimulada abertamente pelo governo federal como no caso da proposta de uso dos recursos do Fundeb; ou se estarão em defesa de uma política econômica equivocada e questionada internacionalmente – inclusive por organismos com o Fundo Mundo Monetário Internacional (FMI)⁵ – que visa destruir as políticas públicas distributivas e aprofundar a concentração de renda, a destruição ambiental e

² INESC. Orçamento de 2021 mantém equilíbrio fiscal acima das necessidades da população. Disponível: <https://www.inesc.org.br/orcamento-de-2021-mantem-equilibrio-fiscal-acima-das-necessidades-da-populacao/>

³ Valor para ASPS – ações e serviços públicos em saúde, excluídos os royalties do petróleo.

⁴ O piso emergencial de Segurança Alimentar contempla os programas nacionais: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa de Cisternas e Programa de Restaurantes Populares, sendo que o último não aparece no PLOA 2021.

⁵ OSTRY JD, Loungani P; FURCERI D. Neoliberalism: oversold? Washington DC. Finance & Development 2016; 53 (2): 38-41.

A pandemia da Covid-19 é uma grave crise de saúde pública que provoca consideráveis impactos sociais e econômicos, concretos e potenciais, afetando de maneira desproporcional a parcela da população em situação mais aguda de vulnerabilidade social. A nova dinâmica que a pandemia está impondo à sociedade brasileira em função das medidas de distanciamento social recomendadas pelas autoridades sanitárias, somada ao desmonte das políticas de estoque, preços mínimos e de fortalecimento da agricultura familiar está impactando, a comercialização e o preço dos alimentos que estão na base da alimentação da população brasileira, como é o caso do arroz, feijão, hortigranjeiros (frutas, legumes e hortaliças) e produtos de origem animal (leite, derivados e pescado).

Diante desse quadro, assistiremos o retorno a níveis alarmantes de fome e desnutrição em parcela importante do povo brasileiro se medidas emergenciais não forem tomadas por parte do Estado, alertam mais de 150 organizações e movimentos que assinaram a carta “Garantir o direito à alimentação e combater a fome em tempos de coronavírus: a vida e a dignidade humana em primeiro lugar!”. Ainda mais grave, esses efeitos sobre a segurança alimentar se somam a um cenário já devastador, como mostram os dados da POF 2017/2018 divulgados pelo IBGE em setembro de 2020.

A fome já tinha voltado a afetar o Brasil e o quadro tende a agravar, caso as medidas para reversão desse quadro não sejam tomadas. De 2013 para 2018 a insegurança alimentar aumentou 14,8%, depois de uma década em queda; com população rural, das regiões norte e nordeste, negra e mulheres sendo desigualmente mais afetadas.

Dentre as ações de combate à fome, de abastecimento alimentar e de garantia do DHANA que devem ser implementadas em caráter de urgência, destacamos:

A retomada do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

Além de atender parte considerável da demanda emergencial por alimentos saudáveis para os mais pobres, o PAA será essencial para garantir renda para a agricultura familiar. Para isso, essa ação deve estar centrada na adoção das modalidades “Compra Direta” e “Formação de Estoque”.

Além de exercer forte estímulo à produção diversificada de alimentos básicos e à formação de estoques de alimentos produzidos pela agricultura familiar e camponesa, pelos povos originários e povos e comunidades tradicionais, essas modalidades do PAA exercem um papel determinante no apoio e no fortalecimento das redes de abastecimento local que se estruturam em todo o país.

A experiência acumulada, em todas as regiões do Brasil, na execução dessas modalidades demonstrou sua eficiência social, econômica e para a promoção da segurança alimentar e nutricional das parcelas mais vulneráveis da população. A viabilidade dessa proposta no curto prazo depende da ampliação do orçamento do PAA para 2020 e 2021.

A situação imposta pela pandemia exige que o orçamento para o PAA seja ampliado de imediato para no mínimo R\$ 1 bilhão em 2020 e que seja garantido um piso mínimo emergencial para o PAA – Programa de Aquisição de Alimentos de R\$ 2 bilhões na PLOA 2021.

Em 2012, ano de maior orçamento executado pelo PAA, foram executados R\$ 850 milhões, beneficiando aproximadamente 185 mil famílias agricultoras, sendo adquiridos e distribuídos mais de 297 mil toneladas de alimentos (380 itens diferentes), em todo os estados brasileiros. Isso foi possível porque o Programa envolveu a participação de mais de 24 mil organizações socioassistenciais que atuaram no atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade social.

Esses recursos devem ser assegurados pelo governo federal e, de forma suplementar, pelos estados. Caso disponham de condições orçamentárias próprias os municípios também poderão alocar recursos. Os recursos alocados pelo governo federal serão executados pela Conab, pelos estados e pelos municípios, mediante a celebração de parcerias entre entes federados. Os instrumentos legais disponíveis para a celebração dessas parcerias entre

Ministério da Cidadania com a Conab, estados e municípios – Convênio e Termo de Adesão – já possibilitam a retomada das operações. Esses instrumentos definem as responsabilidades e os cronogramas dos repasses de recursos financeiros para a sua operacionalização. Essa proposta foi elaborada pela Articulação Nacional de Agroecologia e apresentada em 08/04/20, com mais de 877 movimentos, redes e organizações sociais do

campo e da cidade, elaborada com a participação de técnicos em abastecimento e especialistas em segurança alimentar.

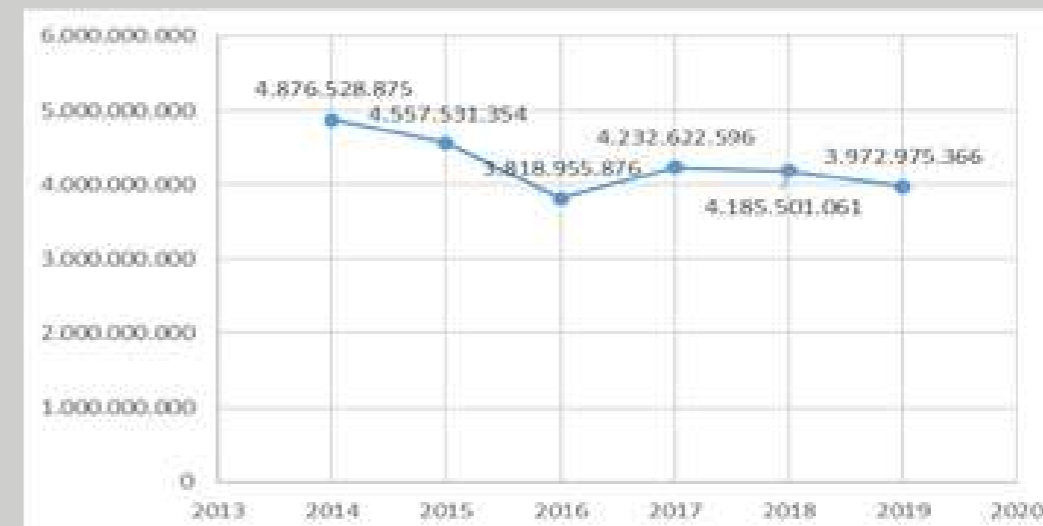
O fortalecimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tem como objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as SUAS necessidades nutricionais durante o período letivo.

São atendidos pelo programa os alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias (conveniadas com o poder público), um total de cerca de 41 milhões de estudantes em todo o país. Com a Lei nº 11.947, de 16/6/2009, 30% do valor repassado pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE deve ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar, medida que estimula o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades.

A alimentação escolar é fundamental para a proteção do DHANA, uma vez que a refeição feita na escola é muitas vezes a única alimentação de crianças em situações de maior vulnerabilidade. Durante a pandemia os estados e municípios foram autorizados por lei a utilizar o orçamento do PNAE para a distribuição dos alimentos da alimentação escolar diretamente à famílias, um direito que deveria ser assegurado. Porém não foram destinados recursos adicionais para a garantia universal e custos adicionais, além do que, em grande parte do país, nem mesmo o orçamento já destinado foi executado, o que se configura como grave violação ao DHANA. O PNAE deve ser percebido como um instrumento estratégico de combate à fome, por sua capilaridade nacional, especialmente em um contexto pós pandemia e de interrupção do auxílio emergencial.

Gráfico 3: Despesa paga* com as rubricas orçamentárias 00PI e 8744 do PNAE, 2014 a 2019



Fonte: SIOP

*Valores reais atualizados pelo IPCA janeiro 2020 da despesa paga e restos a pagar pagos

Assim, defendemos um piso mínimo emergencial para o PNAE de R\$ 5 bilhões na PLOA 2021. Esse valor corresponde apenas à recomposição do valor executado em 2014, em respeito ao princípio de não retrocesso social, ao qual o Brasil se comprometeu em tratados internacionais de direitos humanos e na Constituição.

A ampliação do acesso à água para abastecimento humano e produção de alimentos com cisternas

Toda ação de garantia de água precisa considerar três aspectos: fonte, transporte e tratamento. Para garantir acesso à água para o abastecimento humano e para a produção de alimentos às populações rurais do semiárido brasileiro, que correspondem a 1,8 milhões de famílias dispersas em uma área de 1 milhão de quilômetros quadrados, é necessário considerar a garantir de orçamento público adequado.

No meio rural semiárido, as construções de cisternas de placas e outras tecnologias adaptadas são na prática a política mais robusta, mais eficiente e de melhor relação custo- benefício. As famílias são selecionadas a partir do Cadastro Único, e todas as cisternas e tecnologias são georreferenciadas. A cisterna é uma fonte de água que garante autonomia para as famílias. As cisternas de água já são responsáveis pelo abastecimento diário de quase 6 milhões de pessoas, confirmando sua vocação para atender de forma rápida e segura as populações difusas. Ampliando-se a ação das cisternas, elas podem ser responsáveis por atender quase todo o abastecimento rural, pequenos vilarejos e pequenas cidades.

A epidemia mostrou ainda mais o quão essencial é o acesso a água para garantir o DHANA, promover autonomia socioeconômica e permitir cuidados básicos e essenciais de saúde, como lavar as mãos. A demanda de cisterna de primeira água no semiárido é de 1,45 milhão, sendo que destas já foram construídas 1 milhão, faltando agora a construção do restante. A ação de segunda água está centrada na garantia de uma segunda estrutura de captação e armazenamento de água e no apoio técnico e pedagógico às famílias. O número de famílias que já acessou essa segunda ação é de 201 mil, 20% da demanda, que é de 1 milhão de tecnologias.

Assim, a Articulação Semiárido Brasileiro, elaborou documento que estima que, entre 2020-2023, é necessário que sejam destinados R\$ 1,3 bilhão para atender a demanda de água para abastecimento humano, R\$ 4,3 bilhões para água para produção de alimentos. Considerando 2021 como um quarto do período, e aumentando em 30% a demanda devido à crise da Covid-19, defendemos um piso mínimo emergencial de R\$ 1,82 bilhões na PLOA 2021 para atender à demanda de água para abastecimento humano e produção de alimentos.

Restaurantes Populares

Os Restaurantes Populares têm por objetivo ampliar a oferta de refeições nutricionalmente adequadas, a preços acessíveis, à população de baixa renda, vulnerabilizados socialmente e em situação de insegurança alimentar e nutricional; e também promover a alimentação adequada e saudável e a valorização dos hábitos alimentares regionais. Integram a estrutura operacional do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e são equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional.

Os Restaurantes Populares são direcionados a municípios com mais de 100 mil habitantes que apresentem elevado número de pessoas em situação de miséria ou pobreza. O acesso aos restaurantes populares é universal, ou seja, qualquer cidadão pode ser beneficiário do equipamento público. Contudo, a prioridade são os grupos populacionais específicos em situação de insegurança alimentar e nutricional e/ou vulnerabilidade social.

Em sua maioria, os restaurantes estão localizados em regiões de grande

movimentação diária de trabalhadores de baixa renda formais e/ou informais, como, por exemplo, nas áreas centrais das cidades que estejam, preferencialmente, próximas a locais de transporte de massa. Também podem ser implantados em regiões metropolitanas e áreas periféricas, onde há maior concentração de população em situação de risco ou vulnerabilidade alimentar e nutricional.

De acordo com o MapaSAN, em 2018, existiam no país, um total de 152 restaurantes populares. O valor médio para oferta diária de 1 café da manhã mais 1 almoço, é em torno de R\$ 12,00/pessoa (alimentação e serviços). Cada Restaurante Popular serve em média 1.000 refeições por dia, normalmente fecha 1 ou 2 dias na semana. Assim: R\$ 12 X 1000 refeições x 22 dias úteis x 12 meses x 152 restaurantes levam a uma demanda de R\$ 481,53 milhões de piso mínimo emergencial para restaurantes populares em 2021.

Ainda que caiba aos municípios a despesa corrente com os restaurantes populares e à União as despesas de investimento para implantação, em 2021, diante da crise da Covid-19 e a grande perda de receita dos entes subnacionais, seria importante que a União se comprometesse com a oferta das refeições e a manutenção do custeio.

Tabela 6: Piso mínimo emergencial em 2021 para programas selecionados de segurança alimentar e nutricional

Programa	Piso	Fonte
Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	R\$ 2 bilhões	Articulação Nacional de Agroecologia
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	R\$ 5 bilhões	recomposição do valor executado em 2014
A ampliação do acesso à água para abastecimento humano e produção de alimentos (cisternas)	R\$ 1,8 bilhões	Articulação Semiárido Brasileiro
Restaurantes Populares	R\$ 481,5 milhões	cálculo de demanda dos 152 restaurantes
TOTAL	R\$ 8,85 bilhões	

Em resumo, a demanda de piso mínimo emergencial para segurança alimentar e nutricional no PLOA 2021 é de R\$8,85 bilhões.

04

CONVOCAÇÃO

TODA A MOBILIZAÇÃO EM PROL DO COMBATE À FOME É PROFUNDAMENTE EUCARÍSTICA

■ Frei Betto

Segundo Walter Belik, que é especialista na questão de segurança alimentar, com quem eu trabalhei no Fome Zero, no Governo Lula, nas casas das famílias mais ricas, apenas 5% do orçamento é gasto em alimentação. Nas mais pobres, 26%. Praticamente dez produtos são responsáveis por cerca de metade do que comemos: arroz, feijão, pão francês, carne bovina, frango, banana, leite, refrigerantes, cervejas e açúcar. Quarenta e cinco por cento da despesa não fogem disso que acabei de elencar.

Em 2014 o Brasil comemorou a sua saída tardia, diga-se de passagem, do Mapa da Fome da ONU. É um mapa que reúne países, nos quais pelo menos 5% da população convive com a fome. Porém, a Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE feita em 2017 e 2018 aponta que houve uma piora considerável do quadro de insegurança alimentar dos brasileiros. Já corremos o risco de voltar ao Mapa da Fome. Em 2018, 84,4 milhões de brasileiros se enquadravam nesse risco de volta ao Mapa da Fome, e pelo menos 10,3 milhões sofriam de insegurança alimentar grave, ou seja, já passavam fome. E a fome nada tem de democrática: 74% das famílias em insegurança alimentar grave são chefiadas por pessoas negras, e 52% por mulheres. Também a discrepância é regional: enquanto apenas 2,2% das pessoas da região sul sofrem de insegurança alimentar, no norte isso chega a 10,2%.

Ora, os mais atingidos são sempre aqueles que ganham menos de dois salários mínimos por mês, e esse contingente inclui 120 milhões de brasileiros. Somos uma nação muito pobre. Isso foi verificado agora com o Auxílio Emergencial, quando apareceram mais de 10 milhões de muito pobres, até então invisíveis, que nem sequer figuravam no Bolsa Família.

Temos que nos perguntar o que fazer diante disso. O Betinho, que nos alertou para a questão da fome depois do Josué de Castro, que já em 1946 lançou o clássico *A geografia da fome*, mostrando que no Brasil a culpa da fome não é de São Pedro, a falta de chuva, secas etc; a culpa tem razões políticas, são estruturais, ou seja, um país que realmente é muito rico, um dos maiores produtores mundiais de alimentos e, no entanto, convive com a fome e com a insegurança alimentar de muitas e muitas famílias – pelo menos 50 milhões de brasileiros. Além de um outro problema que surge hoje, que é a obesidade: 40% das crianças brasileiras estão acima do peso, e 26% dos adultos.



Então, o que fazer diante disso? Primeiro, denunciar; segundo, buscar as causas da fome; terceiro, se organizar para pressionar o governo para combatê-las, mas também nós, dos movimentos sociais, das igrejas, dos sindicatos, dos partidos políticos, de todas as instituições, temos que nos mobilizar para atacar as causas da fome no Brasil. Não se justifica. E uma delas vem justamente do fato de que ter uma monocultura, muito latifúndio, não há mais valorização da agricultura familiar, que antes era vinculado à merenda escolar e isso não tem sido feito ultimamente – se o governo obrigar a todas as repartições públicas e escolas a comprarem exclusivamente da agricultura familiar isso trará um benefício muito grande a melhoria das

condições econômicas do povo brasileiro. O que temos hoje é isso: alimentos como soja, arroz são canalizadas prioritariamente para exportação e quando o brasileiro vai ao supermercado encontra essas mercadorias com preços inflacionados. Isso tem que ser denunciado, tem que ser combatido. condições econômicas do povo brasileiro. O que temos hoje é isso: alimentos como soja, arroz são canalizadas prioritariamente para exportação e quando o brasileiro vai ao supermercado encontra essas mercadorias com preços inflacionados. Isso tem que ser denunciado, tem que ser combatido.

Nós precisamos fazer cartilhas de educação nutricional. O brasileiro não conhece o que ingere. Nós não sabemos os efeitos dos alimentos em nosso organismo. É preciso nos reunir com nutricionistas, aprender com eles e, ao mesmo tempo, traduzir isso em linguagem popular para mostrar para as pessoas quais são os alimentos ultraprocessados que fazem muito mal a nossa saúde; quais são os alimentos saudáveis; quais são os alimentos que muitas vezes nós jogamos fora a casca, como é o caso da batata, da melancia, e poderíamos fazer pratos deliciosos com eles; e também como aproveitar pequenos espaços, até mesmo um vaso na janela para plantar algumas verduras de alto poder nutritivo.

Temos que organizar mutirões nas áreas mais carentes, temos que organizar cozinhas comunitárias. Isso gera o entrosamento, facilita, principalmente, na hora da compra; comprando assim o alimento sai mais barato.

Temos que fazer campanhas de cestas básicas para aqueles que padecem numa situação mais aguda de desnutrição.

Há muito pela frente para fazer. Vamos descruzar os braços, vamos nos mobilizar, vamos lembrar – nós, cristãos – que o símbolo do cristianismo é o pão. Jesus se definiu como pão – “eu sou o pão da vida”. Ou seja, instituiu o sacramento da eucaristia que é o sacramento da partilha do pão, dos bens da terra e dos frutos do trabalho humano. Portanto, toda a mobilização em prol do combate à fome e da redução da insegurança alimentar é uma mobilização profundamente eucarística.

CONVOCAÇÃO POPULAR

MOBILIZAR E INCIDIR UMA AGENDA DE ENFRENTAMENTO DA FOME

Nas últimas décadas, o enfrentamento da fome no Brasil exigiu que governos, organizações e indivíduos(as) buscassem caminhos de organização e elaboração de estratégias com soluções eficazes, sustentáveis e de longo prazo para esse problema. Mas tudo isso, que foi de extrema importância, não foi suficiente para erradicar a fome no Brasil. A fome permanece até hoje como o prato principal de milhares de brasileiros e brasileiras.

Por essa razão, conclamamos a todos, todas e todEs a se juntar a nós: **CONVOCAMOS** a sociedade civil organizada, cidadãos e cidadãs e representantes do poder público a se unir, de forma articulada, em um **compromisso** para a mudança concreta da realidade de milhares de pessoas e famílias que hoje passam por dificuldades para se alimentar diariamente.

Para enfrentarmos a fome no Brasil, é fundamental **agir** de forma estratégica e articulada, buscando mecanismos de mobilização coletiva e individual, criando incidência em espaços e instâncias que definem e controlam políticas públicas.

Esta **CONVOCAÇÃO** é um chamado à Articulação, à Mobilização e à Incidência. Um chamado à **AÇÃO**. Queremos construir e fortalecer a **CASA COMUM**, fundamentada na perspectiva da solidariedade, do afeto, do cuidado e do compromisso com a transformação coletiva e individual. E, para isso, apresentamos aqui os seguintes caminhos possíveis:

“NADA MAIS HUMANITÁRIO, SOCIAL, POLÍTICO, ÉTICO E ESPIRITUAL QUE SACIAR A FOME DOS POBRES DA TERRA.

Leonardo Boff



1) PARTICIPAÇÃO E MOBILIZAÇÃO

Frente Nacional de Erradicação da Fome

A Frente Nacional de Erradicação da Fome é formada por pessoas, organizações, movimentos, coletivos com iniciativas de produção e de acesso à alimentação junto a grupos vulneráveis ou invisibilizados por políticas públicas.

A proposta dessa frente é promover, fomentar e dar visibilidade a informações, formações e agendas de mobilização para o enfrentamento da fome no país.

Meio:

- Plataforma de engajamento social

fomebr.org.br

2) ORGANIZAÇÃO POPULAR

Teias de Solidariedade

Identificar pessoas e iniciativas engajadas no enfrentamento da fome em todo o território brasileiro, buscando, assim, apoiar o seu fortalecimento coletivo e a capacidade de organização dessas experiências, sistematizando resultados e organizando indicadores de sustentabilidade para esse enfrentamento.

Meio:

- Mapeamento de boas práticas na produção de alimentos e no acesso a eles.

3) EVIDÊNCIAS PARA A INCIDÊNCIA

Relatório Popular Alternativo sobre o Enfrentamento da Fome

Organização de dados, informações e análises para o Relatório Alternativo sobre o enfrentamento da fome no Brasil, por meio da articulação com redes locais e organizações de incidência no tema do direito à alimentação. O objetivo é pôr luz sobre grupos ou territórios tradicionalmente invisibilizados ou mais vulnerabilizados no território brasileiro.

Meio:

- Relatório Popular Alternativo

4) AÇÃO POLÍTICA

Agenda Afirmativa para o Enfrentamento da Fome

Fomentar uma agenda pública por meio do levantamento de evidências, mobilização da opinião pública, incidência e monitoramento político (legislativo, Executivo e judiciário), buscando propor ou incidir sobre políticas públicas que sejam efetivas para a erradicação da fome no Brasil, articulada com a agenda internacional.

Meio:

- Comissão Popular Interdisciplinar
- Plano de incidência



